

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A INFLUÊNCIA DO URBANISMO SANITARISTA NA
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
FLORIANÓPOLIS.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A INFLUÊNCIA DO URBANISMO SANITARISTA NA
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
FLORIANÓPOLIS.**

GLAUCIA REGINA RAMOS MÜLLER

Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito para a obtenção do título de
Mestre no Curso de Pós-Graduação em
Geografia – Área de Concentração:
Desenvolvimento Regional e Urbano.
(Linha de Pesquisa: Urbanismo, Cultura e
História da Cidade).

ORIENTADORA: PROF^a. DR.^a MARGARETH DE CASTRO AFECHE PIMENTA

Florianópolis (SC), 08 de fevereiro de 2002.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A INFLUÊNCIA DO URBANISMO SANITARISTA NA
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
FLORIANÓPOLIS.**

GLAUCIA REGINA RAMOS MÜLLER

A presente Dissertação de Mestrado foi aprovada como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina .

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2002.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr.^a Margareth de Castro Afeche Pimenta

Prof. Dr.º Ewerton Vieira Machado

Prof. Dr.º César Floriano dos Santos

Dedico este trabalho ao Julio e aos meus pais e irmão, as pessoas que mais amo neste mundo.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dr.^a Margareth de Castro Afeche Pimenta, pessoa extraordinária à qual tenho enorme admiração e respeito, que desde a graduação acredita no meu trabalho e cuja sabedoria e entusiasmo me incentiva à pesquisa.

Aos professores, colegas de turma e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em especial, à amiga Dinorah Luísa de Melo Rocha Brüske. À CAPES, pelo apoio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores convidados à banca de qualificação, Professora Eliane Veras da Veiga, Professor Ewerton Vieira Machado e Professor Lino Fernando Bragança Peres, pelas diversas contribuições dispensadas ao trabalho.

Aos professores convidados à banca de defesa, Professor Ewerton Vieira Machado e Professor César Floriano dos Santos.

A todos os funcionários das instituições pesquisadas, em especial, à Sra. Mercedes e ao Sr. Machado, da Biblioteca Pública Estadual, e à Sra. Eliane Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Aos amigos da UNIVALI, Campus Biguaçu, em especial Rosângela, Rogério, Edson, Káthia e Maria de Lourdes, pelo apoio e compreensão nos momentos difíceis.

Aos meus pais, Glauco e Tereza, pelo amor incondicional, que me dá a segurança necessária para transpor novos desafios.

A Julio Guilherme Müller, pela presença e compreensão em todos os momentos, e, principalmente, por incentivar e participar incansavelmente de todas as minhas conquistas.

“Pequenas ações que realizamos são melhores do que as grandes que planejamos”.

Confúcio (551-479 a.C.), filósofo chinês.

SUMÁRIO

SUMÁRIO DE MAPAS E FIGURAS.....	vii
SUMÁRIO DE TABELAS.....	vii
SUMÁRIO DE FOTOS E IMAGENS.....	viii
RESUMO.....	ix
RÉSUMÉ.....	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	12
1 AS ORIGENS DO URBANISMO SANITARISTA.....	18
1.1 O HIGIENISMO DO SÉCULO XIX NA EUROPA.....	18
1.2 A FORMAÇÃO DA URBANÍSTICA MODERNA NA EUROPA E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL.....	22
1.3 AS ORIGENS DO URBANISMO SANITARISTA NO BRASIL	28
1.3.1 Saturnino de Brito e o Urbanismo Sanitarista Brasileiro.....	32
1.3.2 Projetos e Obras.....	40
1.4 O ESPAÇO, A PAISAGEM E O CENTRO URBANO.....	47
2 ASPECTOS DA EVOLUÇÃO URBANA EM FLORIANÓPOLIS.....	55
2.1 O INÍCIO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM.....	55
2.2 PRÁTICAS, COSTUMES E COMPORTAMENTO SOCIAL.....	63
2.3 AS ALTERAÇÕES ECONÔMICAS E O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO.....	77
2.4 AS REFORMAS URBANAS.....	90

2.5 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS.....	97
3 O MOVIMENTO SANITARISTA E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA EM FLORIANÓPOLIS	102
3.1 A INFLUÊNCIA DO URBANISMO SANITARISTA NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FLORIANÓPOLIS.....	102
3.2 AS COMISSÕES SANITÁRIAS.....	113
3.3 A AVENIDA DO SANEAMENTO E A PONTE MONUMENTAL.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	136
ANEXO – LISTA DE RUAS DO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS.....	148

SUMÁRIO DE MAPAS E FIGURAS

Figura 1 – Planta do município de Florianópolis: localização da área de estudo...	15
Figura 2 - Planta da cidade de Santos: saneamento.....	44
Figura 3 – Planta do Desterro.....	60
Figura 4 – Planta da área central da cidade de Florianópolis: localização dos primeiros bairros.....	61
Figura 5 - Planta da área central da cidade de Florianópolis: localização dos córregos e das antigas fontes de água.....	67
Figura 6 - Planta da área central da cidade de Florianópolis: localização aproximada dos trapiches para despejo de dejetos.....	69
Figura 7 - Planta da cidade de Florianópolis: rede de esgotos.....	109
Figura 8 - Planta da cidade de Florianópolis: obras de canalização construídas até setembro de 1921.....	113
Figura 9 – Planta da área central da cidade de Florianópolis: localização das zonas para as visitas sanitárias.....	115
Figura 10 – Planta da Avenida Hercílio Luz.....	120

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1 – Implantação dos Primeiros Serviços de Esgotos.....	39
Tabela 2 - Implantação dos Primeiros Serviços de Água e Esgotos no Brasil.....	40

SUMÁRIO DE FOTOS E IMAGENS

Foto 1 - Matriz – Fins do Século XIX.....	55
Foto 2 – Vista Aérea da Praça XV de Novembro – 1890.....	62
Foto 3 - Hospital Santa Casa da Caridade dos Pobres – Bairro da Toca.....	64
Foto 4 – Praça do Antigo Mercado.....	68
Foto 5 – Obras de Saneamento do Rio da Bulha – 1918.....	93
Foto 6 – Obras de Saneamento do Rio da Bulha – 1918.....	94
Foto 7 – O Mercado Público – Final do Século XIX.....	96
Foto 8 – Interior do Mercado Público – Início do Século XIX.....	96
Foto 9 – Trapiche Municipal do Miramar – Meados do Século XX.....	100
Foto 10 - Implantação da Primeira Rede de Água - 1909.....	103
Foto 11 - Implantação da Primeira Rede de Água - 1909.....	104
Foto 12 – Obra da Primeira Rede de Água – Rua Santos Dummont - 1908.....	105
Foto 13 - Praça Pereira Oliveira.....	105
Foto 14 - Rua Arcipreste Paiva.....	106
Foto 15 - Calçamento da Rua Anita Garibaldi, em 1920.....	112
Foto 16 - Reforma da Catedral –1922.....	112

Foto 17 – Rua Saldanha Marinho, em 1919.....	118
Foto 18 - Avenida Hercílio Luz, em 1989.....	119
Foto 19 - Av. Hercílio Luz – 1921.....	121
Foto 20 - Rua Saldanha Marinho – 1919.....	122
Foto 21 - Rua Saldanha Marinho.....	123
Foto 22 – Instituto Politécnico.....	124
Foto 23 - Construção da Ponte Hercílio Luz – 1922 – 1926.....	127
Foto 24 – Florianópolis 1930.....	128
Foto 25 - Ponte Hercílio Luz – Década de 30.....	129
Foto 26 – Florianópolis, 1922.....	131

RESUMO

O estudo que ora se apresenta, tem como enfoque as questões relacionadas à implantação do urbanismo sanitaria nas cidades brasileiras, principalmente em Florianópolis. A cidade capital do Estado de Santa Catarina, sofreu, no início do século XX, uma série de transformações físicas e socioculturais em sua área central, que acabaram por contribuir para definição de uma parte da estrutura urbana que resiste ainda hoje. A hipótese levantada inicialmente por este trabalho, consistia em apontar em que medida o urbanismo sanitaria de Francisco Saturnino de Brito influenciou no processo de transformação do espaço urbano, em Florianópolis. Através do levantamento histórico da evolução urbana da cidade, pretendeu-se compreender o processo de organização desse espaço sob o ponto de vista sanitaria. Com a pesquisa, entendeu-se que, Florianópolis, assim como outras cidades brasileiras, também sofreu influência do movimento sanitaria, e essa acabou por repercutir significativamente no processo de organização do seu espaço urbano.

RÉSUMÉ

Cette étude aborde les questions relatives à l'implantation de l'urbanisme sanitaire dans les villes brésiliennes, surtout à Florianópolis. Au début du XXe siècle, la ville capitale de l'Etat de Santa Catarina a subi une série de transformations physiques et socioculturelles dans sa zone centrale, ce qui a contribué à la définition d'une partie de la structure urbaine existante encore aujourd'hui. D'abord, l'hypothèse envisagée par ce travail consistait à montrer dans quelle mesure l'urbanisme sanitaire de Francisco Saturnino de Brito avait influencé le processus de transformation de l'espace urbain, à Florianópolis. Par le moyen du relèvement historique de l'évolution urbaine de la ville, on a voulu comprendre le processus d'organisation de cet espace, du point de vue sanitaire. Et la recherche nous a montré que Florianópolis, comme bien d'autres villes brésiliennes, a subi l'influence du mouvement sanitaire, dont les répercussions sur le processus d'organisation de son espace urbain ont été significatives.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APE – Arquivo Público Estadual

BPE- Biblioteca Pública Estadual

BUFSC – Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina

CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

FFC – Fundação Franklin Cascaes

IHGSC – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

A escolha do tema urbanismo sanitaria, deu-se em virtude da grande importância que esse movimento exerceu no processo de construção das principais cidades brasileiras no início do século XX e, principalmente, por não haver estudos neste sentido, em Florianópolis.

A pesquisa tem como objetivo maior, estabelecer a relação da influência do urbanismo sanitaria, nas principais transformações urbanas e culturais ocorridas em Florianópolis no início do século XX.

Este trabalho é um estudo histórico-geográfico, desenvolvido através da pesquisa histórica direta e indireta, com análise de documentos e bibliografias sobre o tema, que visa reconstruir o período de maior influência do urbanismo sanitaria na transformação do centro urbano de Florianópolis.

O presente trabalho está desenvolvido e organizado em três capítulos. No primeiro capítulo discute-se os conceitos que serão abordados durante todo o estudo que é o higienismo, o urbanismo sanitaria, o centro urbano, as relações sociais e a paisagem. A partir do resgate dos princípios do movimento higienista e das origens da urbanística moderna na Europa, no século XIX, foi possível compreender a influência que esses acontecimentos exerceram no Brasil, através do urbanismo sanitaria sob influência do engenheiro Francisco Saturnino de Brito.

No segundo capítulo, todas as atenções se voltam para o centro urbano de Florianópolis. Trata-se de um estudo específico do período que antecede a inserção do urbanismo sanitaria nesta cidade.

No terceiro capítulo, procura-se retratar a influência do movimento sanitaria nas transformações da paisagem e do espaço do centro urbano em Florianópolis, através de suas principais obras, entre elas, a avenida do saneamento e a ponte monumental.

Nas considerações finais, procurou-se expressar a síntese de todo desenvolvimento da pesquisa e, através de um esforço reflexivo, apresentar os alcances e limites deste trabalho.

Florianópolis, tal como se conhece hoje, é resultado de uma interdependência de fatores de diversificação social e econômicos, refletidos nas intervenções físico-ambientais.

Através do questionamento das origens dos processos interventivos determinantes sofridos por Florianópolis no início do século XX, entende-se ser possível compreender as modificações que acabaram por definir, em alguns casos, o traçado urbano atual e as transformações na paisagem, nesta área central da cidade. Além disso, acredita-se que o estudo da contribuição do urbanismo sanitista através do levantamento histórico das principais intervenções ocorridas neste período, permite construir um entendimento, a fim de contribuir com questões que nos levam a uma melhor compreensão sobre a influência dos serviços de infra-estrutura básica no processo de construção e organização do espaço intra-urbano das cidades.

Sabemos que serviços como suprimento de água potável, eletricidade e coleta de lixo, são requisitos de grande importância para as cidades. Porém, nem sempre são percebidos claramente, pois fazem parte do cotidiano das pessoas, e dessa forma não lhes são atribuídos, muitas vezes, o seu real valor, como também não é levada em consideração a influência que possuem no processo de mutação da paisagem¹.

Muitas vezes a maneira como estes serviços de infra-estrutura se inserem no dia-a-dia dos habitantes de uma cidade, acostumados com estas facilidades, acabam por não terem sua importância reconhecida, sendo mais facilmente valorizados, quando, por algum motivo, têm suas funções suspensas.

Intervenções como calçamentos, postes de iluminação, que visivelmente embelezam a cidade, são mais facilmente reconhecidos. E conforme depoimento de uma das maiores sumidades no assunto, o engenheiro Francisco Saturnino de BRITO,

¹ Cf. VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC e FFC. 1993. p. 289.

no início do século XX, mas que ainda pode-se dizer muito atual: “Os melhoramentos visíveis sempre foram e são ainda os geralmente introduzidos antes dos que fazem viver”².

O desenvolvimento de um estudo que aponte as diversas intervenções ocorridas na área central da cidade e a postura da sociedade da época frente às reformas de saneamento, esclarecem a importância da conquista da modernização tão almejada por aquela elite que sofria influência da maneira de pensar e agir da Europa.

Sabemos que o conceito de modernidade varia conforme o momento histórico em que se insere. No Brasil, no final do século XIX, início do século XX, consideravam-se “na estrada do progresso” as cidades engajadas em obras de embelezamento e saneamento, ou seja, cidades reformuladas nos moldes europeus.

Esta pesquisa procura, sem a pretensão de esgotar o assunto, esclarecer os princípios do urbanismo sanitaria na construção da história das cidades brasileiras, e, no caso específico de Florianópolis, evidenciar sua influência no processo de transformação do espaço urbano, com o objetivo de informar e orientar todos aqueles que se propõem a modificar, e/ou melhorar, quotidianamente este espaço.

O interesse em pesquisar o processo de implantação do urbanismo sanitaria na área central de Florianópolis (fig. 1), no período compreendido entre a virada do século e as três primeiras décadas decorrentes, tem como objetivo identificar a influência dessas intervenções na transformação das estruturas urbanas e a participação na construção das novas formas que a cidade passou a ter, e que, em alguns casos, perduram até os dias atuais.

A proposta de trabalhar o centro urbano, que em Florianópolis assim como ocorre na maioria das cidades brasileiras coincide com o centro histórico, se dá exatamente pela sua relevância, devido ao papel importante que sempre teve no contexto do crescimento urbano da cidade e por ser o lugar onde se encontram acumulados elementos e atividades de diversas gerações.

² BRITO, Saturnino. *Obras completas*. vol. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p.184

A delimitação do período histórico que compreende a virada do século XIX até 1930, faz-se por entender que, além dessa fase contemplar o maior número de intervenções sanitárias significativas para a transformação da estrutura urbana, esse foi o período em que essas intervenções eram bastante pontuais e focadas principalmente na área central das cidades, onde se encontravam as elites idealizadoras dessas transformações. Até esse momento, não se pensava de uma maneira geral, em articular esses espaços com outras áreas periféricas.

Até então, essas reformas urbanas eram baseadas em intervenções de remodelação e embelezamento, fruto de uma imagem de modernidade exportada dos países europeus e que ganhou força com as idéias republicanas de progresso. Assim:

A República é o marco de mudanças profundas nas cidades brasileiras, no qual a política de encilhamento, ao longo de três décadas promoveu uma acelerada acumulação de capital, conseguida através de inflação e grande inversão de recursos públicos, decorrentes de empréstimos externos³.

As mudanças de ordem econômica passaram a despertar nas elites brasileiras uma intensa preocupação com a estética e a higiene. Vários discursos incentivaram a criação de novos espaços ao ar livre, como a construção de praças, jardins, grandes avenidas, que deveriam ser utilizados com o intuito de abrigar as novas funções e os cidadãos civilizados.

Muitos desses espaços eram criados e utilizados principalmente para apresentações cívicas, exposições e desfiles, e passaram a modificar significativamente o aspecto das cidades em que foram implantados.

Essas três décadas foram responsáveis, então, pelo início de uma série de questionamentos a respeito das relações entre público e privado, e pela criação de uma consciência comum frente a fenômenos como o da doença transmissível e a insalubridade que passaram a ameaçar as cidades. As agitações políticas e os

³ SOUZA, Célia Ferraz de, ALMEIDA, Maria Soares de. *Construção do porto de Porto Alegre (Mauá), 1911-1921*. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel. 1999. p. 250.

movimentos sociais que marcaram essa época em decorrência de problemas econômicos e sociais, serviram para reforçar uma centralidade governamental. Dessa forma,

Os anos 30 põem fim a todo um período em nível nacional e estadual, encerrando um modelo político-econômico característico da República Velha e iniciando o processo de estatização e centralização administrativa e econômica⁴.

Esse modelo figurou praticamente até o final dos anos 30, vindo a sofrer alterações juntamente com as mudanças político-econômicas pelas quais atravessou o país, com a maior intervenção do Estado na economia e a montagem de uma estrutura administrativa centralizada. Através da criação de empresas públicas e órgãos setoriais federais, possibilitou a consolidação de um governo capaz de assumir, aos poucos, a responsabilidade de cuidar da saúde da população e salubridade do território.

Conforme Jaqueline BEER, essa segunda etapa, entre a década de 30 e meados dos anos 60, caracterizou-se pela “passagem da implantação e gestão dos serviços de saneamento, para execução direta pelo Poder Público, assim como os recursos, que eram provenientes dos fundos públicos”⁵.

Percebe-se que, através do reconhecimento da história do processo de formação das cidades e da compreensão da influência dos diferentes momentos políticos e econômicos, é que se pode entender o traçado urbano atual, na busca de solucionar problemas urbanos contemporâneos e, conseqüentemente, proporcionar uma melhor qualidade de vida para seus habitantes.

Pretende-se, com esta pesquisa, reunir subsídios que sirvam de apoio para a elaboração de futuras intervenções nesta área da cidade e, de uma forma mais ampla, que auxilie na atualização das discussões presentes e futuras sobre o planejamento nas cidades.

⁴ SOUZA, *op. cit.*, p. 251.

⁵ BEER, Jaqueline D. *O novo paradigma das políticas urbanas: a regulação dos serviços públicos - limites e alcances*. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. f. 7.

1 AS ORIGENS DO URBANISMO SANITARISTA

1.1 O MOVIMENTO HIGIENISTA NO SÉCULO XIX

Não há dúvida de que o saneamento de uma maneira geral esteve sempre presente na história da humanidade, desde os tempos mais remotos. Na China e no Egito antigo, já podiam ser encontradas grandes obras de infra-estrutura como as de adução de águas para irrigação de terras cultiváveis⁶.

Na Grécia, já existiam diques e canais que abasteciam de água as cidades. Em Roma, no século V d.C. “os romanos eram notáveis pelo calçamento das ruas, pelo suprimento de água e pelos esgotos”⁷. As águas chegavam por meio de aquedutos para alimentar os banhos públicos, conforme ainda hoje se pode constatar.

⁶ Cf. BRITO, *op. cit.*, vol. III. p. 196.

⁷ MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 237.

Na Idade Média, com o grande crescimento das cidades, o desenvolvimento das práticas sanitárias não acompanhou o aumento da população, gerando graves problemas no que diz respeito à falta de saneamento e ao surgimento das epidemias.

Nos séculos seguintes, a situação não foi diferente, até que, no final do século XVIII, início do século XIX, diversas ações médicas se desenvolveram em toda Europa, promovendo estudos sobre a influência que o meio exercia sobre as pessoas. A essa corrente de pensamento, chamou-se de higienismo⁸. Essas ações provocariam alterações significativas no cotidiano das pessoas e na forma das cidades.

As ações higienistas apoiavam-se, inicialmente, na “teoria dos meios”, que teve suas origens sistematizada por Hipócrates, muitos séculos antes, em seu ensaio *Ar, águas e lugares*⁹, “que traçou os contornos da higiene pública em relação à escolha dos lugares e ao planejamento das cidades”¹⁰, e que “chamou o ar de alimento da vida”¹¹ e, sendo assim, exerceu grande influência no sanitarismo do século XIX.

A teoria dos meios, que passou a ser denominada assim, somente no século XIX, relacionava as características do meio físico, como clima, posição geográfica, qualidade da água, às condições de saúde das cidades.

Essa teoria tinha ainda como princípio a implantação de novas técnicas de sociabilidade e de reorganização do espaço, já que seu discurso se baseava “no axioma de que um bom meio, forma um bom cidadão”¹². Assim,

A idéia de que as reformas urbanas – vale dizer, o saneamento e embelezamento das cidades – constituem a via pela qual é possível

⁸ Cf. DAMASCENO, Angela Nunes. *Rio de Janeiro: a cidade que os médicos pensaram e os engenheiros produziram*. Anais do IV seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: PROURB – FAU/UFRJ. vol. 1. 1996. p. 51.

⁹ Cf. TOMÁS, Eliane D. *O Tietê, o higienismo e as transformações na cidade de São Paulo (1890-1930)*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. f. 10.

¹⁰ MUNFORD, p. 158.

¹¹ ALMEIDA, João Ribeiro de. *Ensaio sobre salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro*. Nossa Senhora do Desterro, Typ. J.J. Lopes, 94 p., 1863, apud, CARNEIRO, A. Enciclopédia de Santa Catharina, vol. 13. (cópia datilografada – Setor de obras raras – Biblioteca Central – UFSC). p. 52.

¹² TOMÁS, p. 14.

atingir a melhoria social, elevando-se o padrão moral das classes populares, surge como princípio comum tanto a higienistas sociais, quanto a sociólogos ou partidários da “ciência das cidades”¹³.

Nesse contexto, os médicos foram os primeiros a propor soluções para amenizar a incidência dessas pestes, cobrando das autoridades medidas para controle dessas epidemias que surgiam cada vez em maior número para ameaçar a ordem urbana.

A teoria dos fluidos, ou dos miasmas, também incentivou grande parte das práticas sanitárias modificadoras do espaço urbano, sob o respaldo da necessidade de sanear o meio, visto que essas obras diminuiriam a incidência de certas doenças transmissíveis. Essa teoria foi desenvolvida no século XIX, na Europa e,

Segundo ela, as febres e outras doenças tinham origem nas emanções dos gases produzidos pela matéria animal e vegetal em putrefação e pelas águas estagnadas¹⁴.

A teoria dos fluidos vigente desde o final do século XVIII, pregava como sendo a água e o ar “(...) os portadores de emanções fétidas e pútridas conhecidas como miasmas”¹⁵.

Os higienistas entendiam que, era necessário fazer circular todos os elementos da natureza, em especial o ar e a água. Dessa forma, a estagnação desses elementos era seriamente condenada, pelos preceitos de higiene por eles propostos.

Essas idéias sobre a necessidade de circulação dos elementos naturais remonta as descobertas de William Harvey, sobre circulação do sangue, contidas em sua obra

¹³ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A peste e o plano: o urbanismo sanitaria do Eng.º Francisco Saturnino de Brito*. 1992. 282f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. f. 25.

¹⁴ BUENO, Laura Machado de Mello. *O saneamento na urbanização de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, FAU - USP, São Paulo, 1994. f. 42 - 43.

¹⁵ CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *Imagens do conforto: a casa operária nas primeiras décadas do séc. XX em São Paulo*. in BRESCIANI, Stella (org.): *Imagens da cidade – séculos XIX e XX*. São Paulo: INPUH/ São Paulo - Marco Zero – FAPESP, 1993. p. 126.

De motu cordis, publicada em 1628, e que permitiu uma maior compreensão do corpo humano¹⁶.

Além de seus estudos terem contribuído para o desenvolvimento da saúde pública, Harvey colaborou para mudanças urbanísticas posteriores, já que, os reformadores urbanos do século XVIII passaram a pensar a cidade como um corpo, onde as artérias e veias eram as vias por onde seus habitantes, hemácias e leucócitos, locomoviam-se e, dessa maneira, não poderiam jamais ficar obstruídas pois, “[o] desejo de facilitar as funções respiratórias e a circulação transformou o panorama das cidades e alterou os métodos de asseio pessoal”¹⁷. Desde então, as palavras “artérias” e “veias” foram incorporadas ao vocabulário do urbano¹⁸.

Conforme Carlos Roberto Monteiro de ANDRADE (1992), a idéia de fazer com que tudo o que impedisse a circulação desses elementos fosse eliminado, contribuiu para o surgimento de alguns princípios da engenharia sanitária. Dentre esses princípios podemos destacar a necessidade de destruição das barreiras naturais ou artificiais que impedissem a ventilação nas cidades, a canalização de rios e córregos de forma a permitir a circulação das águas e o saneamento dos pântanos, produtores de miasmas. Essas alterações deixariam marcas profundas nas estruturas das cidades¹⁹.

Esse paralelo feito pelos reformadores urbanos entre o corpo humano e a cidade, também foi levado em conta pelos economistas desse período, que pregavam as vantagens do livre mercado do século XVIII. Esses procuravam explicar o fluxo de trabalho e capital como sendo o fluxo de sangue e a energia nervosa. Para eles, “...a circulação econômica nutria todos os membros da sociedade, assim como a livre corrente do sangue nutria todos os tecidos orgânicos.”²⁰ Daí a necessidade de se abrir grandes ruas e avenidas, não só para a circulação de pessoas, mas para a intensa circulação do capital.

¹⁶ Cf. SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 213.

¹⁷ *Ibid.*, p. 213.

¹⁸ *Ibid.*, p. 214 - 220.

¹⁹ Cf. ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 26.

²⁰ SENNETT, p. 225.

Apesar das ações higienistas focarem sempre as classes menos privilegiadas, de uma maneira geral, toda a sociedade do século XIX foi atingida, ficando submetida a esses novos padrões sanitários, éticos e estéticos que passaram a tomar conta da sociedade.

Um dos grandes legados dessa fase foi a importância dada à qualidade da água, mediante a distinção entre águas limpas e servidas, e o incentivo com relação aos cuidados com o corpo, através da valorização da prática do banho.

Essa, desde a descoberta da permeabilidade da pele no fim da Idade Média, estava dissociada da idéia de defesa contra moléstias, e que, a partir desse momento, com a descoberta da transpiração e da teoria infeccionista, passou a ser vista, graças aos higienistas, como a forma de limpar os poros da sujeira portadora de miasmas e promover a vida, passando a associar o uso da água à limpeza²¹.

As vestimentas pessoais também foram influenciadas pela nova exigência de deixar o corpo “respirar”. As roupas femininas tiveram seu peso diminuído dando preferência a tecidos mais leves como musselina e a seda, assim como as masculinas, que deixaram de ser tão justas, a fim de deixar o corpo mais livre para a transpiração²².

Assim,

Depois de terem sido abandonados, na Idade Média, os banhos voltaram à moda; de fato, alguns médicos chegaram a considerá-los perigosos por desequilibrarem radicalmente a temperatura do corpo. Agora, vestidas de forma menos pesada, as pessoas que não se banhassem assiduamente não teriam como disfarçar o cheiro de suor com perfumes fortes²³.

As ações sanitárias iniciadas no século XIX foram portanto, responsáveis por uma série de mudanças nos hábitos e na maneira de morar dos cidadãos, provocando reformas que marcariam para sempre a cultura da sociedade e a estrutura das cidades.

²¹ Cf. ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (Dir.): *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. p. 442.

²² SENNETT, p. 219.

1.2 A FORMAÇÃO DA URBANÍSTICA MODERNA NA EUROPA E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL.

As cidades, tal como são conhecidas hoje, são resultado das diversas transformações ocorridas ao longo da história, e que, de alguma forma, contribuíram para modificar antigas estruturas que não mais suportavam as necessidades da sociedade, criando outras em função da determinação de novas exigências. A história da urbanística moderna surge juntamente com as mudanças ocorridas nas cidades européias produzidas pela Revolução Industrial, que proporcionou uma série de transformações não somente nos meios de produção, onde a máquina passou a ser o elemento central do processo produtivo, mas também nas relações sociais e, principalmente, nas funções urbanas.

A crescente urbanização, que acompanhou o processo de industrialização, contribuiu para as péssimas condições de vida nas cidades naquela época. As cidades viviam cobertas de sujeira, e os serviços de infra-estrutura básica eram inexistentes ou insuficientes. A falta de abastecimento de água, de serviços sanitários e de limpeza pública, proporcionaram, ainda na primeira metade do século XIX, o surgimento de uma série de epidemias como a do cólera, a febre tifóide, entre outras. Outros males presentes nos centros urbanos, como a poluição da água e do ar, graças também ao acúmulo de águas servidas e lixo, faziam inúmeras vítimas.

Com o grande número de famílias que migravam para as cidades, as condições de moradia tornaram-se as piores possíveis. Sujeira, miséria, falta de espaço, roubo e prostituição faziam parte do dia-a-dia dessas pessoas.

Como já dito anteriormente, foram os higienistas os primeiros profissionais responsáveis por tentar resolver esses problemas e curar as cidades doentes, baseados nos princípios de salubridade, afastando todos os problemas advindos das suas antigas estruturas.

²³ *Ibid.*, p. 219.

Dentro deste quadro insustentável, que abrangia desde o desemprego, a fome, a miséria, o alcoolismo, a delinquência, a proliferação das pestes e dos cortiços, o congestionamento das moradias, a Revolução Industrial proporcionou o surgimento de novos desafios sócioeconômicos, fazendo com que, em razão de uma necessidade iminente de mudança dessa situação, surgissem as primeiras idéias de melhoramentos, a partir das cidades.

A Inglaterra foi uma das primeiras a desenvolver a indústria. Sendo assim, foi também a primeira a sentir, já na virada do século XVIII para o XIX, as graves conseqüências da industrialização, principalmente no que diz respeito aos inconvenientes da falta de higiene, superlotação e péssima qualidade das habitações, falta de serviços como água, esgoto e de remoção de dejetos, além das epidemias, como a do cólera em 1831. Dado o crescimento expressivo dos agrupamentos industriais, e graças ao advento da máquina a vapor, que passou a permitir a concentração das fábricas, houve um rápido crescimento dessas cidades, onde estes serviços eram negligenciados²⁴.

Essa epidemia atingiu de maneira tão alarmante os bairros operários de Londres, que os médicos se viram obrigados a se preocupar com as condições de habitação e trabalho dessas pessoas, desenvolvendo práticas que em muito contribuíram para o surgimento da moderna engenharia sanitária e do urbanismo²⁵.

A situação desses bairros operários é claramente descrita por Leonardo BENÉVOLO (1941):

(...) o adensamento e a extensão sem precedentes dos bairros operários tornam quase impossível o escoamento dos detritos; ao longo das ruas correm os regos dos esgotos a descoberto, e qualquer recanto afastado está cheio de amontoados de imundices²⁶.

²⁴ Cf. GOITIA, Fernando Chueca. *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982. p.157.

²⁵ Cf. *Ibid.*, p.157.

²⁶ BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1941. p. 35.

Outros países sofreram com esses problemas. Na França, esses reflexos foram sentidos mais tarde, porém de forma não menos intensa.

Uma das principais mudanças ocorridas nesses países, naquela época, foi exatamente o aumento e a concentração da população, incrementada com o êxodo do campo por pessoas que vinham trabalhar nas grandes cidades já existentes, ou nas novas que surgiam.

Dessa forma, as precárias condições sanitárias, aparentemente suportáveis no campo, passaram a tomar proporções insuportáveis na cidade, dado o aumento expressivo do número de habitações. Segundo Gilberto HOCHMAN, “Os fluxos migratórios para a cidade e os processos de urbanização e de industrialização criaram adversidades e deficiências até então desconhecidas, que atingiam tanto imigrantes como os moradores da cidade”²⁷.

O descontrole em relação ao agravamento acelerado desses problemas de ordem higiênica, antes relativamente suportáveis, pôs em crise a maioria dessas cidades européias.

As precárias condições de vida nas cidades modernas se agravavam ainda mais quanto maior o nível de industrialização.

Assim, as cidades industriais, até então sinônimos de caos, insalubridade, feiúra, miséria e falta de higiene física e moral, se viram na necessidade de adotar políticas de reestruturação urbana.

Apesar do aumento e concentração populacional terem sido alguns dos grandes incentivadores das reformulações urbanas, outros aspectos também favoreceram essas transformações, tais como as novas relações de produção e as novas relações de trabalho. Aos poucos foi sendo assimilada uma nova consciência em relação às questões como saneamento e higienização, surgindo novos hábitos no que diz respeito à habitação, à saúde e ao lazer. Sendo assim,

²⁷ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 27.

As principais iniciativas não partem das grandes obras públicas, mas dos múltiplos inconvenientes de ordem higiênica da cidade industrial, que dependem de uma combinação de muitos fatores e requerem uma legislação que rapidamente se estende do campo sanitário ao campo mais geral da Urbanística²⁸.

Desde o início a cultura urbanística surgiu como uma resposta às necessidades de superar problemas de ordem higiênica, agravados pelo aumento populacional nas grandes cidades industriais. A tentativa de controle dessas adversidades que apareceram juntamente com a era da máquina, foram as responsáveis pelo surgimento das primeiras legislações no sentido de amenizar problemas de estruturação urbana.

Além disso, dentro dessa necessidade de pôr fim a tudo aquilo que estivesse fora dos novos padrões de higiene e estética exigidos, as elites políticas e sociais mobilizaram-se no sentido de afastar do centro das cidades tudo e todos aqueles que reputavam como inconvenientes urbanos. Através das várias realizações urbanísticas, essas cidades foram sendo saneadas e embelezadas, na busca por novas formas e novos padrões.

Dessa forma,

O século XIX foi marcado pelas primeiras grandes operações de segregação espacial das cidades capitalistas, saneando e embelezando áreas deterioradas nos antigos cascos urbanos, o urbanismo do século XIX, através das obras realizadas ou das teorias formuladas, definiu o elenco das problemáticas urbanas que demandavam respostas ancoradas no avanço científico, mas que não podiam escapar às determinações estéticas das formas nas quais se expressavam (...) ²⁹.

Assim, as cidades européias foram sendo submetidas, “sob o manto civilizador da ciência”³⁰ a uma série de reformas urbanas e sociais, visando ensinar às pessoas a viverem de forma civilizada. Portanto,

²⁸ BENEVOLO, *As origens da urbanística moderna*. p. 49.

²⁹ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito*. In: SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992. p. 207.

³⁰ *Ibid.*, p. 207.

Caberia então ao urbanismo disciplinar os comportamentos sociais tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados, através da socialização do sentimento de intimidade e da negação de toda e qualquer promiscuidade, sobretudo através das ações dos higienistas e reformadores sociais³¹.

Dá-se início, então, à produção da cidade como “manufatura, produzida segundo regras e princípios determinados cientificamente”³².

Alguns autores, entre eles Robert PECHMAN, acreditam que é nessa época que se dá a “invenção da moradia” como instrumento de controle da burguesia, fruto das suas próprias preocupações e não da classe operária. Isto porque, a grande quantidade de trabalhadores vivendo em condições precárias e subumanas constituía, nessa época, uma enorme ameaça às elites, e implicava na necessidade de impedir que essas forças se unissem, visto que eram “perigosas e ameaçadoras”³³. Assim, a

(...) presença das multidões nas ruas das grandes cidades, a provocação à ordem e a ameaça latente de revolta se constituem num grande desafio à redefinição de uma ordem pública. E a ordem pública passa a ser percebida a partir da necessidade de reordenação do espaço público³⁴.

Além disso, à medida que as primeiras instalações de serviços como água e esgoto foram sendo implantados, as pessoas mais pobres que executavam tais serviços, como a venda de água, a remoção das águas servidas entre outros, acabaram por perder suas funções na cidade, constituindo mais uma ameaça³⁵.

A maneira de criar essa nova ordem com padrões preestabelecidos se dá exatamente através da imposição de certas normas disciplinadoras dos cidadãos, e a domesticação de seus hábitos, através da intervenção no espaço urbano, estabelecendo definitivamente a separação entre o público e o privado, impondo “limites à sua

³¹ *Ibid.*, p. 208.

³² *Ibid.*, p. 207.

³³ Cf. PECHMAN, Robert M. *Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular*. Apud: BRESCIANI, Stella (Org.). *Imagens da cidade – Séculos XIX e XX*. São Paulo: INPUH/ São Paulo - Marco Zero – FAPESP, 1993. p. 32.

³⁴ *Ibid.*, p. 31.

³⁵ Cf. CARPINTÉRO, p. 127.

circulação” e deslocando os operários da rua para o interior das habitações, de maneira que, “o ataque ao modo e vida popular passa a incidir diretamente sobre o espaço onde a sociabilidade popular encontra recursos para se robustecer: a rua”³⁶.

Esse contexto abrangeu, ainda, medidas disciplinadoras de ordem higiênica, mas sobretudo, social e moral. Passou a existir uma preocupação pública, com a higiene pessoal e exigências de novos hábitos e comportamentos adequados aos diferentes espaços de convívio.

Dessa forma, foi se estabelecendo essa nova ordem, à primeira vista capaz de “curar a cidade doente”, mas se for analisada mais a fundo, foi proporcionando o “estilhaçamento de uma cultura que só podia sobreviver fora das normas, longe das disciplinas”³⁷. Assim,

Limpendo a rua da presença popular e elevando a vida privada a uma conquista da humanidade, o urbanismo quer ter, com suas práticas de intervenções e suas representações legitimadoras da ordem urbana, organizado cientificamente a cidade, colocando cada coisa em seu lugar e em cada lugar uma coisa, evitando os aglomerados por um lado, e os perigos do vazio por outro³⁸.

Essa nova ordem, estabelecida pelos urbanistas nos países da Europa, teve ampla divulgação e repercussão em diversos países fora do continente europeu, entre eles o Brasil, onde as informações chegavam através de uma elite que mantinha contato com essas reformas através de viagens, participações em congressos e exposições, e que, aos poucos, foi trazendo essas novas idéias de reformulação e embelezamento para o Brasil, desenvolvendo e estabelecendo novas formas de comportamento e disciplinando condutas, procurando adaptar e aplicar esses novos padrões à realidade brasileira.

1.3 AS ORIGENS DO URBANISMO SANITARISTA NO BRASIL

³⁶ PECHMAN, p. 33.

³⁷ PECHMAN, p. 33.

Diferentemente da Europa, a implantação do urbanismo sanitista no Brasil não está ligado ao caos instaurado pelo processo de industrialização, seu surgimento se dá com a consolidação do modo de produção capitalista e como forma de preparação para a industrialização das cidades.

As mudanças estruturais que vinham ocorrendo no século XIX, em toda Europa, serviram de modelo para que as antigas cidades coloniais brasileiras pudessem se desfazer de suas estruturas urbanas ultrapassadas, que além de não mais comportarem a população, contribuíam para gerar problemas de insalubridade, principalmente no que diz respeito à propagação de epidemias.

Inseridas no panorama mundial como foi exposto no item anterior, as cidades brasileiras viram a necessidade de reformular suas estruturas urbanas deficientes e graças aos recursos gerados pela economia agro-exportadora, que proporcionou uma fase de grande expansão econômica e também de atração de capitais internacionais, que passaram a entrar no país à procura de novas fontes de reprodução, esse recursos puderam ser utilizados em grande parte na implantação de serviços públicos, através de concessões obtidas com o Estado³⁹. Essas mudanças causaram grande impacto na sociedade brasileira.

Foi nesse período de transformação de um país colonial a um país republicano, com a modificação das relações de produção escravista para essencialmente capitalista, que se deu o impacto do movimento sanitista no Brasil, com a implantação de políticas de reforma sanitárias em grande parte do território nacional.

Essas políticas surgiram, primeiramente, de uma articulação das elites econômicas e intelectuais, visando interesses próprios, fruto do nascimento de uma consciência da amplitude dos problemas sanitários e da proliferação das doenças, favorecendo, com o tempo, o aumento das atribuições do Estado em questões como

³⁸ *Ibid.*, p. 33.

³⁹ Cf. ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLNRIO/ZAHA, 1997. p. 139 –140.

saneamento e saúde pública. Dessa forma, os serviços sanitários nas cidades foram sendo implantados com a possibilidade da obtenção de auxílio federal⁴⁰.

Conforme exemplifica HOCHMAN, as epidemias foram as grandes responsáveis pelo surgimento de uma consciência da interdependência sanitária entre as elites. O número de mortes, em função de epidemias como a febre amarela e a varíola, fez com que cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo dessem início a uma série de projetos, leis e códigos de saúde pública⁴¹.

Desde então, a solução desses problemas passou a constituir a grande preocupação da burguesia, dando início ao trabalho de higienização.

Num primeiro momento, ainda na primeira metade do século XIX, foram os médicos os responsáveis por encontrarem respostas e soluções para esses problemas que assolavam as cidades, fazendo consultorias ao poder público no que dizia respeito às questões de higiene, e, em alguns casos, propondo novos meios de organizar o espaço urbano⁴². Dessa forma,

Os médicos propunham-se a dar respostas adequadas a uma das principais questões apresentadas pela sociedade: a saúde e a qualidade de vida dos centros urbanos, num momento em que o crescimento das cidades provocava a degradação das condições de vida⁴³.

Até esse momento, como já dito, a teoria predominante desde o final do século XVIII era a teoria dos meios, que se acreditava ser o meio físico o principal responsável pelo aparecimento das doenças. Segundo adeptos dessa corrente, características naturais, como relevo, climas quentes e úmidos, dificuldade de circulação do ar, eram os responsáveis pela propagação dessas doenças, e irá vigorar até a consolidação da Teoria de Pasteur ou Teoria dos Micróbios, a partir de 1870, que demonstraria que as doenças infecciosas eram produzidas pela contaminação de

⁴⁰ Cf. HOCHMAN, p. 40.

⁴¹ *Ibid.*, p. 83.

⁴² Cf. DAMASCENO, p. 60.

microorganismos existentes em todos os lugares, e não pela inalação de ares contaminados⁴⁴.

Assim, o foco principal de atuação dos médicos higienistas eram os locais mais insalubres das cidades, geralmente onde viviam as classes mais baixas, carentes de hábitos higiênicos e propagadores de doenças.

Porém, aos poucos, com o surgimento dos primeiros profissionais formados pelas escolas de engenharia, o prestígio dos médicos, até então detentores do saber, passou a dar espaço ao saber dos engenheiros, que através da implantação de novas técnicas sanitárias, como a solução dos problemas de abastecimento de água, conseguiram mais rapidamente resultados prometidos há tempos pelos médicos⁴⁵.

O fato de a teoria dos miasmas não conseguir responder sobre as origens e transmissão das doenças, fez com que se desse nesse momento, segundo Ângela Nunes DAMASCENO, a ascensão do profissional de engenharia, que passou a apresentar resultados mais satisfatórios do que o profissional da medicina, fazendo com que, aos poucos, esses passassem a “atuar nos limites restritos do saber médico”⁴⁶. Assim,

O sucesso do desafio considerado impossível por muitos, era a demonstração inquestionável da capacidade e eficiência dos engenheiros na solução dos problemas da cidade, a mesma que vinha faltando aos médicos na solução das constantes epidemias que a atingiam há décadas⁴⁷.

A palavra de ordem dos higienistas era a circulação das águas e do ar, rejeitando tudo que contribuísse para sua estagnação. Daí a necessidade de abrir as ruas e as cidades, para permitir a circulação das pessoas e do capital. Essas primeiras obras de melhoramentos foram planejadas e executadas pelos engenheiros.

⁴³ *Ibid.*, p. 51.

⁴⁴ Cf. ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 28.

⁴⁵ DAMASCENO, p. 58 - 59.

⁴⁶ DAMASCENO, p. 59.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 59.

Até certo ponto, os médicos contribuíram orientando algumas medidas de controle, como os cordões sanitários, as quarentenas⁴⁸, as fumegações⁴⁹, a desinfecção dos lugares, e ainda sugerindo algumas reformas urbanas, mas a partir daí, a execução ficou a cargo dos engenheiros, e, conforme Eliane TOMÁS, “ambas teriam seus propósitos plenamente satisfeitos com o advento do urbanismo sanitarista”⁵⁰.

Assim as cidades que se viram pressionadas a desenvolver melhorias em razão das epidemias que as ameaçavam, tiveram como responsáveis por esses projetos, primeiramente profissionais formados por essas escolas de engenharia.

Ainda no decorrer do século XIX, ficaram estabelecidas as competências de cada profissional. Os médicos, com o surgimento de algumas vacinas e o declínio da teoria dos miasmas, canalizaram suas atuações diretamente para os cuidados com os indivíduos, enquanto que os engenheiros passaram a desenvolver obras a partir dos princípios do urbanismo sanitarista⁵¹.

O maior expoente do urbanismo sanitarista no Brasil, foi o engenheiro Francisco Saturnino de Brito, responsável por diversos projetos de saneamento em todo país.

1.3.1 Saturnino de Brito e o Urbanismo Sanitarista Brasileiro

Francisco Saturnino de Brito, nascido a 14 de julho de 1864, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e falecido a 10 de março de 1929, em Pelotas, Rio Grande do Sul, formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1886, tendo trabalhado na construção de ferrovias em Minas Gerais, Pernambuco e Ceará, de 1887 a 1892⁵².

⁴⁸ Isolamento forçado fora da cidade em que se chega pelo mar, a fim de se assegurar, durante este período, que não existam pessoas com moléstias contagiosas.

⁴⁹ Cf. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Medicina, médicos e charlatães do passado*. Florianópolis: Editora IBGE/DEE, 1942. p. 90. A fumegação era o lançamento de fumaças produzidas através da queima do alcatrão, a fim de purificar a atmosfera.

⁵⁰ TOMÁS, p. 17.

⁵¹ Cf. TOMÁS, p. 17.

⁵² Cf. BRITO, Saturnino. *Obras completas*. vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. IX.

A partir de 1894, passou a trabalhar junto à Comissão da Carta Cadastral do Rio de Janeiro, vindo a adquirir grande experiência com levantamentos planialtimétricos e topografia, que mais tarde teve grande influência em seu trabalho, o qual entendia que o urbanismo deveria ser “traçado de acordo com o relevo do terreno”⁵³. Dessa forma, para as cidades planas, Francisco Saturnino de Brito reservava um traçado mais regular, sem a rigidez do tabuleiro de xadrez, e para as cidades acidentadas, propunha um traçado mais irregular, conforme a topografia do sítio.

Tendo como referência o arquiteto vienense Camillo Sitte⁵⁴ e os trabalhos dos urbanistas franceses, com os quais compartilhava idéias através dos diversos congressos que participava, Francisco Saturnino de Brito foi reconhecido na França por vários trabalhos relacionados com defesa contra inundações, com questões de seca, de urbanismo e serviços urbanos, além de inventos e aperfeiçoamentos sanitários e soluções técnicas originais. Esses trabalhos foram implantados com sucesso no Brasil e fora dele⁵⁵.

Rigoroso na racionalidade funcional, na técnica e na economia, escreveu diversos artigos, todos envolvendo a consciência sanitária. Através de suas obras, procurou inserir na sociedade uma nova concepção de higiene, esclarecendo dúvidas no que diz respeito às novas práticas sociais e ao uso das novas instalações sanitárias.

⁵³ ANDRADE, *De Viena a Santos...*, p. 209.

⁵⁴ Apesar do urbanismo sanitista de Brito constituir um trabalho extremamente original e específico para a realidade brasileira, em alguns aspectos é possível identificar semelhanças entre as propostas de Brito e as concepções de Sitte. Porém, ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 88, faz um paralelo, alertando que em alguns casos existem “ambigüidades, e até equívocos da leitura que Brito faz de Sitte”. Apesar disso, há semelhanças, visto que ambos entendem a cidade como um corpo, um organismo em crescimento. Além disso, ambos valorizam o aspecto pinturesco do sítio para obtenção de efeitos artísticos.

⁵⁵ Cf. NEVES, Lourenço Baeta. In: BRITO, *op. cit.*, vol. I. p. X.

Dessa forma, Francisco Saturnino de Brito colaborou em diversos sentidos para a sistematização e modernização da vida coletiva e para a transformação da paisagem urbana.

Na sua concepção, o urbanismo era a arte de projetar e construir as cidades primeiramente do ponto de vista da salubridade, seguido pela circulação, sem se descuidar da estética. Por isso, denominar de urbanismo sanitaria aquele que adapta o desenho urbano à lógica dos fluidos e das circulações, ou seja, traça as primeiras linhas do desenho levando em conta o sanitário, através do esquema de escoamento das águas, circulação do ar e penetração da luz solar, deixando os demais aspectos subordinados a esses.

Em se tratando da salubridade das habitações, condenava as construções em lotes estreitos e profundos, carentes da penetração de luz solar, o que, na sua opinião, contribuía para a criação de quarteirões compactos, sombrios e insalubres. Dessa forma, afirmava: “A casa doentia faz moradores doentes, e não há drogas que curem estes sem que seja aquela previamente curada, isto é, saneada”⁵⁶.

Saturnino de Brito também sustentava estar provado na época que não bastava uma casa ter abastecimento de água potável e esgotos perfeitos, era necessário ainda ter iluminação solar e ventilação natural em todos os compartimentos, pois eram imprescindíveis e influenciavam na higiene da habitação e a sua falta, teria por consequência, casas doentias⁵⁷.

Por isso tomou como aliadas as donas de casa, indicando-as como as “responsáveis pelo asseio da habitação e pela manutenção do serviço sanitário”⁵⁸.

Alertava sobre a necessidade da generalização dessas novas práticas, desde o simples uso de um banheiro público até a utilização do papel higiênico e os cuidados para não obstruir as canalizações dos esgotos. Alertava, ainda, que deixar os papéis

⁵⁶ BRITO, Saturnino. *Obras completas*. vol. VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 38.

⁵⁷ Cf. *Ibid.*, p. 38.

⁵⁸ Cf. BRITO, *op. cit.*, vol. III, p. 171.

servidos em caixas ou cestos, expostos às moscas, era uma prática condenada pela higiene⁵⁹.

Além disso, entendia que as escolas deveriam desenvolver e estimular as práticas dos bons princípios de higiene trazidos do lar⁶⁰.

Porém, no que diz respeito às habitações mais insalubres, Saturnino de Brito não era a favor de sua eliminação indiscriminada. Ele defendia, sim, a construção das novas casas salubres dentro de padrões rígidos de higiene. Sua proposta era “(...) melhorar o que já existe, só destruindo o que se pode reconstruir ou o que for insanável”⁶¹.

Saturnino de Brito optava sempre pelas pequenas às grandes reformas, e, conforme ANDRADE (1992), sua preocupação era “não interferir bruscamente sobre o meio social, evitando desestabilizar a ordem estabelecida ou a harmonia das famílias”⁶².

Graças à preocupação com a exeqüibilidade de seus projetos e planos, esses foram implantados em quase toda sua totalidade em diversas cidades do país.

Em relação às cidades, entendia como sendo a expansão urbana imprevisível (expansão física e crescimento populacional), assim como a predominância de interesses particulares frente a interesses públicos, que implicavam no surgimento de cidades insalubres e com graves problemas⁶³.

Temendo sempre favoritismos, proporcionados pela politicagem já vigente no Brasil, que Francisco Saturnino de Brito defendia a idéia de se estabelecer planos de conjunto (instrumentos de previsão do futuro das cidades), que deveriam garantir a continuidade e conclusão da execução desses projetos, independente dos interesses políticos em voga no momento. Por isso esses planos, segundo ele, deveriam ser concebidos mediante a contribuição de diversos profissionais especializados de modo a

⁵⁹ BRITO, *op. cit.*, vol. VIII, p. 171.

⁶⁰ Cf. BRITO, *op. cit.*, vol. III, p. 172.

⁶¹ BRITO, Saturnino. *Obras completas*. vol. VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 157.

⁶² ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 190.

⁶³ Cf. BRITO, Saturnino. *Obras completas*. vol. XX, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 164.

não deixar escapar nenhum aspecto a ser investigado, e submetidos ainda à aprovação de um poder central, de forma a evitar práticas abusivas⁶⁴.

Esses planos deveriam contemplar estudos de viação municipal e intermunicipal; sobre regime de cursos e quedas d'água, sobre plano de saneamento rural (grandes extensões pantanosas a dessecar e aproveitar), sobre plano complementar de obras contra as secas e as inundações⁶⁵.

Em conjunto, esses planos de expansão possuíam programas previamente estabelecidos, onde normalmente se fazia a divisão das cidades em zonas, a fim de facilitar a execução dos trabalhos e possibilitar a previsão das necessidades futuras.

Também neles, as ruas eram traçadas de acordo com a topografia do terreno, adequada às condições locais de cada região⁶⁶, e com as necessidades do trânsito. Como regra, os cemitérios não eram colocados em pontos altos da cidade, ocupando esses lugares os reservatórios de distribuição de água, entre outros⁶⁷.

Dentro de sua visão organicista⁶⁸, pensava em todos os detalhes do projeto, levando sempre em consideração a expansão da cidade. Um desses exemplos, é a solução que Saturnino de Brito propunha em relação à necessidade futura de ampliação das ruas. Para evitar maiores transtornos, planejava tabuleiros gramados e arborizados, laterais ou centrais, vislumbrando um alargamento posterior sem grandes gastos⁶⁹.

Para Saturnino de Brito, as obras para o saneamento de uma cidade compreendiam, conforme a necessidade e realidade social, no enxaguamento de águas superficiais estagnadas; drenagem (valas e condutos subterrâneos) para o enxugo do subsolo das regiões pantanosas circunvizinhas; retificação dos cursos de água; dessecamento de pântanos, arrasamento de morros, arborização do solo, aterro, suprimento de água potável, esgotos pluviais e sanitários; habitações salubres

⁶⁴ Cf. ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 188.

⁶⁵ BRITO, *op. cit.*, vol. XX, p. 162.

⁶⁶ Como já foi dito anteriormente, o levantamento topográfico constituía o seu ponto de partida.

⁶⁷ BRITO, *op. cit.*, vol. III, p. 187.

⁶⁸ Positivista, baseava-se na teoria dos meios e entendia a cidade como um organismo, um corpo, uma totalidade em crescimento.

⁶⁹ Cf. BRITO, *op. cit.*, vol. XX, p. 16.

(familiares, coletivas, fábricas, hospitais etc.); calçamentos, iluminação artificial, jardins e remoção e incineração do lixo⁷⁰.

E ainda prescrevia a criação de ruas, praças e avenidas, o alargamento das já existentes, a construção de banheiros públicos, tudo conforme o uso específico, perfazendo ao final, um pacote de melhoramentos⁷¹, conforme as necessidades de cada cidade.

Ainda a respeito do saneamento de uma cidade, afirmava que este não dependia unicamente das modificações saneadoras do meio físico, mas é resultado da “atmosfera moral” que envolve o meio social⁷².

Assim, não admitia que práticas sanitaristas violassem a casa e a privacidade das pessoas, através dos inspetores sanitários, que, dessa forma, estariam desrespeitando a integridade dos cidadãos. Acreditava que isso deveria se dar através do conhecimento e da educação, única maneira de convencer a população dos benefícios da higiene.

Essa postura de Saturnino de Brito se dava, sem dúvida, por este ser adepto da teoria dos meios, conforme mencionada anteriormente e totalmente relutante à teoria microbiana de Pasteur, que propunha a vacinação obrigatória e as inspeções domiciliares⁷³.

Saturnino de Brito sabia da importância da implantação de melhoramentos sanitários para viabilizar a qualidade de vida das pessoas, e se preocupou em desenvolver uma forma de investigação que comprovasse seus estudos. Segundo ele:

A salubridade de uma cidade não deve ser julgada pela mortalidade geral ou absoluta, e sim pela mortalidade ordinária ou relativa. A mortalidade geral compreende a mortalidade ordinária e os óbitos provenientes das grandes epidemias e dos cataclismos (inundações, terremotos, revoluções etc.). A mortalidade ordinária compreende as endemias (inclusive as moléstias epidêmicas em outras localidades e endêmicas na localidade da qual se trate) e os óbitos provenientes das várias causas de mortalidade comuns às cidades igualmente

⁷⁰ BRITO, *op. cit.*, vol. IV, p. 379 - 380.

⁷¹ Cf. ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 197.

⁷² BRITO, *op. cit.*, vol. III, p. 193.

⁷³ Cf. ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 197.

populosas, ou peculiares à cidade da qual se trate(...) deverá deduzir também da mortalidade geral todos os óbitos que não dependem da influência do meio nosológico, como sejam os relativos aos nascidos mortos, às intoxicações, aos suicídios, aos assassinatos, e aos desastres⁷⁴.

Dessa forma, Francisco Saturnino de Brito conseguia comprovar a influência da aplicação de melhoramentos sanitários em uma cidade, no que diz respeito ao controle das epidemias, através da comparação da mortalidade ordinária ou relativa no lugar do beneficiamento, antes e depois de sua implantação.

É a elaboração de todos esses princípios, que fez de Saturnino de Brito o pai do urbanismo sanitaria no Brasil.

ANDRADE (1992), que realizou uma intensa pesquisa sobre o urbanismo sanitaria sob as influências de Saturnino de Brito, vai mais longe, e acredita que:

(...) o urbanismo moderno não chegou ao Brasil com Le Corbusier, em 1929, ou com os primeiros projetos de Lúcio Costa, já estando presente, desde a virada do século, nas proposições do engenheiro Saturnino de Brito⁷⁵.

Ainda, segundo ANDRADE (1992), Saturnino de Brito marcou o início do planejamento urbano no Brasil. Para ele,

A afinidade da teoria urbanística de Brito com as formulações do urbanismo nascente possibilitou, através das obras públicas que realizou, que também inúmeras cidades brasileiras fossem laboratórios experimentais da ciência das cidades, instaurando no Brasil – sem nenhum atraso em relação à Europa ou aos Estados Unidos – uma nova prática de intervenção do Estado sobre as cidades – o planejamento urbano⁷⁶.

Todos os projetos de Francisco Saturnino de Brito iniciavam-se por um estudo detalhado da área de intervenção, considerando-se aspectos físicos, localização dos rios, canais, lagoas, pântanos, serras, morros, aspectos urbanos, localização de cemitérios, matadouros, mercados, cais, além de condições climáticas, serviços

⁷⁴ BRITO, *op. cit.*, vol. VIII, p. 24.

⁷⁵ ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 7.

⁷⁶ *Ibid.*, f. 212.

urbanos, possibilidades de expansão da malha, cálculos de estatística demográfica, ou seja, ele realizava um levantamento preciso dos diversos vetores que envolviam a cidade. Algo inédito para sua época e que nos permite equiparar aos diagnósticos típicos do planejamento urbano moderno⁷⁷. Conforme ANDRADE (1992):

A adequação do traçado às características topográficas do sítio urbano será o princípio fundamental do urbanismo de Brito e o que possibilitará a conciliação entre as necessidades estéticas e as exigências técnicas relativas aos aspectos sanitários, de segurança e circulação, econômicos e administrativos⁷⁸.

Além disso, esses programas deveriam indicar: as ruas e becos que deveriam ser alargados, os quarteirões que deveriam ser saneados, as regras para as novas edificações, as áreas reservadas para jardins e parques, a preservação dos lugares pitorescos, a preservação dos mananciais, os eventuais prolongamentos de ruas necessários, a abertura de algumas, o traçado das avenidas ao longo dos cursos evitando as servidões⁷⁹.

Baseado nestes princípios,

Quase todas as cidades do Estado de São Paulo, Ouro Preto, Belo Horizonte, Juiz de Fora, muitas cidades do Estado de Minas Gerais, Niterói, Vitória, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Pelotas, Bagé,...são exemplos às dezenas, da iniciativa da engenharia brasileira⁸⁰.

Graças a sua experiência e preocupação com a estética das cidades, procurando sempre adaptar seus projetos à implantação no terreno, adequando-o às condições naturais do lugar e aproveitando os elementos da paisagem, Francisco Saturnino de Brito conseguiu fazer do país um referencial de saneamento urbano, a

⁷⁷ Cf. *Ibid.*, f. 128.

⁷⁸ *Ibid.*, f. 190.

⁷⁹ Cf. BRITO, *op. cit.*, vol. XX, p. 165.

⁸⁰ BRITO, *op. cit.*, vol. III, p. 197.

partir de meados do século XIX, à frente de outras importantes capitais mundiais, conforme se pode observar na tabela abaixo:

CIDADE	ESGOTOS
Hamburgo	1853
Rio de Janeiro	1864
Bruxelas	1867
Berlim	1874
Buenos Aires	1877
Roma	1879
Viena	1883
Nápoles	1893
Paris	1894

TABELA 1 – IMPLANTAÇÃO DOS PRIMEIROS SERVIÇOS DE ESGOTOS.

Fonte: BRITO, *Obras completas*. vol. III, p. 197.

No Brasil, os primeiros sistemas de abastecimento de água e serviços de esgotos se deram (conforme tabela 2) também, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

CIDADE	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	SERVIÇO DE ESGOTOS
São Paulo	1842	1883
Porto Alegre	1861	1912
Rio de Janeiro	1864	1864
Recife	1837	1875
Santos	1907	1889
São Vicente	1867	1914
Aracaju	1909	1914
Curitiba	1907	1910
Florianópolis	1910	1916
Bagé	1912	1921

Tabela 2 – IMPLANTAÇÃO DOS PRIMEIROS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS NO BRASIL.

Fontes:

BEER, *O novo paradigma das políticas urbana...*, p.74.

RAMOS, Átila. *Memória do saneamento desterrense*. Florianópolis: Editora da CASAN, 1986. p. 72.

Como se pode ver, aos poucos as cidades foram recebendo os serviços de água e esgoto, e algumas cidades brasileiras em particular, tiveram implantados seus sistemas antes de outras importantes cidades do mundo.

Dentro deste contexto, mais de uma dezena de cidades brasileiras sofreram a intervenção do urbanismo sanitaria de Saturnino de Brito e foram reformadas sanitariamente, “embelezadas, remodeladas, possuindo assim uma nova imagem”⁸¹, e, entre elas, Florianópolis, como iremos discutir adiante.

1.3.2 Projetos e Obras

Como já visto anteriormente, com o intuito de se adaptar às exigências do novo momento político brasileiro, as elites de diversas cidades se envolveram num processo que implicava em reformular os centros urbanos, através de uma série de obras, entre elas, obras que alargassem as antigas ruas apertadas, fruto de uma herança colonial arcaica, que este grupo de pessoas insistiam em extirpar, a fim de adequar essas áreas aos novos meios de transportes surgidos e ao aumento da circulação de pessoas e mercadorias. O alargamento de algumas dessas ruas implicava em destruir diversas edificações, muitas delas encortiçadas e algumas vezes bairros inteiros.

Nessa época, os primeiros planos e projetos, que eram elaborados pelos engenheiros, muitos deles sanitaristas, tinham seu enfoque na área central das cidades, e apesar de rigorosos na técnica, esses projetos eram extremamente cuidadosos com relação ao aspecto estético.

No Brasil, os principais modelos que inspiravam esses projetos de melhoramentos, se baseavam nos modelos europeus e se constituíam basicamente em obras de infra-estrutura urbana, ajardinamento de parques e praças, além do princípio de uma elaboração do que se pode chamar de uma legislação urbanística.

O plano urbanístico de Belo Horizonte, elaborado por Aarão Reis 1894-1895, que consistia na construção de uma nova capital para Minas Gerais, é o retrato das

⁸¹ ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 208.

preocupações estéticas do século XIX relativas às cidades. É evidente a preocupação em manter-se atualizado em face dos avanços da ciência e da técnica de seu tempo, respondendo especialmente às exigências modernas de higiene, conforto, elegância e embelezamento⁸².

Entre os primeiros planos e projetos de saneamento executados neste período, destaca-se o “Projeto de um Novo Arrabalde para Vitória” (1896), elaborado detalhadamente pelo engenheiro Saturnino de Brito, que incluía serviços de abastecimento de água e de drenagem⁸³, feitos através de canais que conduziam as águas até as eclusas. Sua experiência lhe permitia concluir que uma alteração nas condições de salubridade só seria possível através do enxugamento da camada superior do solo e no lançamento à distância dos dejetos provenientes das casas⁸⁴. Neste caso, optou-se pelo plantio de eucaliptos a fim de contribuir para o dessecamento⁸⁵, pois entendia-se ser o método mais adequado.

Quanto aos esgotos sanitários, optou-se pela utilização do sistema *tout à l'égout*, que se tratava de um sistema unitário⁸⁶ de coleta de esgotos que já vinha sendo bastante utilizado na Europa, empregado em cidades como Paris e Berlim. No que diz respeito à depuração⁸⁷ das águas, adotou-se o processo de irrigação com o aproveitamento industrial dessas águas.

Outras medidas complementares também faziam parte dessas intervenções, entre elas o projeto de diversos melhoramentos como o calçamento de algumas avenidas, a criação de canais de contorno, o início da limpeza pública de ruas e praças, além do transporte e incineração do lixo⁸⁸.

⁸² Cf. GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras, LIMA, Fábio José Martins de. *Plano urbanístico de Belo Horizonte*. In: LEME, *op. cit.*, p. 222 - 223.

⁸³ Enxugo e aeração do subsolo, superficial (valas) ou subterrâneas. BRITO, *op. cit.*, vol. III, p. 142.

⁸⁴ Cf. FREITAS, José Francisco Bernardino, MENDONÇA, Eneida Maria Souza, CAMPOS, Martha Machado, ALMEIDA, Renata Hermmany de. *Projeto de um novo arrabalde dotado dos serviços de abastecimento de água e de drenagem, para Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, Francisco Saturnino de Brito, 1896*. In: LEME, *op. cit.*, p.257.

⁸⁵ Enxugamento de águas superficiais, drenagem de águas subterrâneas; enxugo do terreno por drenagem. BRITO, *op. cit.*, vol. III, p. 142.

⁸⁶ Coleta os despejos e todas as águas pluviais. BRITO, *op. cit.*, vol. III, p. 146.

⁸⁷ Tratamento da água de esgoto. BRITO, *op. cit.*, vol. III, p. 142.

⁸⁸ Cf. FREITAS, *op. cit.*, In: LEME, *op. cit.*, p. 257.

Pode-se dizer que várias das grandes intervenções ocorridas no início do século XX no Brasil se deram junto às zonas portuárias.

O projeto de modernização do Porto do Recife, a partir de 1909, foi um desses exemplos. Esse projeto consistiu na ampliação e reaparelhamento do porto, que em função da péssima situação em que se encontrava estava comprometendo as relações comerciais. As obras consistiram, na “(...) construção e reforços dos diques e muralhas, construção de armazéns, serviço de drenagens e de aterros, implantação de calçamentos e linhas férreas urbanas (...)”⁸⁹. Porém, o que deveria ter sido restrito ao porto tomou outras proporções, chegando-se a sugerir a reordenação de todo o bairro em que estava inserido, alargando e abrindo diversas ruas no bairro do Recife⁹⁰.

Este projeto de modernização do porto estava inserido dentro de um conjunto de obras, entre 1909 e 1915, que compreendeu ainda na reforma urbana do bairro do Recife e no Plano de Saneamento da Cidade⁹¹.

Quanto ao Plano de Saneamento da Cidade, este compreendia em fornecer um moderno sistema de esgotos sanitários e de abastecimento de água. Bem ao estilo de Saturnino de Brito, autor do projeto, sua idéia era propor um plano urbanístico mais completo prevendo, inclusive, o fornecimento de água potável para outras áreas de possível expansão da cidade, que apesar dos esforços do engenheiro, não pôde ser executado por motivos financeiros⁹².

Nesse plano, Saturnino de Brito negou o sistema unitário e passou a implantar o sistema separador absoluto ou completo ou “sistema *waring*”⁹³, ou seja, destinava condutos distintos para as águas pluviais e para os despejos⁹⁴. Esse projeto contava, ainda, com propostas de alargamento de algumas ruas e abertura de outras.

⁸⁹ MOREIRA, Fernando Diniz. *Projeto de Reaparelhamento e modernização do porto, 1909-1926*. In: LEME, op. cit., p. 244.

⁹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 244.

⁹¹ *Ibid.*, p. 244.

⁹² Cf. *Ibid.*, p. 263.

⁹³ Nome do engenheiro norte-americano que o inventou. Nesse sistema, as águas pluviais não precisavam ser tratadas, e as servidas tinham seu tratamento facilitado, visto que tinham seu volume reduzido.

⁹⁴ Cf. MOREIRA, F. D. *Plano de Saneamento do Recife, Francisco Saturnino de Brito, 1909-1915*. In: LEME, op. cit., p. 264.

Dentro desse conjunto de obras, Saturnino de Brito também foi o responsável pela criação do Cadastro Sanitário Municipal, um rigoroso código disciplinador que continha desde regras de disposição de equipamentos sanitários até limites mínimos de ventilação e iluminação. Um marco no processo de regulamentação e controle das novas construções e reformas das existentes⁹⁵.

Outro projeto de saneamento importante dessa época se deu na Bahia, mais especificamente na cidade de Salvador, que teve seu início em 1906, através do engenheiro Theodoro Sampaio. Sampaio elaborou um primeiro plano para instalação de águas e esgotos, vindo a ser remodelado e ampliado vinte anos mais tarde por Saturnino de Brito⁹⁶.

Dentre os mais importantes planos detalhados e executados por Francisco Saturnino de Brito está o da Cidade de Santos, que consistia num projeto completo de saneamento e expansão da cidade com a utilização do “sistema separador absoluto”, e o emprego do concreto armado, que possibilitou a construção dos “canais de drenagem a céu aberto”, com a definição de avenidas laterais, a marca registrada do seu urbanismo⁹⁷.

Esse novo sistema marcou, definitivamente, o desenho das cidades que sofreram intervenções do seu urbanismo, pois possibilitou o canal⁹⁸ de drenagem a céu aberto e a construção de avenidas marginais a ele, mantendo sua preocupação de associar seus projetos à estética, evitando, com isso, a instalação de servidões ribeirinhas.

Esse novo sistema marcou, definitivamente, o desenho das cidades que sofreram intervenções do seu urbanismo, pois possibilitou o canal⁹⁹ de drenagem a céu aberto e a construção de avenidas marginais a ele, mantendo sua preocupação de

⁹⁵ *Ibid.*, p. 264.

⁹⁶ Cf. FERNANDES, Ana, SAMPAIO, Antonio Heliódório Lima, GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *Saneamento da cidade da Bahia, Theodoro Sampaio, 1906*. In: LEME, *op. cit.*, p. 260.

⁹⁷ Cf. ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 139.

⁹⁸ Nesses canais e galerias, de águas pluviais, se dava de maneira pioneira o uso do cimento armado em obras públicas. ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 129.

⁹⁹ Nesses canais e galerias, de águas pluviais, se dava de maneira pioneira o uso do cimento armado em obras públicas. ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 129.

associar seus projetos à estética, evitando, com isso, a instalação de servidões ribeirinhas.

Além do aspecto estético, Saturnino de Brito conseguiu com essa obra drenar certas áreas constantemente ameaçadas por enchentes, possibilitando a urbanização desses terrenos e sua expansão. Alguns desses canais, se transformaram, anos mais tarde, em eixos importantes para a cidade.

Somando-se a essas avenidas laterais, o plano da cidade de Santos contemplava ainda as avenidas-parques, que cortavam a malha urbana diagonalmente, facilitando o deslocamento entre pontos distantes da cidade.

Conforme ANDRADE (1992), “As realizações de Saturnino de Brito deram origem a uma nova cidade com um desenho extremamente moderno para a época, aproximando a paisagem urbana santista daquela de cidades européias”¹⁰⁰.

Alguns desses planos de saneamento tiveram importância tão significativa, nos lugares em que foram implantados, que se tornaram responsáveis pela reestruturação das cidades, de maneira que possibilitaram a expansão dessas durante um longo tempo.

Outros planos, como o do prefeito Francisco Pereira Passos, ou o Plano Agache, no início do século XX para Rio de Janeiro, tiveram grande repercussão sobre a malha da cidade, principalmente no que diz respeito à eliminação de algumas formas de habitação mais precárias, como os cortiços, dos centros das cidades.

O plano de Pereira Passos implicava na implantação de medidas drásticas que modificavam hábitos e comportamentos, principalmente dessas camadas mais pobres da população, como a proibição da mendicância, da venda de vários produtos por ambulantes, a quem não se propunha outras alternativas¹⁰¹.

Segundo Maurício de Almeida ABREU,

(...) a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condizia com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças,

¹⁰⁰ *Ibid.*, f. 138.

¹⁰¹ Cf. ABREU, p. 63.

animais e cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam “status” às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil”¹⁰².

Dessa forma, Pereira Passos, através de legislação municipal, alterou alguns dispositivos do Código de Postura elaborado em 1832, tornando-o ainda mais enérgico e rigoroso¹⁰³.

Abertura de grandes avenidas de circulação, alargamento, calçamento, arborização e alinhamento de ruas, embelezamento de jardins e praças, com a inserção de estátuas ornamentais, a instituição de recuo progressivo dos edifícios, canalização de alguns rios, demolição de morros, tudo isso fez parte do plano de renovação urbana proposto por Pereira Passos¹⁰⁴.

Assim, através desses exemplos de planos e obras, as cidades brasileiras de maior expressão foram sendo inseridas num projeto de modernização nacional, cuja implementação se tornou um dos objetivos principais do Estado brasileiro, no início do século XX.

Como foi visto, essas reformulações urbanas abrangeram desde a extinção dos cortiços, por entender que eram esses os principais focos de doenças, até as obras de embelezamento das cidades, e tiveram não só o apoio incondicional das elites como foram em vários casos idealizadas por elas, na busca de uma adequação dessas cidades aos modelos europeus.

Em alguns casos, as novas normas de higiene passaram a estabelecer padrões que acabaram por prejudicar de forma mais imediata as camadas mais pobres da população, que passaram a ser responsabilizadas pela feiúra das cidades e por isso deveriam ser removidas dos centros dessas.

¹⁰² *Ibid.*, p. 60.

¹⁰³ Cf. PECHMAN, Sérgio; FRITHSCH, Lilian. *A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 5, n.8/9. abr. 1985. p.155.

¹⁰⁴ Cf. ABREU, p. 61.

A implantação de uma série de serviços de melhoramento num espaço relativamente curto de tempo, acabou por provocar um grande impacto não somente no modo de vida da população, como também nas estruturas urbanas, que sofreram alterações significativas se comparadas àquelas que as cidades possuíam.

Em Florianópolis, é no centro da cidade que se pretende encontrar subsídios para reconstruir a história dos problemas de ordem higiênica, que foram se agravando de uma maneira geral com o crescimento populacional, ainda que pouco expressivo, se comparado à maioria das cidades brasileiras, mas que foram responsáveis pelo desencadeamento de práticas sanitaristas que acabaram por definir uma nova paisagem urbana para a cidade.

1.4 O ESPAÇO, A PAISAGEM E O CENTRO URBANO.

Ainda que algumas cidades maiores e mais importantes tenham sido alvos de planos urbanísticos mais abrangentes, a maioria das cidades brasileiras que sofreram a influência do urbanismo sanitarista, transformando significativamente suas paisagens, tiveram como objeto dessas intervenções principalmente o centro urbano.

Sabemos que as elites econômicas e políticas, responsáveis pela implantação dessas novas idéias associadas à higiene e à estética, sonharam com um espaço totalmente reformado, condizente com o novo regime político, a República, capaz de transformar as coisas passadas, possibilitando a criação de uma nova paisagem.

As novas paisagens das cidades brasileiras, idealizadas por suas elites e executadas pelos engenheiros e urbanistas, faziam parte, como já explicado anteriormente, de um modelo importado dos países europeus.

Essa paisagem sonhada deveria dar às cidades um outro aspecto, uma fisionomia diversa daquela apresentada durante os anos de Império.

Como sabemos, a paisagem é o produto das alterações na estrutura e nas funções urbanas, fruto de um processo em constante evolução e que depende das alterações de elementos naturais, físicos e sociais, que são seus agentes indutores de transformação.

Essa paisagem, conforme Milton SANTOS (1986), se apresenta de diferentes maneiras, algumas de formas mais duráveis e outras menos, porém todas são a combinação de objetos naturais e fabricados¹⁰⁵. A paisagem é o espelho do momento pelo qual atravessa a sociedade, e sendo assim,

[cada] vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e a paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade¹⁰⁶.

A paisagem está em constante transformação, assim como história, que é dinâmica. Porém, inseridos no dia-a-dia dessas transformações, como atores nessas mudanças, fica mais difícil perceber estas alterações, mas ela está sempre se modificando para atender uma nova realidade, portanto é uma superposição do hoje sobre o ontem. Então,

Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é resultado de uma acumulação dos tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção¹⁰⁷.

Alguns lugares, onde aparentemente parecem não sofrer qualquer alteração na paisagem, é possível perceber mudanças se compararmos fotografias de diferentes períodos.

Vários aspectos podem contribuir para a alteração da paisagem, como a construção ou demolição de uma edificação, a mudança de comportamento das pessoas, alterações nas funções, o emprego de novos meios de transporte, entre outros.

¹⁰⁵ SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 37.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 37.

¹⁰⁷ SANTOS, *Pensando o espaço do homem*. p. 38.

Algumas cidades apresentam maior potencial de transformação, outras, por possuírem elementos construídos de grande valor histórico, fazem com que estes elementos com o passar dos anos tornem-se cada vez mais parte integrante da paisagem.

A questão da transformação da paisagem está diretamente ligada a aspectos sociais. Ela, a paisagem, é a expressão física e visual do espaço urbano, além disso, conforme Paul CLAVAL:

A paisagem encontra-se, algumas vezes, valorizada por si mesma: deixa de ser somente uma expressão da vida social, toma uma dimensão estética ou funda a identidade do grupo. Serve para exprimir os sonhos¹⁰⁸.

Isto significa dizer que “os hábitos, as preferências, os sonhos e as aspirações que os indivíduos adotam nas representações que compartilham, possuem dimensões espaciais”¹⁰⁹.

As novas necessidades e aspirações da sociedade brasileira, na virada do século XIX para o século XX, eram se desfazer de tudo que lembrasse o atraso associado à falta de higiene e estética, construindo a partir de seus princípios uma história de progresso.

Dessa forma, conforme Rosângela Miranda CHEREM,

(...) a burguesia enleava-se num paradoxo de difícil solução: sonhava com um espaço ordenado e homogêneo dentro de parâmetros a partir dos quais se deveriam construir e generalizar os elementos urbanos de progresso e civilização, porém ela mesma se apresentava heterogênea e diversificada. Assim, na compreensão sobre a cidade e o aproveitamento do seu espaço, homens delineavam sonhos do que deveria conter o cenário urbano, até o limite de suas fronteiras, ao mesmo tempo em que buscavam referências para construção de sua própria identidade¹¹⁰.

¹⁰⁸ CLAVAL, Paul. *Geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. p. 295.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 294.

¹¹⁰ CHEREM, Rosângela Miranda. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – F.F.L.C.H. Universidade de São Paulo, São Paulo. f. 59.

O espaço idealizado pela burguesia, não comportava pessoas que não estivessem incluídas ou que divergissem das novas normas de higiene, estética e comportamento. Dessa forma, para as elites, essas pessoas mais simples, passaram a constituir uma ameaça para a paisagem que elas desejavam construir, sendo por várias vezes, alvo de projetos que as removiam ou até as expulsavam dos centros das cidades.

A cidade é o resultado do controle da comunidade sobre a condução do seu desenvolvimento/ crescimento, e, sendo assim, as elites procuraram, na medida do possível, delinear o futuro do centro de suas cidades.

É exatamente pelo fato de o centro ter sido o alvo das reformas urbanas, é que entende-se que é nessa área da cidade que se tem a melhor amostra das características culturais da sociedade.

É no centro, portanto, que mais facilmente se consegue reconstruir as diversas paisagens existentes, pois nele concentram-se quase todos os elementos que permitem elaborar uma identidade simbólica à cidade. É nesse espaço que se deram, e ainda se dão, as maiores manifestações culturais, sendo portanto, o seu local mais popular.

Segundo Manuel CASTELLS, “o espaço urbano não é um texto já escrito, mas uma tela permanentemente reestruturada, por um simbólico que se modifica à medida da produção de um conteúdo ideológico pelas práticas sociais que agem na e sobre a unidade urbana”¹¹¹.

O centro urbano é o lugar onde se encontram acumulados elementos e atividades que podem contribuir para a compreensão das transformações estruturais ocorridas nas cidades ao longo dos tempos.

O seu espaço simbólico é o produto de acumulações históricas, do processo de organização da sociedade com relação aos valores expressos nesse espaço. A forma urbana depende das alterações sociais juntamente com a alteração da carga simbólica, própria das formas espaciais.

¹¹¹ CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Sociologia, 1983. p. 268.

A cidade é uma estrutura simbólica, um conjunto de signos que permite a passagem entre sociedade e espaço, que estabelece uma relação entre natureza e cultura.

A estrutura simbólica vai além dos monumentos. Os signos urbanos são todos aqueles que interagem, que organizam efetivamente as relações sociais. Assim,

O centro simbólico é a organização espacial dos pontos de interseção dos eixos do campo semântico da cidade, quer dizer, o lugar ou os lugares que condensam de uma maneira intensa uma carga valorizante, em função da qual se organiza de forma significativa o espaço urbano¹¹².

À medida que, na cidade, o núcleo central urbano passa a se expandir com a criação de áreas periféricas, reforça ainda mais a centralidade dessa área inicial, pois passam a fazer referência a essa como o *centro da cidade*. Além disso, permanece a hierarquia espacial inicial, no que diz respeito às atividades políticas, econômicas e sociais. A diferença está em que, além daquelas já existentes, passa a acolher novas funções.

O centro passa a integrar as novas atividades e as novas áreas. É o que CASTELLS descreve como o centro-de-trocas¹¹³, enquanto expressão do processo de expansão urbana durante a fase de industrialização, de divisão social do trabalho, de especificação funcional e de ocupação do solo conforme a lei de mercado.

Os centros, ao longo da história, agruparam atividades fundamentais que eram o comércio e a gestão administrativa, financeira e política. Assim,

O centro é a parte da cidade onde estão implantados serviços que se endereçam ao maior número de consumidores ou a usuários específicos, e a proximidade espacial não intervém absolutamente na utilização dos serviços oferecidos¹¹⁴.

¹¹² CASTELLS, p. 268.

¹¹³ Cf. *Ibid.*, p. 281.

¹¹⁴ CASTELLS, p. 273.

As áreas centrais, em geral, apresentam terrenos com preços muito elevados, apesar dos problemas que surgem com a superocupação deste espaço, mas que compensam, tendo em vista os benefícios que esta posição oferece a determinadas atividades.

Outra característica importante do centro apontada por CASTELLS, é o centro enquanto núcleo lúdico, concentração de lazeres e base espacial das “luzes da cidade”¹¹⁵.

Neste sentido, o autor não se refere apenas ao fato do centro sediar atividades de espetáculo e diversão, mas ao local que proporciona a exaltação do espaço urbano, e que oferece uma variedade de escolhas de compra, lazer e entretenimento.

O centro urbano nada tem a ver com a área central do sítio. O núcleo central urbano, não necessariamente deve estar em posição centralizada, mas, o que acontece nas principais cidades brasileiras, é que ele se encontra na área histórica, na área mais antiga do lugar. Isso porque foi nessas áreas mais antigas que se deu início à história de cada localidade por seus fundadores, que avaliaram e escolheram o melhor sítio, criando o ponto de partida e estabelecendo as primeiras atividades econômicas, políticas e sociais¹¹⁶.

A posição da igreja, ou inicialmente da capela, determinando a posição do poder religioso, muitas vezes desempenhou um papel decisivo no estabelecimento de uma centralidade.

O centro é o somatório de elemento espaço geográfico carregado de conteúdo social, que, interagindo ao longo dos tempos, proporcionam um espaço em constante transformação.

Assim como confirma CASTELLS,

A centralidade urbana coroa as utopias urbanísticas e teorias sobre a cidade. Ela conota a decisão chave das relações e articulações entre os

¹¹⁵ *Ibid.*, p.274.

¹¹⁶ Cf. LUCENA, Liliane Monfardini Fernandes de. *Laguna de ontem e de hoje – espaços públicos e vida urbana*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. f. 59.

elementos da estrutura urbana, mas, investida inteiramente pela ideologia, ela tende a tornar-se o revelador mais seguro da concepção das relações entre cidade e sociedade subjacente à análise¹¹⁷.

O centro é o responsável em grande parte, pela organização espacial dos processos de reprodução e transformação das relações sociais e da estrutura urbana. A mudança estrutural é fruto da alteração das antigas formas, normalmente para adequação às novas funções que vão se abrigoando neste mesmo espaço que foi ao longo dos tempos se expandindo, sendo reformulado e reestruturado.

É nesse mesmo espaço que as gerações seguintes foram usufruindo e adaptando o legado histórico recebido, e deixando suas novas contribuições, fruto de sua realidade sociocultural. É dessa superposição de tempos históricos que as cidades foram sendo construídas.

O centro histórico é, via de regra, o ponto focal mais importante em todos os períodos, que apesar de todas as transformações sofridas, consegue, na maioria das vezes, concentrar heranças preciosas de diversas épocas históricas.

A tradicional importância do centro se dá, naturalmente por conseguir abrigar no mesmo espaço, por diversas gerações, quase todas as funções de uma cidade, desde a moradia, o poder político, o religioso, o comércio, o lazer, a cultura, sendo o lugar onde tudo acontece, onde os principais elementos que constituem a estrutura urbana da cidade, sempre estiveram reunidos.

Assim, o centro torna-se o espaço simbólico mais revelador da identidade cultural de uma cidade, é a amostra mais precisa, é o lugar que melhor guarda a memória de um povo, através das mais diversas formas de manifestação de sua cultura.

¹¹⁷ CASTELLS, p. 271.

Dessa forma, a importância do centro de Florianópolis fez com que, na época em estudo, a exemplo do que vinha acontecendo em outras cidades brasileiras, seu centro fosse alvo das reformas das elites locais.

Fundada na época do Brasil colonial, a cidade de Florianópolis cresceu a partir de um núcleo central, “representação do poder político-administrativo e religioso”¹¹⁸ formado pela praça principal¹¹⁹, com a igreja em posição de destaque, do lado oposto ao do mar, juntamente com a Casa de Governo e a Casa de Câmara. As ruas mais próximas à praça, partiam dessa paralelamente à praia, as demais ruas iam moldando-se irregularmente, conforme o terreno.

Essa forma influenciou grandemente na constituição da malha dessa área central, e apesar da expansão da cidade, este conjunto inicial, na sua essência, permanece até os nossos dias.

Assim, a incidência do urbanismo sanitarista se deu nessa área de maior concentração populacional, área onde o comércio era mais forte, onde encontravam-se as elites¹²⁰, onde existiam mais investimentos, áreas mais ricas e ao mesmo tempo as mais problemáticas.

As elites em Florianópolis almejavam uma cidade moderna, civilizada e sobretudo homogênea, fazendo uso de todos os artifícios para modificar, alterar e excluir tudo aquilo que pudesse comprometer este novo cenário aparentemente perfeito, mas que escondia grandes problemas sociais.

2 ASPECTOS DA EVOLUÇÃO URBANA EM FLORIANÓPOLIS

¹¹⁸ VEIGA, p. 53.

¹¹⁹ A praça principal deveria ser traçada de forma regular, conforme a Provisão Régia de D. João V. Discute a respeito o autor PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. *Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991. p. 317, 358, visto que em Desterro, a praça não obedeceu à rigidez do traçado regular, e sim trapezoidal. Segundo este autor, isso se deu graças ao formato curvilíneo da praia, que na tentativa de manter as primeiras ruas perpendiculares ao mar, desaprumou a praça, fazendo com que a mesma tivesse medidas e forma diversa da retangular.

¹²⁰ Essa elite era composta principalmente, pelos políticos, comerciantes, militares, magistrados e alguns profissionais liberais.

2.1 O INÍCIO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM

Baseado em trabalhos do historiador Oswaldo Rodrigues CABRAL e do geógrafo Victor Antônio PELUSO JÚNIOR, podemos caracterizar a paisagem urbana de Florianópolis desde sua origem, até o período que se pretende trabalhar, a fim de compreender o processo de evolução urbana da cidade.

Esta primeira análise é o ponto de partida para perceber as principais transformações ocorridas na paisagem urbana do centro da cidade.

Para entender este processo, é preciso conhecer o que foi a cidade desde a sua origem, para melhor compreender as transformações que foram se dando ao longo dos tempos.

A história de Nossa Senhora do Desterro, (nome da cidade de Florianópolis até 1894), teve sua origem através do seu fundador, o bandeirante paulista Francisco Dias Velho, que chegou na ilha no século XVII, com sua família e escravos, e organizou o povoado em torno da capela de Nossa Senhora do Desterro, erguida pelo mesmo, no alto da pequena colina onde hoje se localiza a Catedral Metropolitana de Florianópolis. Na frente da igreja, no sentido do suave declínio que descia até a praia, organizou-se a praça, e as demais ruas se orientaram perpendicularmente e paralelamente a essa¹²¹.

As primeiras descrições de Desterro foram feitas por viajantes que estiveram na região, e, segundo os mesmos, ainda no século XVII sua economia era baseada na pesca e na pequena lavoura.

Um dos principais motivos que estimulou a ocupação humana de Desterro, segundo Laura Machado HÜBENER, foi graças “às necessidades estratégicas da Coroa Portuguesa e não em função de objetivos econômicos (...). As necessidades militares e administrativas sobrepujaram, inicialmente, os interesses de ordem

¹²¹ Cf. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 17.

econômica”¹²². Além disso, a sua localização privilegiada, com duas baías, norte e sul, possibilitou às embarcações ancorar em qualquer vento.

Primeiramente, obedecendo às facilidades de um terreno mais plano, o povoado se desenvolveu à esquerda da igreja, olhando dessa para o mar. Essa região, além de ter uma enseada abrigada dos ventos, possuía uma fonte d’água, mais tarde conhecida como Campo do Manejo (onde hoje se encontra o Instituto Estadual de Educação), responsável pela fixação dos primeiros habitantes nesse local. (fig. 3)

Com o passar do tempo, apesar do terreno ser mais acidentado, muito lentamente o outro lado também foi sendo ocupado, principalmente na orientação de duas outras fontes de água existentes: a Fonte de Ramos e a do Largo da Palhoça¹²³. As fontes de água determinaram o rumo de crescimento da vila.

A paisagem de Desterro, no início do século XVIII, era a de uma pequena vila (foi elevada a essa condição em 23 de março de 1726) de pescadores à beira da praia. Além da pesca, seus moradores plantavam principalmente mandioca, milho e batatas.

As primeiras intervenções no sentido de projetar, locar e construir importantes equipamentos em Desterro, se deu ainda na primeira metade do século XVIII, com a chegada do Brigadeiro José da Silva Paes, responsável por tornar Santa Catarina uma capitania em 1738. Silva Paes além de conduzir construções militares, como quatro fortificações, também foi quem idealizou a substituição da antiga capela, construída pelo seu fundador, por uma nova, por acreditar que aquela não comportava mais o número de religiosos da vila. Além dessas obras, foi responsável pela construção dos primeiros prédios públicos, como a Casa do Governo, a Casa de Câmara e Cadeia e o Quartel, conferindo à capitania maior status¹²⁴.

Apesar dessas alterações na paisagem, a população de Desterro continuava extremamente pobre, com hábitos primitivos como a prática do escambo. Durante

¹²² HÜBENER, Laura Machado. *O comércio na cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981. p. 15.

¹²³ Cf. CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 21. A Fonte de Ramos situava-se próxima à rua 7 de setembro e a fonte do Largo da Palhoça, trata-se da rua Vidal Ramos.

muito tempo, o dinheiro em espécie não teve muito valor em Desterro, pois segundo CABRAL (1979), havia muito mais para vender, do que para comprar, visto que os produtos manufaturados demoravam a chegar à ilha¹²⁵.

Essa população permaneceu muito humilde, até que a vinda de imigrantes açorianos incentivados pela Coroa entre 1748 e 1756, na segunda metade do século XVIII, teve sua economia incrementada, passando a desenvolver atividades de comércio e portuárias, contribuindo para o surgimento de uma pequena burguesia comercial¹²⁶.

A vinda de militares e suas famílias, com o intuito de defesa da região, também contribuiu para o aumento da população, permitindo também a ampliação do consumo de mercadorias.

O porto teve grande influência na formação urbana de Nossa Senhora do Desterro. Situado na metade do caminho entre duas cidades importantes – Rio de Janeiro e Buenos Aires¹²⁷, foi responsável principalmente pela exportação de gêneros alimentícios como a farinha de mandioca, milho e feijão, e contribuiu para o aparecimento de hotéis¹²⁸, pensões, estalagens, pela intensificação do comércio, e por consequência a circulação de mercadorias diversificadas, como aguardente, azeite doce, amendoim, bolachas, bacalhau, toucinho, vinagre entre outras¹²⁹.

Além disso, o porto foi o responsável pela alteração no eixo do desenvolvimento urbano para o lado oeste da praça, visto que em função do

¹²⁴ CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 24 - 25.

¹²⁵ *Ibid.*, 275.

¹²⁶ Cf. HÜBENER, p. 17. Esses comerciantes eram em geral proprietários de embarcações, responsáveis pelo comércio de pequena cabotagem no litoral catarinense.

¹²⁷ Cf. CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 366.

¹²⁸ Hotel do Café e Hotel Brasil (1856), Hotel do Vapor (1857), Hotel Universo, Grande Hotel do Comércio (Cons. Mafra, esquina da Marechal Deodoro, em frente à alfândega e ao mercado).

¹²⁹ CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 267.

movimento dos navios e de cargas, à direita da praça principal, incentivou a construção de várias casas nessa direção.

Segundo descrição de Auguste de SAINT-HILAIRE, que em suas andanças esteve no litoral de Santa Catarina em 1820, a ilha de Santa Catarina já deveria ter nessa época algo em torno de 14 mil pessoas, sendo um quinto constituído por escravos¹³⁰.

O porto de Desterro teve seu ápice na década de 60 do século XIX, tornando-se posto de abastecimento entre importantes cidades do país e do exterior. Era o principal ponto de parada de embarcações vindas do Rio de Janeiro, que seguiam até o rio da Prata, permanecendo, dessa forma, um longo período como um dos mais importantes da América do Sul.

A partir do final desse século, porém, o porto passou a não mais oferecer condições de ancoragem das embarcações que, em função do avanço tecnológico, foram ficando grandes demais para a pouca profundidade do estreito que separa a ilha do continente. O aumento dos custos de frete, das despesas com baldeação e a demora de viagem fizeram com que, aos poucos, muitos produtos tivessem sua comercialização suspensa, enquanto outros portos como o de Itajaí e São Francisco foram crescendo e se tornando mais importantes¹³¹.

A área central era constituída nesse período de ruas estreitas com traçado irregular, casas simples de arquitetura colonial, alguns casarões e poucos prédios públicos, configurando uma paisagem que para muitos significava a própria imagem do atraso. Esse período em que se percebe uma regressão no desenvolvimento da cidade, se deu também não somente pelo fim da Guerra do Paraguai em 1870, mas pela recessão e crise econômica que abalou todo o mundo na década de 80 do século XIX, sendo superada apenas na virada do novo século com o incremento das transações internacionais, através da entrada no país de capitais estrangeiros, à procura de novas

¹³⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. São Paulo: Editora da USP, 1978. p. 167.

¹³¹ Cf. HÜBENER, p. 38.

fontes de reprodução, utilizados principalmente na implantação de serviços públicos por meio de concessão estatal¹³².

Mantendo as características de cidade-vila durante muito tempo, foi somente nos meados do século XIX, que passou a apresentar um tipo de vida mais urbano com a introdução de alguns hábitos citadinos, a uma parte reduzida da sociedade, como ir ao teatro, freqüentar escolas, ler jornais¹³³.

Os jornais em Florianópolis reproduziam em sua maioria o que jornais das grandes capitais já haviam escrito, e que, por sua vez, copiavam notícias de jornais estrangeiros. Muitas vezes, essas reproduções se davam através de colagens¹³⁴. Havia um grande número de jornais que circulavam na cidade, porém alguns permaneceram mais tempo, outros apenas com a edição de alguns números. Eles expressavam não só posições político-partidárias, mas também traziam novidades a respeito da moda e dos hábitos das cidades mais adiantadas. Além disso, era através desses periódicos que se publicavam atos oficiais, leis, pedidos, reclamações, reivindicações como calçamento, iluminação à Municipalidade, enfim, assuntos de interesse da comunidade.

Ler jornais, significava status, visto que eram muitos aqueles que não sabiam ler, e dependiam dos comentários feitos pelos indivíduos letrados, para ficarem informados.

Dessa forma, muito lentamente a cidade foi se expandindo e, no início do século XX, já era possível perceber a abertura de algumas novas vias públicas importantes e o prolongamento de outras.

A- Estreito; B- Mato-Grosso; C- Praia de Fora; D- Figueira, E- Tronqueira; F- Campo do Manejo; G- Pedreira; H- Toca; J- Menino Deus; 1- Rua Augusta; 2- Rua da Cadeia; 3- Rua dos Quartéis Velhos; 4- Rua do Vigário; 5- Rua do Desterro; 6- Rua do Alecrim; 7- Rua da Conceição (das Rosas, do Padre Domingos José, do “Assougue”); 8- Rua da Lapa; 9- Travessa que vai para o Forte; 10- Rua da Pedreira; 11- Rua da Fonte Grande; 12- Rua da Tronqueira; 13- Quartel do Campo do Manejo; 14- Rua do Vinagre; 15- Beco do Quartel (Beco Sujo); 16- Beco do Cortume; 17- Rua do Menino Deus; 18- Rua da Toca; 19- Rua de São Martinho; 20- Rua do Príncipe; 21- Rua do Senado (dos Moinhos de Vento); 22- Rua do Governador; 23- Rua da Palhoça; 24- Rua do Livramento; 25- Rua do Ouvidor (dos

¹³² VEIGA, p. 147.

¹³³ Cf. CHEREM, p. 22.

¹³⁴ Cf. PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis – 1880/1920*. 1992. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. f. 29 - 34.

Quartéis de Mexia); 26- Rua do Propósito (da Paz); 27- Rua da Palma; 28- Rua da Palhoça; 29- Rua do Bom Jesus; 30- Rua da Figueira; 31- Rua do Passeio; 32- Rua da Praia de Fora Beira Mar (Rua de S. Ana); 33- Rua de São Marcos; 34- Rua do Mato-Grosso; 35- Rua da Trindade; 36- Rua do Espírito-Santo; 37- Rua Aurea; 38- Rua das Olarias.

A Rua do Príncipe, atual Conselheiro Mafra, se estendia até o Cemitério Público¹³⁵, no alto da colina, atual cabeceira da ponte Hercílio Luz. (fig. 3)

No mesmo período, na Baía Norte, foram sendo abertas as ruas Almirante Lamego, Bocaiúva¹³⁶ e Heitor Luz. Além dessas, outras ruas que intermediavam esses caminhos também foram sendo criadas.

A- Praia de Fora; B- Mato Grosso; C- São Luís; D- Estreito; E- José Mendes; F- Figueira; G- Rita Maria e Arataca;
H- Pedreira; I- Tronqueira; J- Campo do Manejo; L- Toca; M- Menino Deus; N- Pedra Grande; O- Canudinhos.

O que se via nesses primeiros anos do novo século, era a conformação dos primeiros bairros, entre eles, a Tronqueira, o Mato Grosso, o Estreito e a Praia de Fora, como veremos em seguida. (conforme fig. 4)

Apesar disso, a área mais importante e populosa continuou sendo a Baía Sul e principalmente o lado leste da praça central, o mais antigo, onde até hoje o núcleo central permanece o mesmo, apenas estendendo-se até os limites naturais, conformando-se na parte insular mais próxima do continente, entre as baías Norte e Sul e o Morro, perfazendo uma forma triangular, o qual é o objeto desse estudo.

¹³⁵ O cemitério municipal ali se situou até 1925, quando foi transferido para o bairro do Itacorubi.

¹³⁶ Antiga rua São Sebastião.

2.2 PRÁTICAS, COSTUMES E COMPORTAMENTO SOCIAL

Apesar de alguns viajantes, que por aqui passaram, terem declarado que Nossa Senhora do Desterro era uma cidade limpa¹³⁷, com casas “bem caiadas” e “bem conservadas”¹³⁸, assim como as demais cidades brasileiras, ela sofria com a incidência de todos os tipos de moléstias, e possuía sérios problemas de salubridade.

Segundo Alcides Rabelo COELHO, a malária ou paludismo, fez um grande número de vítimas principalmente entre os anos de 1526 e 1869, a varíola, sempre esteve presente de maneira endêmica na cidade, a lepra, a sífilis, o cólera, levou a óbito uma grande quantidade de pessoas todas as vezes que se manifestou na ilha, tendo registrada como a pior epidemia a de 1856, e ainda a febre amarela, a peste bubônica, e a tuberculose, entre outras, eram comum aparecer nos diversos relatórios do governo¹³⁹.

Conta CABRAL (1942), em sua obra: *Medicina, médicos e charlatães do passado*, que até o século XIX, pouco se sabia a respeito da cura dessas doenças, e o mais comum nessa época, era a utilização de chás para curar os doentes, mas esses pouco ajudavam. Nesse caso, correntes de orações e até a ajuda dos curandeiros que eram muitos, eram solicitadas, porém entre esses havia vários charlatães¹⁴⁰. Segundo João Ribeiro de ALMEIDA, médico militar, em Desterro se observava,

(...) o mais revoltante e perigoso charlatanismo, que em bem poucos lugares do mundo se terá visto? Se tudo se limitasse a práticas absurdas e ridículas (...) mas não há somente benzedores, tiradores de quebranto, levantadores de espinha caída, há coisas revoltantes¹⁴¹.

O fato de se tratar de uma cidade portuária, contribuía ainda mais para a incidência dessas epidemias, pois, além das doenças originadas na própria região,

¹³⁷ Limpa para os padrões da época.

¹³⁸ SAINT-HILAIRE, p. 170.

¹³⁹ Cf. COELHO, Alcides Rabelo. *O urbano e o sanitário na globalização: estudo de questões urbanas e sanitárias da cidade de Florianópolis*. 1998. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo. f. 191 - 194.

¹⁴⁰ Cf. CABRAL, *Medicina, médicos e...*, p. 13.

constantemente estavam sujeitos a outras, trazidas pelos próprios marinheiros ou passageiros imigrantes doentes que aqui aportavam, e escapavam da fiscalização que era insuficiente, contaminando a população.

O primeiro hospital inaugurado em 1789, bastante precário, chamou-se Santa Casa da Caridade dos Pobres, e localizava-se na colina do Menino Deus, ao lado da capela de mesmo nome, onde permanece até os nossos dias com o nome de Hospital de Caridade. Em princípio, foi criado com o fim de tratar os militares da guarnição¹⁴², e também assistir aos doentes pobres e aos indigentes, porém, nessa época, o hospital não contava com a supervisão de médicos e essas pessoas dependiam da ajuda dos religiosos, que eram os responsáveis pelo hospital, mantido através das contribuições dos fiéis, e com a ajuda do governo.

Conforme descrição do viajante francês SAINT-HILAIRE, tanto o hospital quanto a capela ficavam um pouco mais afastados da cidade, isolados, rodeados de matas, mas gozavam porém, “de uma grande vantagem, pois os ventos renovavam ali o ar constantemente, ao mesmo tempo em que a altitude do lugar e a distância em que se encontrava da cidade colocam os habitantes desta ao abrigo de todo o contágio”¹⁴³.

Sem dúvida, essa foi a forma encontrada de colocar à distância aqueles que constituíam uma ameaça, pois nessa época as pessoas com mais recursos eram atendidas nas próprias casas¹⁴⁴.

Com certeza, a salubridade foi um dos assuntos que mais desafiou a população de Desterro nos séculos XVIII e XIX.

Conforme CABRAL (1979), um fato que em muito contribuiu para esse problema, foi a escassez de água potável¹⁴⁵.

Entenda-se por água potável, a seguinte definição:

(...) a boa água deve ter: ausência de qualquer mistura de substância animal ou vegetal, particularmente de toda a matéria em estado de

¹⁴¹ ALMEIDA, *op. cit.*, p. 49.

¹⁴² Cf. SAINT-HILAIRE, p. 171.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 171.

¹⁴⁴ Cf. CABRAL, *Medicina, médicos e...*, p. 13

¹⁴⁵ Cf. CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 487.

putrefação; mistura de um ar puro, doçura, ausência de toda a matéria terrosa ou mineral; frescura, ou temperatura média, que não seja nem muito elevada no verão, nem excessivamente fria no inverno; limpidez¹⁴⁶.

Ao primeiro sinal de aumento da população, mesmo que pouco expressivo, já foi suficiente para agravar a situação, visto que desde sua ocupação, a cidade possuía do lado da baía sul, os mesmos quatro cursos de água. A Fonte de Ramos, situada no Largo do Fagundes, próximo à atual rua 7 de Setembro, a do Largo da Palhoça, atual Vidal Ramos, a do Campo do Manejo, Largo General Osório, próximo ao Instituto Estadual de Educação e a Fonte Grande (atual Avenida Hercílio Luz), todos muito acanhados, com exceção do último, que era mais abundante, e coberto de sujeira¹⁴⁷.

Conforme escreveu CABRAL (1979), essas fontes abasteciam praticamente toda a população, porém não possuíam instalações adequadas, e a fiscalização era praticamente inexistente por parte da municipalidade. Assim, o número grande de escravos que procuravam essas fontes, munidos de recipientes para recolherem a água, não contribuía em nada para a limpeza das mesmas¹⁴⁸, pois “(...) não tinham as cariocas condições que facilitassem o recolhimento de água, sem contaminar o restante (...)”¹⁴⁹.

Além da água dessas fontes ser insuficiente e de má qualidade, era repleta de “lama e salinidade”¹⁵⁰ mas, apesar do péssimo gosto, atendia a todos aqueles que não tinham condições de possuir suas próprias cariocas ou poços em suas propriedades. Essas águas contaminadas contribuía para muitas enfermidades. Dessa maneira,

[o]s abastados, ou mesmo os remediados, venciam tais obstáculos, tomando, (...), a água dos poços e das fontes privativas, quando as possuíam, quando não, para mascarar o gosto, narram as crônicas, ingeriam-na com açúcar, os pobres, que não tinham chácara nem

¹⁴⁶ ALMEIDA, *op. cit.*, p. 25.

¹⁴⁷ Cf. CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 487.

¹⁴⁸ Cf. *Ibid.*, p. 488.

¹⁴⁹ CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 493.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 490.

poços, nem dinheiro (...) contentavam-se em beber a lama assim mesmo, ao natural, sem ser adocicada, com o gosto que tivesse (...)¹⁵¹

Alguns habitantes do centro procuravam construir poços artesanais nos terrenos atrás das casas ou nas marinhas na frente do mar, mas em virtude da falta de asseio desses locais, sempre cobertos de sujeira, a qualidade dessas águas era péssima, completamente contaminadas¹⁵².

A água era de péssima qualidade, mas não havia outra alternativa, tanto que a situação permaneceu dessa forma, durante um longo tempo, até que em 1860 teve início o comércio de venda de água, através de carroças que faziam a entrega em domicílio, atendendo a um número considerável de moradores capazes de pagar pelo serviço. Essas águas eram comercializadas por aqueles que possuíam seus poços e fontes privativas¹⁵³.

Um dos costumes mais antigos dos cidadãos, que em nada contribuía para a salubridade da cidade, era jogar o lixo em local que lhe parecessem mais cômodo, nos quintais, nas ruas, e isso não era privilégio apenas dos habitantes de Nossa Senhora do Desterro. Na maioria das cidades litorâneas brasileiras, o mar era o principal local onde se faziam todos os despejos.

1– Fonte da Carioca; 2– Fonte do Rio da Bulha; 3– Fonte de São Luiz; 4– Fonte da Figueira; 5– Fonte Pública; 6– Fonte Pública; 7 – Fonte Grande.

A praia era o lugar mais sujo que existia, onde eram despejados os *tigres*¹⁵⁴, e se podia encontrar de tudo, desde animais mortos, até toda espécie de lixo e matérias fecais, por isso mesmo, o banho de mar, obra do século XX, nem era cogitado no século anterior¹⁵⁵.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 493 - 494.

¹⁵² Cf. *Ibid.*, p. 491.

¹⁵³ Cf. *Ibid.*, p. 494.

¹⁵⁴ Tigres ou Cubos: vasilhames que recolhiam as matérias fecais e todo o tipo de lixo para serem lançados ao mar.

¹⁵⁵ Cf. CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 177 -178.

Além disso, não existiam roupas apropriadas para tal prática, que não ofendesse a moral e os bons costumes. E sendo assim, as pessoas, mesmo desconhecendo a possibilidade de contrair algum mal advindo da prática de banhar-se em águas contaminadas, acabavam ficando protegidas¹⁵⁶.

O hábito de se fazer da praia um lixão era tão comum, que CABRAL (1979), conclui:

Praia era o lugar de despejo, de cachorro morto, de lixo, lugar onde se derramavam as vasilhas de matéria fecal, para que tudo se diluísse na maré, para que tudo desaparecesse no refluxo. A praia foi o quintal malcuidado das casas sem quintal, onde havia tudo o que fosse porcária, tudo que não prestasse para coisa alguma¹⁵⁷.

No século XIX, a praia do Largo da Matriz, porta de entrada da cidade, onde eram comercializados todo tipo de gêneros alimentícios, era o mesmo local onde se faziam os despejos. O hábito era tão comum, que a Câmara mandou construir, por volta de 1855, três pontes de madeira, adentrando ao mar, que poucos anos mais tarde viraram trapiches e serviam como lugares próprios para despejar dejetos¹⁵⁸. Uma dessas pontes situava-se próximo ao prédio da Alfândega, no Largo da Matriz, outra próximo ao Forte de Santana, e a terceira, no final da rua da Palma, que passou a se chamar Álvaro de Carvalho a partir de 1874. (fig. 6)

1-- Próximo ao Largo da Matriz; 2 - Próximo ao Forte de Santana; 3 – Próximo à Rua da Palma (Mercado Municipal).

Essa característica cultural marcante em várias cidades litorâneas brasileiras teve grande repercussão na constituição da malha urbana nesses primeiros tempos, pois definia a posição das habitações, que eram todas voltadas de costas para a praia.

Em Florianópolis, alguns autores entenderam primeiramente que essa prática se deu em função da necessidade de se proteger dos ventos sul e nordeste, constantes

¹⁵⁶ Cf. *Ibid.*, p. 178.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p.175.

¹⁵⁸ Cf. CABRAL. *Nossa Senhora do Desterro. a notícia*. p.180.

nessa região. Porém CABRAL (1979), admite que, apesar do repúdio que o mar causava, sua proximidade garantia a facilidade de se livrar de tudo o que não tinha serventia, pois, em pouco tempo, as marés tratavam de desaparecer com todos aqueles entulhos¹⁵⁹.

A regra geral era essa, casas voltadas de costas para o mar, mas existia a exceção apontada por Virgílio VÁRZEA, que eram:

As casas que escapavam a uma tal ordem, foram as do Menino Deus, no Largo 13 de maio, cuja frontaria é toda voltada para o mar, desde a ponte do Vinagre até a Toca, onde infelizmente começam de novo os muros e os quintalejos de tábuas e ripas, desdobrando-se até a prainha¹⁶⁰.

Essa exceção se dava, provavelmente, porque nessa área concentrava-se uma grande quantidade de pescadores, entre eles, pessoas de origem açoriana, que conservavam as características de implantação da casa no lote, como no arquipélago dos Açores.

O certo é que sendo o mar ou não o lugar mais cômodo e impróprio para se desfazer das sobras do dia-a-dia, o fato é que não eram dadas outras alternativas à população e o problema continuava sem solução.

Os córregos que atravessavam o centro da cidade, como não poderia deixar de ser, também eram alvo dos despejos. Do mesmo córrego que os habitantes tiravam água para usos domésticos, servia para lavar roupa e recebia toda espécie de dejetos. Dessa forma, assim como acontecia nas praias, essas casas tinham os fundos voltados para esses cursos de água.

Quando os lixos não eram jogados nas praias e nos córregos, eram jogados nas ruas, nos terrenos baldios, nos quintais. Apesar dos códigos condenarem tal postura, as pessoas faziam o que lhes parecia mais fácil e cômodo.

As ruas eram estreitas, sujas e mal empedradas, e o acúmulo de sujeira dificultava o escoamento da água, principalmente nos dias de chuva, quando ficavam

¹⁵⁹ Cf. CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 175.

cobertas de lama e praticamente intransitáveis. Além disso, era costume, também, deixar animais como cabritos, carneiros, porcos, cavalos, galinhas, andarem soltos nas ruas, e, assim sendo, as conseqüências eram que nessas ruas podiam se encontrar todo o tipo de detritos¹⁶¹.

As impurezas orgânicas contidas nas ruas, nos quintais e nos terrenos baldios contribuía para uma atmosfera viciada. O grande número de habitações insalubres, mal edificadas, mal projetadas, com compartimentos sem circulação de ar, sem iluminação natural e descuidadas pelos moradores, carentes de esgotamentos e com água potável insuficiente, agravavam ainda mais o estado de salubridade da cidade.

Nos meses de verão, com a cessação das chuvas, e das águas que encobriam as matérias orgânicas em decomposição, dava-se início a evaporação, espalhando pela superfície alguns odores antes soterrados e diluídos nas águas e no solo. Esses odores somente eram reduzidos com a incidência do vento sul, que varria esses ares impuros.

A localização do cemitério público construído em 1840, depois de muito discutirem a respeito da sua locação, (definida por incidência da epidemia de febre cerebral nesse mesmo ano)¹⁶², próximo à entrada do porto, numa parte mais elevada a noroeste, conhecido como Morro do Vieira, nas proximidades do Forte de Santana, no bairro do Estreito, serviu para solucionar alguns problemas de salubridade e criar outros.

Apesar da sua fundação ter colaborado para que se proibisse sepultamentos no interior e no entorno dos templos da cidade¹⁶³, sua localização criou novos problemas de salubridade e estética para a cidade.

O local de sua implantação foi alvo de muitas críticas, visto que era o lugar que primeiro se avistava quem estivesse chegando à cidade, causando má impressão aos seus visitantes, além disso, como ficava no caminho mais curto entre ao centro e a Praia

¹⁶⁰ VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: a ilha*. Florianópolis: Lunardeli, 1985. p. 26.

¹⁶¹ Cf. CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 184.

¹⁶² Cf. CABRAL, *Medicina, médicos e...*, p. 106.

¹⁶³ Cf. VEIGA, p. 297.

de Fora, muitos usavam-no como passagem para se deslocar entre esses bairros, tanto que, para tentar conter esse costume, o cemitério foi cercado e fechado com um portão.

Além disso, o fato de localizar-se numa parte mais elevada, permitia, principalmente nos dias de ventania, que soprasse na cidade os ventos portadores de “emanações fétidas e pútridas ou miasmas”, ou ainda nos dias de chuva, que as águas de lá advindas desembocassem nos córregos que abasteciam a cidade.

Apenas depois de muita insistência, e sob o argumento de proteger a saúde dos habitantes, o cemitério foi definitivamente transferido, em 1925, para o bairro do Itacorubi.

Importante relembrar, nas palavras de CABRAL (1942) que,

Estava-se ainda na época dos miasmas, dos gases mefíticos, das emanações dos paúes, tidos não só como causas prédisponentes mas até eficientes das epidemias que reinaram, dos surtos de malina¹⁶⁴ às grandes devastações da febre amarela e do cólera asiático. A causa das doenças estava nos ares, deles é que vinham os males, eram eles os responsáveis pelas epidemias¹⁶⁵.

Somente nas duas últimas décadas do século XIX, depois de muita insistência, e apesar dos escassos recursos da Municipalidade, que a questão da limpeza pública melhorou um pouco, graças ao sistema de coleta de lixo feito através de carroças, que, apesar de precário, trouxe uma série de benefícios para a cidade. Porém, o destino final dessa forma de recolhimento dos dejetos, continuava a ser o mar, só que dessa vez, eram lançados mais longe, na praia do Arataca (hoje, embaixo da cabeceira da ponte Hercílio Luz)¹⁶⁶.

Foi só a partir do final do século XIX, que o lixo passou a ser enterrado, porém o local escolhido continuava sendo a praia, além disso, como já dito anteriormente, muitos não obedeciam à tal exigência e continuavam jogando no mar.

¹⁶⁴ Cf. CABRAL, *Medicina, médicos e...*, p. 41, “A malina compreendia um grupo de infecções que se confundiam nos seus sinais mais evidentes, infecções que não apresentavam caracteres nítidos de diferenciação(...)”.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 89.

Esse problema somente foi solucionado na primeira década do século seguinte, com a construção do forno do lixo, próximo ao cemitério da cidade¹⁶⁷.

Assim, doenças, péssimas condições de salubridade, ausência de abastecimento de água e esgotos, e a utilização das praias, dos quintais e das ruas como depósito de lixo, configuravam o cenário da cidade de Florianópolis, no final do século XIX.

Ainda em 1888, foi aprovado o novo Código de Posturas, através da Lei n.º 1.238 de 22 de outubro, que pouco contribuiu para alterar a situação, pois apesar de constar proibição expressa, no art. 53 § 1.º, proibindo lançar ciscos, palhas, vidros, imundices, materiais fecais, animais mortos, lixo, entulhos, nos quintais, praças, ruas, cais, praias, terrenos compreendidos no perímetro da cidade, no artigo seguinte ficava determinado que: as águas servidas e materiais fecais, só podiam ser lançadas ao mar após as dez horas da noite e antes das 5 horas da manhã (art. 54), constituindo uma grande contradição.

Apesar desse descuido do legislador, o código buscou normatizar a forma das edificações definindo padrões como, dimensões mínimas para os recuos, áreas de iluminação e ventilação, cômodos, janelas e alturas dos pavimentos. O Código, fazia ainda exigência de ligações de esgotos e captação de águas pluviais (inexistentes nessa época)¹⁶⁸, com a necessidade de aprovação prévia de todas as plantas pela Câmara.

Apesar de não ter havido adesão imediata no que diz respeito à aplicação de todas esses padrões arquitetônicos, aos poucos elas passaram a influir significativamente no aspecto volumétrico, estético e de implantação dessas novas edificações.

¹⁶⁶ Cf. CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 193.

¹⁶⁷ Cf. RAMOS, *Memória do saneamento desterrense*. p. 83. O forno do lixo funcionou no centro da capital até que, com o aumento da população deu-se início em 1958 ao aterro sanitário do Itacorubi, sendo o lixo transportado através de caminhões.

¹⁶⁸ Este código foi elaborado nos moldes de outros já existentes em outras cidades como o do Rio de Janeiro (1832) e São Paulo, e dessa forma, não estava totalmente adaptado à realidade da cidade.

Os antigos prédios com fachadas estreitas e grandes profundidades, passaram a ser seriamente condenados, em função dos discursos sobre salubridade que circulavam o país inteiro, propagando os benefícios da circulação de ar e penetração da luz solar nos ambientes.

Passou-se ainda, a exigir dos proprietários o calçamento das frentes dos terrenos, estabelecendo inclusive as dimensões das casas e regras de manutenção. Conforme art. 35 do referido instrumento legal: “Os proprietários farão retocar, caiar ou colorir de dois em dois anos, no mês de setembro as frentes de seus prédios, e pintar a óleo ou verniz de três em três anos, no referido mês, os portões, portas, janelas (...) que ficarem para rua”¹⁶⁹.

Ficava proibido pelo Código ainda, amarrar animais à frente das casas (art. 41 § 1.º); criar porcos dentro da cidade, ou trazê-los à solta (art. 53 § 2.º); estabelecer curtumes ou salgadeiros, dentro dos limites da cidade (art. 53 § 3.º); despejar ou lançar das casas ou dos sobrados para a rua, águas limpas ou servidas (art. 53 § 4.º); lavar em casa, ou nos quintais, ou nas fontes, roupas de hospitais ou de pessoas afetadas de moléstias contagiosas ou epidêmicas, as quais só poderão ser lavadas na foz dos rios. (art. 53 § 6.º);

O código disciplinava ainda, as carroças que faziam o abastecimento de água potável, que faziam as vezes de carro de bombeiro quando da existência de algum incêndio, que deveriam permanecer cheias durante a noite. Essas deveriam ser envoltas por um toldo de algodão grosso ou brim, de modo a proteger, nos meses de verão, dos raios solares (arts. 59 e 60).

Quanto aos animais, era proibido lavá-los acima dos lugares que serviam de banheiros públicos ou particulares, ou de onde se tirasse a água para consumo (art. 63 § 4.º); ou tê-los à solta nas ruas da cidade (art. 128 § 1.º).

No que dizia respeito aos comportamentos exigidos, ficava terminantemente proibido, praticar em público atos imorais (art. 130 § 7.º); andar pelas ruas

¹⁶⁹ BPE. Lei Municipal n.º 1.238 de 1888.

indecentemente vestido, com roupas dilaceradas, ou sem que trajasse pelo menos, calça e camisa, sendo essa por dentro daquela (art. 130 § 9.º); e ainda, viver sem ocupação lícita, ou esmolar sem estar em condições de indigência, e sem a permissão da autoridade policial (art. 130 § 11.º).

Esse instrumento legal tinha por fim organizar a cidade e controlar a vida dos cidadãos, impondo uma série de restrições físicas e morais, e exigindo mudanças de hábitos e comportamentos que, na sua maioria, não eram atendidos, quer por discordância, quer por impossibilidade.

Apesar da grande importância desses códigos, esses não foram os únicos instrumentos responsáveis por imprimir novos padrões, os quais a população deveria adotar. Os jornais, também permitiam, através de suas páginas, que as elites letradas da época manifestassem e impusessem suas idéias, fazendo duras críticas àqueles que não aderiam ao novo sistema.

Dessa forma, analisando-se os periódicos da época, é possível perceber que se travava de uma luta constante onde, de um lado, estavam as pessoas que insistiam em descumprir essas normas e; de outro, aquelas que faziam as reclamações à fiscalização, que mesmo aplicando multas, não conseguia alterar a situação, que permaneceu assim durante anos.

Se formos comparar Florianópolis com outras cidades do Brasil, na virada do século XIX para o século XX, é certo que as cidades maiores e mais populosas apresentavam quadros muito mais alarmantes no que diz respeito às condições de insalubridade. Porém, o fato dessas cidades serem mais expressivas no cenário nacional, dispunham de mais recursos, o que permitia que tivessem mais rapidamente acesso às melhorias e às novas técnicas sanitárias que foram surgindo. Além disso, a existência de profissionais de engenharia, contribuía para que mais rapidamente pudessem usufruir de melhores condições de higiene.

Florianópolis, apesar de não possuir condições financeiras comparáveis às grandes capitais do país, também teve acesso a essas melhorias, porém de forma bem mais lenta. Além da escassez de recursos, sua população era composta na sua maioria, de pessoas simples, sem instrução, possuindo muitas vezes dificuldade de assimilar

soluções de higiene já existentes, desobedecendo e se colocando, na maioria das vezes, contra as autoridades sanitárias. Segundo CABRAL (1979) existiam na cidade,

(...) condições particularíssimas e peculiaríssimas, impedindo tal adiantamento (...) o completo desconhecimento dos problemas sanitários, das soluções já encontradas para resolvê-las, sobretudo os de higiene urbana, além de uma indisfarçável ignorância de sua população, arredia sempre, desconfiada e bruta, disposta a desobedecer, a desacreditar, a enfrentar, mesmo, a ação da autoridade, principalmente a sanitária¹⁷⁰.

Primeiramente foram mais facilmente aceitas obras que embelezavam a cidade, como calçamentos, ajardinamentos, iluminação, porém as mudanças de hábitos exigidas com relação à limpeza e higiene, foram bem mais demoradas e exigiram muita paciência por parte da Municipalidade, como se pode constatar através do desabafo sobre saúde pública do Major João Guimarães Pinho em exercício do cargo de Governador do Estado em julho de 1915:

A ignorância da maioria da população do litoral, a aversão a todos os preceitos de higiene tornam muito difícil a prática de medidas salutaras de profilaxia individual.

É preciso porém, que os poderes públicos do Estado e do Município, numa ação conjunta, ponham em prática, com a severidade indispensável, as medidas sanitárias constantes do regulamento de higiene e do Código de Posturas.

Já é tempo de abandonarmos a rotina criminoso e retrógrada que sacrifica o interesse geral à comodidade individual, prejudicando o nosso progresso e pondo-nos à retaguarda dos centros que se aprimoram, engrandecendo-se e evoluindo¹⁷¹.

Como se pode notar, mesmo depois do início do novo século, continuava árdua a tarefa de se buscar condições mais satisfatórias de higiene pessoal e limpeza pública.

2.3 AS ALTERAÇÕES ECONÔMICAS E O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO.

¹⁷⁰ CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 174.

¹⁷¹ APE. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado pelo Major João Guimarães Pinho Presidente do mesmo Congresso, no exercício do cargo de governador em 29 de julho de 1915.

Durante muito tempo, a paisagem urbana de Florianópolis sofreu apenas pequenas alterações e foi somente a partir da terceira década do século XIX, que deu início um lento processo de urbanização da cidade. Foi nessa época, em 1837, que foi inaugurada a primeira iluminação pública feita através de poucos lampiões que eram pendurados nas esquinas das ruas¹⁷². Nesse período,

A região central era ocupada por residências e pelo comércio; toda a administração pública concentrava-se na praça da Matriz. A expansão da área urbana deu-se em direção à zona das chácaras, os bairros da Praia de Fora e Mato Grosso, transformando lentamente o panorama da cidade¹⁷³.

No início, o centro era constituído de habitações mais modestas e uma população desprovida de recursos. Normalmente aquelas pessoas que possuíam uma melhor condição de vida, moravam em chácaras, residências distintas com belos jardins e pomares, em bairros mais afastados.

Essas residências, não se diferenciavam muito das demais construções da área mais central da cidade, visto que muitas delas conservavam características que em nada contribuíam com a higiene, como a existência de alcovas¹⁷⁴ e a ausência de instalações sanitárias, a vantagem porém, é que eram mais “amplas, arejadas, ensolaradas e alegres”¹⁷⁵ e se localizavam em locais arborizados e mais agradáveis para se morar. Essas chácaras eram o recurso sanitário existente para aqueles que sofriam com a falta de higiene e podiam se dar ao luxo de conviver em um lugar mais salubre.

Situadas um pouco afastadas, nos arrabaldes da Praia de Fora¹⁷⁶ e do Mato Grosso¹⁷⁷, ficavam mais protegidas da sujeira das ruas do centro e das epidemias que

¹⁷² Cf. CABRAL, *Nossa. Senhora do Desterro. a notícia*. p.155. Os lampiões responsáveis pela iluminação pública, continham azeite de baleia ou de peixe.

¹⁷³ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república*. 1989. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. f. 71.

¹⁷⁴ Quarto de dormir, ambiente íntimo sem janelas.

¹⁷⁵ Cf. CABRAL, *Medicina, médicos e...*, p. 88.

¹⁷⁶ Atual Beira Mar Norte.

¹⁷⁷ Imediações da rua Vitor Konder.

com frequência apareciam. Essas chácaras, localizavam-se principalmente nas imediações das seguintes ruas atuais: Trompowsky, alto da Tenente Silveira (próximo ao Lira Tênis Clube), Bocaiúva, Presidente Coutinho, Almirante Alvim, Mauro Ramos, Vitor Konder, Esteves Júnior, Emir Rosa e Frei Caneca.

Segundo alguns autores, entre eles PELUSO JÚNIOR (1991), durante algum tempo essas chácaras foram responsáveis por frear a expansão do centro rumo aos arrabaldes, impedindo que fossem prolongadas certas ruas que chegavam até seus limites, vindo a ser facilitada essa penetração quando as mesmas eram divididas em partilha de bens na sucessão hereditária, ou havia interesse financeiro de seu proprietário na divisão das terras¹⁷⁸.

Com a intensificação do comércio em função do porto e graças às pequenas fortunas que começaram a aparecer, deu-se início a urbanização do centro, que teve sua qualidade de vida elevada, e também contribuiu para o aumento da especulação imobiliária nesta área.

As novas elites comerciantes e políticas tinham como meta embelezar o centro urbano, pois dessa forma acreditavam que podiam passar uma imagem mais civilizada. Elas acreditavam que a “imagem atrasada” que a cidade até então apresentava, causava má impressão aos seus visitantes, e podia prejudicá-los em seus negócios.

Dessa forma, pessoas que antes optavam por viver nas chácaras em virtude das vantagens higiênicas que ofereciam, foram preferindo construir seus sobrados e fixar residência, nesse local da cidade, onde situavam-se o comércio e toda a administração pública. Além disso, à medida que o centro foi se expandindo, essas chácaras foram sendo descaracterizadas, em razão da abertura de novos eixos viários que foram compartilhando-as e diminuindo suas dimensões¹⁷⁹.

Os novos-ricos eram comerciantes mais fortes geralmente de gêneros alimentícios, na maioria das vezes, descendentes dos primeiros comerciantes da cidade,

¹⁷⁸ Cf. PELUSO JÚNIOR, *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. p. 317.

¹⁷⁹ Cf. VEIGA, p. 152.

que prosperaram e conseguiram juntar uma grande quantidade de dinheiro, se comparado ao resto da população que continuava muito pobre.

Esses comerciantes foram aos poucos adquirindo terras e escravos, que sempre foram em número reduzido, em proporção ao resto da população, representando um fortalecimento na economia.

Lentamente esses comerciantes foram comprando algumas pequenas propriedades, principalmente daquelas pessoas mais humildes que passavam por algum tipo de dificuldade financeira e tinham de vender suas casas ou, ainda, as tinham desapropriada pelo próprio poder público, fundados no discurso sanitarista de que não estavam de acordo com os padrões de “higiene e da estética”. Além disso, o preço dos aluguéis nessa área central foi elevando-se, a ponto de expulsar uma boa parte da população desprovida de recursos.

A reprovação das condições higiênicas dessas moradias, implicava, muitas vezes, na sua demolição, fazendo com que seus moradores fossem obrigados a abandonar essa área central, partindo para bairros mais afastados ou para os morros próximos, na esperança de ficarem mais perto do único lugar onde era possível encontrar algum trabalho.

Essas pessoas passaram a morar, na ausência de melhores alternativas, nos cortiços que se multiplicavam, visto que não se tem notícias de que habitações populares tenham sido construídas pelo poder público em substituição às que foram destruídas.

Os cortiços eram a alternativa de moradia que acomodava a camada da população que, sem condições de adquirir ou de alugar uma casa, dividiam com outras famílias a mesma habitação, onde cada qual ocupava um cômodo, geralmente muito pequeno, compartilhando os demais como o banheiro e a cozinha.

Dessa forma, bem próximo a essas áreas que foram sendo ocupadas pelas elites locais, foram se formando os bairros habitados pela população mais pobre, que lentamente foi sendo excluída do centro, substituída pelo comércio que ganhava força. Segundo CABRAL (1979), era para os bairros da Tronqueira, da Toca, e da Figueira,“(...) para onde os pobres, os mais pobres, foram aos poucos se exilando,

quando o comércio mais forte foi tomando de assalto as ruas do centro, onde ela anteriormente elevava suas casinhas”¹⁸⁰. Assim,

Novas muralhas iam se construindo na cidade. Eram invisíveis (...) Os sentidos auxiliavam nesta especialização social e urbana na medida em que também iam se apurando, identificando os iguais e os diferentes, aquilo que agradava e o que desagradava aos olhos, aos ouvidos e a olfação¹⁸¹.

Essas muralhas determinavam a separação entre o limpo e o sujo, o feio e o bonito, o que cheirava bem e o que cheirava mal. Dessa forma, serviços que antes eram realizados indiscriminadamente na área central, passaram a não ser mais permitidos, como o caso das casas de curtição de couro, localizadas inicialmente na Praia de Fora. Em virtude da insistência dos moradores do local, que não agüentavam conviver com os odores advindos de tal atividade, obrigaram a Municipalidade a tomar providências para que a mesma fosse afastada do perímetro urbano¹⁸². Foi o princípio do que se poderia chamar de zoneamento urbano.

A partir daí, outras atividades também foram impedidas de atuar no centro da cidade em virtude de, segundo alguns opositores, atentarem à estética e à saúde pública. Essas atividades eram as oficinas de fundição e metalurgia, matadouros etc.

Essas práticas, a primeira vista, estavam pautadas na necessidade de se conseguir um espaço mais higienizado e salubre, ancoradas nos princípios da ciência, porém não se limitaram a definir as funções que deveriam ser banidas da área central, colaborando também para afastar aquela camada mais pobre da população com hábitos e características diversas das pretendidas pelas elites, que tiveram que abandonar o centro, definindo novas e diferentes zonas na cidade.

CABRAL (1942) nos revela que essas zonas que foram formando-se às margens de onde se localizavam as elites, eram extremamente pobres¹⁸³. A

¹⁸⁰ CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 201.

¹⁸¹ CHEREM, p. 48.

¹⁸² Cf. *Ibid.*, p. 47 - 48.

¹⁸³ Cf. CABRAL, *Medicina, médicos e...*, p. 91

Tronqueira¹⁸⁴, era conhecida como a zona de lavadeiras, soldados e negros libertos, a Figueira¹⁸⁵, como o lugar das mulheres perdidas, marinheiros em trânsito, “gente mais humilde e recuada da escala social” e a Toca¹⁸⁶, formada por gente do mar, pescadores e embarcações, conformando assim, “os bairros tenebrosos do Desterro”¹⁸⁷. (fig. 4)

A respeito desses bairros, CABRAL (1942), registrou:

Eram três bairros sujos, em que não se conhecia limpeza nem sossego, bairros palpitantes de vida, movimentados, agitados, com suas paixões e sofrimentos, com seus ciúmes e seus crimes, com suas vinditas, com suas intrigas e ajustes de contas¹⁸⁸.

Era nesses bairros que ocorriam com maior frequência os incêndios, e também onde proliferavam com maior velocidade as epidemias, devido às más condições de moradia. Sempre que incidiam as doenças, esses bairros eram os primeiros a serem atingidos. Assim, as zonas sempre atingidas eram “principalmente as zonas mais sujas” entre elas, “a Fonte Grande, com as suas casinhas, a Toca, com seus ranchos de pescadores, a Figueira, com os seus antros de suburra provinciana”¹⁸⁹.

Além da falta de recursos, é possível também constatar através da descrição minuciosa do médico João Ribeiro de ALMEIDA, em seu trabalho intitulado *Ensaio sobre salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catarina, e em particular da cidade do Desterro* (1863), no item que descreve sobre *Praças, ruas*

¹⁸⁴ Localizada nas proximidades da Rua General Bittencourt.

¹⁸⁵ Localizada nas proximidades da rua Francisco Tolentino.

¹⁸⁶ Localizada nas proximidades do Hospital Militar.

¹⁸⁷ CABRAL, *Medicina, médicos e...*, p. 91

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 92

¹⁸⁹ Cf. *Ibid.*, p. 72 - 73

habitações e asseio público, a falta de asseio desses habitantes, com hábitos e costumes que agravavam ainda mais a situação de extrema miséria em que viviam.

Segundo ele, havia,

(...) nesta cidade 3 bairros de triste aparência, onde se acham reunidos todos os elementos de insalubridade. São os bairros da Toca, Pedreira (com os becos adjacentes à Tronqueira) e finalmente a famosa Figueira. Encontram-se nestes bairros casinhas bem inferiores as senzalas de pretos de certas fazendas, tão pequenas; imundas, esburacadas e esfumaçadas, são elas:

A Toca, situada na encosta da montanha do Menino Deus e na praia que a circunda, é habitada por toda uma profílica população de pescadores. Entre as casas que habitam, algumas há, que podendo em rigor abrigar 2 pessoas, acomodam o quádruplo ou quántuplo. As mulheres são lavadeiras (em geral) e conseqüentemente têm que guardar em casa roupa molhada, sua ou alheia (...) Resulta disto, que a umidade, que pouco a pouco se vai evaporando, satura o ar e impregna tudo até a própria cama. Além da roupa lavada, guarda-se nessas casas peixe e os utensílios de pesca, tudo molhado e exalando cheiro característico de maresia.

Na praia vê-se a cada passo imundices, como nos outros dois bairros, crescendo detritos de peixes e também de plantas marinhas, que vêm presas às redes e atiradas depois à praia. Este bairro habitado por gente dada ao trabalho, mas pouco amiga do asseio, é dizimada por todas as epidemias que aqui aparecem. (...)

Na Pedreira, uma parte da Tronqueira e becos adjacentes, em miseráveis choupanas (algumas piores que as da Toca) reside uma tribo de lavadeiras de condições diversas, umas livres, outras escravas (mas com permissão de residir fora de casa) e outras escravas que só vêm lavar; este bairro quanto a habitantes do sexo masculino só conta soldados. Desta união bem se pode prever o que deva resultar.

Nos cortiços da Tranqueira, espécies de colméias, somente ocupadas por zangões, são os quartos cubículos nojentos habitados promiscuamente por , 8 e 10 pessoas às vezes, sem distinção de sexo nem idade; de modo que têm aí as crianças uma famosa escola prática de imoralidade e devassidão (...).

Agora a Figueira. A aparência deste famoso bairro é um pouco melhor do que a dos procedentes; e como não, se aí habita grande número de Sacerdotisas da Sífilis? Situado no extremo da cidade oposto à Toca, junto ao mar e a montanha da Rita Maria (...) É habitado em grande parte por meretrizes da baixa classe, que aí vivem aos grupos em casinhas mais ou menos célebres nos anais da polícia do Desterro. Bairro tenebroso, onde o assassinato não é extremamente raro, e onde os que nele tentam aventuras se não perdem a vida ou a bolsa, pelo menos sofrem gravemente na saúde; eis o que acontece a soldados e marinheiros.

Muitas das megeras em questão moram às vezes numa só casa, que com a volubilidade e imundícia próprias de tal gente, entregam em breve no mais asqueroso estado ao ávido proprietário, o qual trata logo de alugá-la a outras da mesma grei. Resulta disto que estes covis

são outros tantos focos de infecção e de escândalo para as poucas famílias, cuja má sina obriga a morar perto de semelhante gente¹⁹⁰.

Todos esses bairros não contavam com qualquer tipo de infra-estrutura urbana, e a situação se agravava naqueles em que os cortiços situavam-se às margens dos canais que cortavam essas áreas mais centrais, pois esses eram os principais focos de doenças, dada a falta de asseio e inexistência de esgotos sanitários na cidade. Todas as espécies de dejetos eram jogadas nesses mesmos canais que desaguavam no mar.

A principal fonte de abastecimento de água nessa época se dava através do Rio da Fonte Grande ou Rio da Bulha, onde hoje situa-se o canal da avenida Hercílio Luz. Porém, como já dito, a cidade contava ainda com o abastecimento de três outras fontes: a Fonte de Ramos, situada no Largo do Fagundes, próximo à atual rua 7 de Setembro, a do Largo da Palhoça, atual Vidal Ramos, e a do Campo do Manejo, Largo General Osório, próximo ao Instituto Estadual de Educação.

CABRAL (1942) assim descreve o Rio da Bulha, o mais importante da cidade:

As suas margens lodosas, cobertas de capim, eram verdadeiros pantanais, de águas estagnadas, recobertas por uma nata nauseabunda, esverdeada, produto da mais objeta mistura de sabão, detritos de toda ordem e excremento¹⁹¹.

ALMEIDA (1863), foi mais detalhista e, segundo ele, suas margens serviam de “depósito de imundícies”, principalmente da parte próxima à Rua do Vinagre até o mar, o que se via, por toda parte eram,

(...) montes de lixo já estratificado, lagos de urina podre em alguns pontos (na beira de um riacho!), aqui e ali cadáveres dispersos de cães, gatos, ratos, galinhas e em períodos mais ou menos avançados de putrefação; restos de tudo, objetos putrecíveis ou não, tudo aí se encontra (...) ¹⁹².

¹⁹⁰ ALMEIDA, *op. cit.*, p. 43 - 45.

¹⁹¹ CABRAL, *Medicina, médicos e...*, p.123

¹⁹² ALMEIDA, *op. cit.*, p. 45.

Assim, ano após ano, persistiam os problemas de higiene e saúde pública. Não existiam instalações sanitárias, e o fundo dos quintais das casas continuava sendo mais um local para os despejos¹⁹³.

Em alguns casos, as péssimas condições de limpeza não poupavam nem mesmo as elites, que nesse momento ainda acreditavam que higiene era sinônimo apenas de boa aparência.

Assim, em princípio, o que as elites entendiam por asseio dizia respeito sobretudo à aparência. A higiene era muito restrita, e estar limpo se limitava a “não estar manchado, limpar as vestes, evitar modos grosseiros, pentear a cabeleira, lavar às vezes as mãos, eventualmente se “desemporcalhar” e tardiamente, aspergir água-de-colônia”¹⁹⁴. Levou algum tempo até que fossem implantados os primeiros serviços sanitários. Aos poucos, o uso diário de todas essas facilidades foram proporcionando, principalmente entre as elites, alterações no conceito de higiene formulado inicialmente.

Essas práticas passaram a associar à moral e aos bons costumes, criando mais uma distância social, fazendo com que fosse repugnado “o sujo” e valorizado “o limpo”. Dessa forma,

Novas exigências sensíveis rejuvenescem a civilidade; a acentuada delicadeza das elites, o desejo de manter à distancia o dejetos orgânico, que lembra a animalidade, o pecado, a morte, em resumo, os cuidados de purificação aceleram o progresso. Este é estimulado igualmente pela vontade de distinguir-se do zé-povinho¹⁹⁵.

As vestimentas passaram também a constituir um novo diferencial. Pessoas distintas, deveriam vestir roupas conforme a moda do Rio de Janeiro, que por sua vez copiava o que se vestia em Paris. Novas lojas foram surgindo com artigos destinados a essa população mais elegante, conforme noticiavam os jornais locais. O “Chic de Paris” foi um desses armarinhos, e de acordo com o anúncio, era

¹⁹³ Cf. CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 237.

¹⁹⁴ ARIËS, F. e DUBY, G. (Dir.). *História da vida privada...*, p. 444.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 442.

(...) um bazar de modas, onde as pessoas elegantes encontrarão toda sorte de perfumarias estrangeiras, loções, extratos, brilhantinas, pós, meias finíssimas, colarinhos, punhos, calçados e chapéus elegantes para homens e senhoras, tudo isso que exige o bom gosto¹⁹⁶.

Além disso, com a grande exposição da cidade em função do porto, essa elite, que se intensificava, passou a se preocupar não somente com aspectos de ordem higiênica e moral, como também com aspectos estéticos da cidade, de forma que não viessem a comprometer o comércio que despontava.

Em dezembro de 1887, na tentativa de incentivar o fim das casas ditas como “de antiga arquitetura”, foi aprovada lei isentando por cinco anos de imposto predial as casas reconstruídas a partir do ano seguinte que passassem “a ter elegante e moderna perspectiva”, mediante planta aprovada pela Câmara Municipal. Incluídos nessa mesma isenção estavam aqueles que “consertassem a rua” e construíssem novos passeios na parte correspondente à frente de suas casas¹⁹⁷.

Assim, muito lentamente, o centro foi sendo transformado e substituídas as primeiras “casas de porta e janela”¹⁹⁸ por sobrados maiores que foram se localizando principalmente nas ruas Augusta (atual João Pinto), onde o comércio era mais intenso¹⁹⁹, e na rua Tiradentes²⁰⁰, essa última mais reservada às residências. Esses sobrados, quando destinados ao comércio, normalmente comportavam essa atividade no térreo e a moradia do mesmo proprietário, no pavimento superior.

De um lado, os sobrados foram sendo melhorados, tornando-se mais bonitos e confortáveis. De outro, nas casas mais simples, tudo era inspecionado pelos “agentes de higiene”, que adentravam nessas habitações domesticando e exigindo das pessoas um novo tipo de comportamento social.

¹⁹⁶ Jornal A República. Florianópolis, 12 de julho de 1919. p. 3.

¹⁹⁷ BPE. Cf. Artigo 1.º, parágrafo 1.º da Lei Municipal de 19 de dezembro de 1887, que isenta do imposto predial por cinco anos as casas que forem construídas no ano de 1888.

¹⁹⁸ Cf. CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 208. Eram chamadas assim, as casas simples, sem assoalho e de chão batido.

¹⁹⁹ Cf. *Ibid.*, p. 244.

²⁰⁰ Nomes antigos: rua da Cadeia e rua da Constituição.

Esses moradores viviam sob pressão constante, visto que poderiam ser denunciados a qualquer momento, em nome da higiene, às autoridades sanitárias e a Municipalidade. Assim sendo,

No domínio mais reservado das casas, de seus quintais e das práticas de seus moradores, pretendia-se um espaço mais higienizado e saudável, um ambiente cujas condutas estivessem dentro dos parâmetros daquilo que se considera civilização²⁰¹.

Dessa forma, as aspirações de progresso foram cada vez mais ganhando espaço dentro da cidade, procurando para isso adaptar-se a novas exigências. Era preciso reformar o centro, alargar e sanear as ruas e as casas, demolir os casebres, que eram considerados os principais focos de doenças.

As principais ruas do centro foram sendo abertas, ampliadas, alargadas e calçadas, mas apesar disso, durante muito tempo, a maioria das ruas continuaram mal empedradas, desniveladas e sem qualquer conservação²⁰².

A rua do Príncipe, uma das mais importantes, teve grande parte de seu primeiro calçamento feito com blocos de pedras irregulares, por volta do final da década de setenta, do século XIX²⁰³.

Nessa época, as cidades brasileiras eram tomadas por epidemias como o cólera, febre amarela, varíola, peste bubônica, sífilis, tuberculose, entre outras difíceis de erradicar, e, em Florianópolis, não era diferente. Apesar de o Estado de Santa Catarina possuir um Regulamento para o Serviço Sanitário Terrestre criado através da resolução n.º 1.784 de 1895, onde ficava estabelecida uma série de medidas de proteção como campanhas de vacinação e desinfecção, estudos de questões relativas à higiene pública, saneamento de determinadas localidades e de habitações consideradas insalubres, exercer polícia sanitária, determinar regras para funerais, permitir ancorar os barcos à distância da cidade, manter os marinheiros em quarentena a bordo dos

²⁰¹ CHEREM, p. 57.

²⁰² Cf. CABRAL, *Nossa. Senhora do Desterro: a notícia*. p. 148.

²⁰³ Cf. *Ibid.*, p. 151.

navios²⁰⁴, em pouco contribuiu para conter essas doenças, visto que essas regras, em sua maioria, eram desrespeitadas, em função da fiscalização insuficiente.

A incidência dessas epidemias nas cidades brasileiras, principalmente as que sofreram a transição para uma sociedade urbana industrial, tomaram proporções tão grandes, a partir da segunda metade do século XIX, que acabaram por incentivar, na maioria dos casos, a implantação de políticas de reformulação urbanas com o fim de amenizar os conflitos de ordem higiênica e social que surgiram juntamente com o aumento e concentração populacional.

Em Florianópolis, o quadro de insalubridade não foi decorrente do aumento populacional expressivo, mas dos hábitos e das condições desprovidas de higiene da população e da morosidade da administração em prover saúde e limpeza urbana²⁰⁵.

Assim, o empenho das elites em exigir das autoridades a execução desses serviços e a necessidade de tomada de medidas efetivas sobre os despejos que continuavam a ser feitos fora dos lugares considerados apropriados, contribuíram para provocar algumas transformações, porém lentas e restritas ao centro da cidade. Dessa forma,

Até o início do século XX, Florianópolis continuava sem qualquer obra maior de saneamento. O lixo sendo jogado nos terrenos baldios, os esgotos e águas servidas nos fundos dos quintais e nos recantos das praias e a água para uso sendo obtida através das carroças pipas, dos pequenos mananciais, das fontes públicas, das cacimbas e dos poços de fundo de quintal²⁰⁶.

Apesar disso, não faltaram reclamações e pedidos por parte dos governantes de forma a convencer da necessidade de se conseguir recursos para implantação desses serviços, como mostra a mensagem do governador Gustavo Richard:

A nossa capital situada em posição pitoresca, com um bom porto, excelente clima, com cerca de 1.400 almas, carece ainda dos serviços

²⁰⁴ BPE. Regulamento do Serviço Sanitário Terrestre de Santa Catarina - Resolução n.º 1.784 de 1895.

²⁰⁵ Cf. CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. p. 173 -174.

²⁰⁶ RAMOS, *Memória do saneamento desterrense*. p. 21.

mais rudimentares e dos melhoramentos indispensáveis a uma cidade moderna, como água, esgoto e iluminação²⁰⁷.

De qualquer forma, mesmo que ineficazes, algumas medidas já tinham sido tomadas desde o fim da década de oitenta do século XIX, a fim de melhorar as condições de saneamento da cidade, como a implantação do serviço público de remoção de matérias fecais e lixo²⁰⁸.

Além disso, a municipalidade, pautada nos princípios da salubridade e da estética, desapropriou e demoliu várias casas tachadas como “feias e velhas” e, portanto, “focos de infecção”, com o intuito não só de “embelezamento”, mas como “medida higiênica”²⁰⁹.

Apesar de serem idealizadas pelas elites, essas não admitiam que eram as maiores beneficiadas com todo o processo, ao contrário, entendiam que essa mudança social era uma missão delegada a elas, fruto do papel que desempenhavam na sociedade, visto que consideravam-se “dona de maior preparo e de estilo mais depurado” e que nelas “estavam contidas as indicações para condução do rumo civilizatório”²¹⁰. Porém essas reformas atingiam de maneira mais drásticas as classes menos favorecidas em benefício daquelas. Os conflitos entre as populações mais pobres e as elites locais, se davam pelo fato dessas elites possuírem interesses diversos, na maioria das vezes contrários aos da maior parte da população, já que insistiam em ditar como deveria ser o perfil do cidadão civilizado.

Enquanto uma pequena minoria residente no centro urbano se preocupava em adequar essa parte da cidade aos padrões dos grandes centros do Brasil e do mundo, a grande maioria composta de pessoas mais simples, desprovida de recursos, tinha como

²⁰⁷ APE. Mensagem do governador, Coronel Gustavo Richard ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 5 de agosto de 1907 in Inventário Sumario dos Relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores. 1830 – 1998.

²⁰⁸ Cf. CABRAL, *Nossa. Senhora do Desterro: a notícia*. p. 192 - 193.

²⁰⁹ ARAÚJO, *A invenção do litoral...*, p. 33. In: Governo Municipal, Mensagem dirigida ao Conselho Municipal em 1.º de abril pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Superintendente Municipal, Florianópolis, Jornal Gazeta Oficial, 15 .04.1905, p. 2.

²¹⁰ CHEREM, p. 114.

objetivo maior, a sobrevivência diante de tantos obstáculos que essa nova ordem impunha.

Daí haver grande discrepância entre o que se pretendia, e o que era possível de se fazer, entre o que se exigia, e o que se podia cobrar. Porém essas distâncias não intimidavam quem sonhava com o conforto inerente a um modo de vida mais civilizado, proporcionado pelos avanços científicos e tecnológicos.

Outra maneira encontrada para convencer e homogeneizar o pensamento daqueles que se portavam contra esse sentimento de mudança era através do investimento e incentivo à instrução escolar. Foi levantada a bandeira de que, somente dessa forma, se poderia construir uma sociedade de homens civilizados e intelectualmente desenvolvidos.

As elites passaram a atacar todas as frentes e apesar de todos esses conflitos, aos poucos, aqueles que sobreviveram a tantas imposições iam sendo convencidos, através das obras de melhoramentos, do conforto advindo da implantação de certos serviços, e incorporados por essas transformações que proporcionaram modificações significativas na capital. Conclui ARAÚJO (1989) que,

Dessa forma, num lento e descontínuo processo, iniciado desde o final do século XIX, foi composto um panorama de onde emergiam algumas linhas de mutação e novos modos de funcionamento do espaço social urbano. Assim, gradativamente instauraram-se, posturas, hábitos e uma série de aspectos que, no conjunto das obras e serviços públicos, reformas arquitetônicas e urbanísticas, contribuíram decisivamente para a constituição de novas práticas de relacionamento social na cidade²¹¹.

Essas reformas urbanísticas e arquitetônicas, que consistiam desde canalização de córregos, execução de aterros, ajardinamento de praças, reforma e construção de prédios públicos, proporcionaram mudanças significativas não somente na paisagem, na malha urbana e no funcionamento da cidade, como passaram a definir hábitos e posturas que determinaram novas formas de relacionamento social, já no final do século XIX.

2.4 AS REFORMAS URBANAS

Como já visto, vários foram os fatores que impulsionaram as primeiras reformas urbanas baseadas principalmente em intervenções de remodelação e embelezamento em Florianópolis, ainda no século XIX.

Apesar da escassez de recursos, a imagem de modernidade perseguida nas grandes capitais do país, também era almejada pela elites locais que passaram a adquirir preocupações com a estética e a higiene, através da aquisição de uma maior consciência a respeito dos problemas sanitários e da transmissão das doenças. Além disso, as mudanças de ordem econômica, o novo momento político e o avanço das técnicas sanitárias, não condiziam mais com as estruturas urbanas ultrapassadas do antigo modelo de cidade colonial, bem como fazia-se necessária a imposição de novas medidas disciplinadoras de ordem higiênica e moral.

Neste sentido, entende ARAÚJO (1989) que as reformas urbanas na capital visavam especialmente um reajustamento social, visto existir um grande contingente de população muito pobre, com hábitos e costumes que ameaçavam as perspectivas de progresso e modernidade dessas elites. Essas reformas se deram na cidade de forma fragmentada e eram direcionadas principalmente a essas camadas mais pobres da população²¹².

Nesse contexto, as reformas sanitárias surgiram como um instrumento de controle dessas elites para transformar a sociedade existente, tomando como base os modelos europeus já implantados com sucesso em outras grandes capitais brasileiras. Apesar de Florianópolis não ter sofrido um processo de crescimento urbano expressivo como de grandes metrópoles, o fato de ser sede administrativa do Estado, também contribuiu para que a cidade fosse engajada dentro das novas reformulações urbanas, baseadas nas mais recentes formulações científicas de organização social do espaço.

²¹¹ ARAÚJO, *A invenção do litoral...*, p. 59 - 60.

²¹² Cf. ARAÚJO, *A invenção do litoral...*, p. 5.

Esse movimento de remodelação encabeçado pelas elites foi chamado muitas vezes pelos meios de comunicação e pelos políticos de “regeneração nacional”, e tinha como meta principal adaptar a sociedade ao novo panorama político-econômico que despontava.

Na então capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, o termo “regeneração” expressava toda essa ávida necessidade de remodelação da antiga estrutura urbana imperial em algo novo, destruindo todos os resquícios desse período²¹³.

Autoridades políticas e intelectuais locais também se engajaram nesse processo que consistia em remodelações como a demolição de habitações insalubres, a construção de edifícios públicos, a abertura e pavimentação de ruas e avenidas, o ajardinamento de praças, instalação das primeiras redes de água encanada, energia elétrica e esgotos, além de aterros e drenagens.

Os intelectuais contribuíram convencendo os menos convictos com relação às novas idéias, fazendo seus discursos em prol do progresso, escrevendo para os jornais, denunciando atitudes retrógradas e contra a higiene.

A primeira providência adotada pela municipalidade no sentido de melhorar o aspecto da cidade, foi a canalização provisória das águas dos córregos que a atravessavam, de forma a não permitir que seus leitos continuassem a acumular detritos.

Segundo Eliane Veras da VEIGA, esse melhoramento urgente teria um “caráter provisório”, até que pudesse ser empregado o sistema de esgotos implantado na cidade do Rio de Janeiro, e deveria ser feito, (...) por meio de um “sistema novo”, um “meio seguro de remoção de lixo e materiais estercoreais”²¹⁴.

Nesse período, na década de 80 do século XIX, diversos projetos foram apresentados ao poder público, exigindo a canalização de diversos córregos em diferentes pontos da cidade, sob a justificativa que essas obras não necessitavam de

²¹³ Cf. ARAÚJO, *A invenção do litoral...*, p. 171 - 172.

²¹⁴ Cf. VEIGA, p. 290. *Apud*: IHGSC – Mensagem do Governo Municipal pelo Dr. Sebastião Catão Callado em 04/10/1899.

grandes investimentos e apresentavam resultados bastante eficientes, do ponto de vista da salubridade.

A primeira preocupação das autoridades locais nesse sentido foi de retificar os córregos que atravessavam a cidade, pois como foi visto anteriormente, esses eram utilizados como locais de despejo de imundices, que,

(...) recebiam todo tipo de dejetos da população que ali habitava e iam desaguar no mar, nas praias situadas no centro da cidade, depois que passavam praticamente por toda a zona urbana central da capital²¹⁵.

Assim, primeiramente foram canalizados os córregos a oeste da praça, o córrego do Largo da Carioca ou do Fagundes (que passava pela atual rua 7 de Setembro), e o córrego da rua Trajano, transversal à rua Vidal Ramos.

Segundo CHEREM, esses serviços foram de grande importância e provocaram “alterações no declive natural e no perfil dessas ruas”²¹⁶. Essa, que seria a solução para os problemas originados pelo lançamento de dejetos nos referidos córregos, não conseguiu, em alguns casos, impedir definitivamente que moradores vizinhos continuassem a jogar lixo nesses locais, mas contribuiu, nesse momento, significativamente para reestruturar sensivelmente a cidade.

A Lei n.º 1.103 de 23 de agosto de 1886, autorizava ainda obras de canalização em diversos córregos da cidade como o de Santa Bárbara, junto à ponte do vinagre, e a conclusão do aterro e cais do Menino Deus, até o antigo Forte de Santa Bárbara, onde já funcionava a Capitania dos Portos. O aterro deveria prolongar as ruas Augusta e da Constituição²¹⁷, e o cais deveria atravessar a ponte do vinagre, até a subida da colina do Menino Deus²¹⁸.

²¹⁵ ARAÚJO, *A invenção do litoral...*, p. 24.

²¹⁶ CHEREM, p. 77.

²¹⁷ Rua João Pinto e Rua Tiradentes.

²¹⁸ FFC. Lei n.º 1.103 de 23 de agosto de 1886.

Conforme CHEREM, esse aterro foi proposto em 1878, pelo engenheiro Urbano Coelho de Golveia. A idéia era pôr fim àquele local insalubre, onde “além de sofrer a forte influência das marés, permitia o acúmulo de detritos e lixos (...)”²¹⁹.

O aterro teve suas obras iniciadas em 1880, sendo interrompidas em 1885, e retomada no ano seguinte. As obras tiveram fim apenas no ano de 1889.

Essa obra se fez necessária em função do acúmulo de lixo, que misturado às águas das chuvas que passaram a ser canalizadas para essa área acabaram por resultar em um pântano “mal cheiroso”, que implicou no seu aterro, depois de muitos “pedidos de providências”²²⁰.

Segundo CABRAL (1979), esse aterro foi construído com terras retiradas do morro do cemitério, situado a oeste da cidade²²¹. Tanto o aterro como o desmonte do morro, contribuíram não só para alterações significativas na paisagem, como, no caso do aterro, modificou a relação que a cidade possuía com o mar, já que o manteve, em alguns pontos, muito mais distante da malha urbana da cidade.

A canalização do Rio da Bulha ou Córrego da Fonte Grande, foi também durante muito tempo prorrogada em função de suas proporções e devido à gama de intervenções e desapropriações que se faziam necessárias.

Esse córrego, nascia no Morro do Antão²²², atravessava toda a cidade, até desaguar na Praia da Boa Vista²²³. No seu percurso, ia recebendo água de diversos outros córregos, tornando-se o maior e o mais sujo, visto que era alvo de todo o tipo de despejo, ao longo de todo o seu trajeto.

A canalização de toda a extensão do Rio da Fonte Grande, pensada desde 1887²²⁴, mas concluída somente a partir do novo século, através da construção de um canal de concreto, que implicou na retirada de diversas casas às suas margens, teve grande repercussão não somente do ponto de vista sanitário, mas principalmente do

²¹⁹ CHEREM, p. 95.

²²⁰ CABRAL, *Nossa. Senhora do Desterro: a notícia*. p. 128.

²²¹ Cf. *Ibid.*, p. 128.

²²² Atual Morro da Cruz.

²²³ Atual Prainha.

²²⁴ Cf. VEIGA, p. 253.

ponto de vista urbano, exercendo profunda modificação no traçado e na paisagem local.

Algumas dessas reformulações se deram bem no centro da cidade, na praça principal. Atendendo a esses preceitos impostos pelas elites, a praça Barão de Laguna, atual praça XV de novembro, foi toda murada e gradeada a fim estabelecer um certo controle do público freqüentador. Dentro dela, foi construído em 1892 o jardim Oliveira Belo, “seguindo os moldes europeus, mais precisamente o traçado geométrico francês” tornando-se o ponto de encontro dos mais abastados²²⁵.

Os passeios e as tardes no jardim Oliveira Belo ficaram famosos e perduraram até o século seguinte, sempre registrado pelos jornais da época:

Domingo último o jardim Oliveira Belo esteve bastante movimentado. Ao passo que a banda musical da Força Pública executava variadas peças do seu repertório, cavalheiros palestravam animadamente, senhoras se entretinham em passear pelas ruas do jardim e bandos de gentis senhoritas, iguais azuis borboletas iam e vinham ostentando sua graça encantadora.
(...) as ruas apinhadas de povo davam à nossa urbe o aspecto de uma cidade moderna.
Foi uma tarde encantadora²²⁶.

Dentro desse primeiro pacote de reformulações proposto pelo novo regime político, incluíram-se ainda a mudança de nome da cidade em 1894, a reforma do palácio do Governo em 1895, e a inauguração do novo Mercado Público em 1899 em substituição ao antigo, bastante simples, construído na década de 50 daquele mesmo século.

A mudança de nome de Desterro para Florianópolis, em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, após a derrota da Revolução Federalista em Santa Catarina (1893 – 94), se deu exatamente por entenderem que o antigo nome, significando o lugar onde vivem os desterrados, não convinha com os ideais de progresso que a cidade se propunha. Mas não apenas isso, conforme ARAÚJO (1999), “(...) a partir da República o nome da cidade passou a ter uma importância estratégica na construção

²²⁵ CORADINI, Lisabete. *Praça XV: espaço e sociabilidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 1995. p. 57.

²²⁶ BUFSC. Jornal A República. Florianópolis, 4 de fevereiro de 1919.

de um centro político-administrativo que assegurasse o controle dos interesses postos em jogo pelo novo regime”²²⁷. Interesses esses que propiciassem à cidade e ao Estado, maiores investimentos, aumento populacional e crescimento econômico.

A reforma do Palácio, outra importante intervenção desse momento, contou com a contratação de artistas franceses para sua execução, transformando-se “num interessante edifício de estilo coríntio, modificado pela ornamentação moderna das melhores construções atuais do Rio de Janeiro”. O novo prédio abrigava a Sede e Secretaria de Governo, Inspetoria de Higiene, Diretoria Geral de Instrução Pública e Junta Comercial²²⁸.

O novo Mercado Público foi mais um importante melhoramento para a cidade no final do século XIX. Situado na rua Altino Corrêia, atual rua Conselheiro Mafra, à beira-do-mar, foi edificado em substituição ao antigo mercado, construído em 1851, e o antigo galpão de peixe, construído em 1891. Ambos foram demolidos em 1899, e situavam-se ao sul da praça XV de Novembro, na praça Fernando Machado. O novo prédio, apesar de conter nesse início apenas uma das alas, teve grande repercussão para a cidade.

A demolição do antigo mercado provocou alterações na paisagem, devolvendo à praça XV de Novembro a visão do mar, o que propiciou, mais tarde, a construção do novo trapiche Municipal e do bar Miramar. Segundo Nivaldo Jorge SILVA (1996),

O processo de demolição e uso da área do antigo Mercado Público teve, desde seu início, um evidente caráter saneatório, (...). Não interessava à administração municipal, naquele momento, ter, na porta central de uma cidade que buscava investimentos de fora, um prédio firme, mas velho, sujo e cercado de pobreza por todos os lados²²⁹.

O novo mercado, também foi alvo do controle das elites, e assim como o antigo prédio teve de estabelecer uma série de normas internas, a fim de limitar a presença dos

²²⁷ ARAÚJO, Hermes Reis de. Fronteiras internas: Urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 1999. p. 108.

²²⁸ Cf. VÁRZEA, p. 41.

²²⁹ SILVA, Nivaldo Jorge. *A descoberta do mercado público*. Florianópolis: Cor Gráfico, 1996. p. 44.

“indesejáveis”²³⁰, aqueles que ficavam nas proximidades mendigando e dificultavam o alcance dos padrões e condutas almejados.

2.5 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Conforme exposto, as transformações na paisagem urbana da cidade foram muito significativas nessa época, porém não se pode deixar de abordar, também, as transformações sociais ocorridas em Florianópolis, ou seja, as mudanças impostas aos hábitos e posturas da população, que a partir daí,

Definiam-se então algumas atitudes – pendurar roupas e gaiolas na janela e fachadas de casas no centro, transitar carregadores, ambulantes e “camelots” nas calçadas, criar galinhas e plantar bananeiras em quintais no centro, entre outros modos de utilizar os espaços cotidianos da vida da cidade – como “passíveis talvez na roça”, e conseqüentemente, segundo este discurso, “inadmissíveis” no centro de uma capital²³¹.

Esses hábitos foram duramente criticados, como se pode perceber através do artigo publicado em jornal de circulação da época. O alvo, eram as pessoas mais simples, que, segundo os críticos, insistiam em atrasar o tão esperado progresso. Objetos e serviços como,

(...)Água, luz, esgotos, teatros, cinemas, fonfonas dos automóveis e jornalistas e jornais de todos os tamanhos e feitios dão à urbe um tom chic e movimentado. Os governos sucedem-se cada qual mais amigo do progresso.

Mas, (sempre o maldito mas) hábitos ficaram, que a estética, a civilização, o bom tom, mandam que se deixem.

Da janela de fulano é uma ciroula, a enxugar ao sol, abanam aos transeuntes os dois cordõezinhos num adeusinho obsceno e condenável.(...)

Outros mais afoitos, entopem as janelas com gaiolas, e isto bem no centro da cidade. Quando o sol bate de cheio é um trinado incessante, desconcertado de todos os habitantes das florestas.

Ora, convenhamos que, num subúrbio é isto um uso que, sobre ser bem possível, e até chic...

²³⁰ Cf. PEDRO, f. 194.

²³¹ ARAÚJO, *A invenção do litoral...*, p. 35.

Mas no centro da cidade...²³².

Essas críticas eram feitas com o intuito de atingir e intimidar os responsáveis por tais práticas, na tentativa de coibir esses velhos hábitos classificados como condenáveis. Tratava-se de uma discriminação contra determinados segmentos da sociedade, como forma de esconder problemas estruturais e manter as aparências através da estetização da paisagem.

Dentro desse espírito saneador, as prostitutas também passaram a ser vistas como elemento ameaçador à saúde e à moral, sendo objeto de diversas solicitações de remoção das “mulheres de vida decaída” ou ainda “sacerdotisas da sífilis”²³³ para fora do centro, pois não combinavam com as idéias de saneamento, seu comportamento não se adequava ao novo estilo de vida do morador da cidade. Essas mulheres eram constantemente perseguidas, conforme matéria intitulada “Saneamento Moral”, em jornal da época:

Os moradores da Rua João Pinto, de certo tempo a esta parte, vinham reclamando à polícia contra habitação de decaídas naquela rua central. Inúmeras famílias se queixavam dos atos livres ali praticados por pessoas sem o menor respeito ao decoro social. A polícia tomando em consideração as reclamações constantemente feitas contra os atos degradantes praticados pelas decaídas, ordenou-lhes a sua mudança daquela rua²³⁴.

Segundo Joana Maria PEDRO, essa rejeição também se deu com mulheres das classes mais pobres, que faziam das ruas o seu lugar de trabalho: as lavadeiras, as domésticas, as vendedoras, as quituteiras. Essas, segundo representantes das elites locais, deveriam ser mantidas dentro de casa, visto que “(...) a restrição das mulheres na esfera íntima familiar” era pressuposto “principal das famílias distintas”²³⁵.

²³² BUFSC. Jornal O Olho. Florianópolis, 2 de julho de 1916.

²³³ CABRAL, *Medicina, médicos e...*, p. 44

²³⁴ BUFSC. Jornal A República. Florianópolis, 25 de janeiro de 1919. p. 3.

²³⁵ PEDRO, f. 173.

Essas mulheres que, assim como a maioria das pessoas que viviam dos pequenos trabalhos, à medida em que foram sendo implantados os primeiros serviços de infra-estrutura, tiveram sua fonte de sobrevivência esgotada. Dessa forma,

O processo de urbanização restringiu o processo de sobrevivência de indivíduos e grupos no centro da cidade. Isto porque a disciplinarização que recai sobre os espaços públicos urbanos (ruas, trapiches, praça) atinge diretamente os moradores mais pobres que conviviam nestes espaços. Também para a elite não é mais possível esta “forma de convivência”, que exige a “retirada dos indesejados”²³⁶.

Essas pessoas mais pobres, não podiam fazer mais parte dessa área valorizada da cidade e foram vítimas da segregação espacial.

Da mesma forma, essa diferenciação social se deu com o deslocamento de algumas atividades para esfera a semi-pública, de modo a contemplar apenas uma pequena parcela da população habilitada a freqüentar lugares como os clubes fechados (Clube 12 de agosto - 1889) e teatros (Teatro Santa Isabel – 1875, mais tarde Teatro Álvaro de Carvalho) e restringindo a entrada em outros, como nas praças (como foi citado acima, a Praça Barão de Laguna²³⁷) e mercados (Mercado Público).

Todos esses lugares, assim como nas igrejas, no interior dos serviços como transporte coletivo, os bondes, instalados em 1880, possuíam regulamentos internos rígidos de controle de seus usuários, ou seja, foram determinadas regras para o uso dos espaços públicos, através da determinação de vestimentas apropriadas, e a proibição da entrada de pessoas maltrapilhas e embriagadas.

Outros segmentos e práticas também foram criticados pelas elites, pois não cabiam mais nesse novo modelo: “menores vadios”, “loucos” e “indigentes” eram terminantemente discriminados e deveriam ser afastados da rua para não comprometer a tranquilidade das boas famílias, com ajuda de força policial, em alguns casos.

²³⁶ CORADINI, p. 65.

²³⁷ Passou a ser denominada Praça XV de novembro a partir do ano de 1894.

Essas pessoas, e todas aquelas que insistiam em desobedecer às ordens, eram conduzidas à cadeia pública que, por falta de espaço, eram liberadas algumas horas mais tarde.

Não faltaram reclamações nos jornais, a fim de chamar a atenção da polícia. A exemplo, a matéria publicada com o título de “No Trapiche Municipal”:

Pedem chamemos à atenção da polícia contra as reuniões que os garotos fazem no trapiche Municipal, onde proferem as maiores obscenidades.

Mal-educados esses indivíduos não respeitam as famílias que ali vão aguardar as lanchas de passagem²³⁸.

Todas essas transformações físicas e sociais estabelecidas em Florianópolis desde o fim do século XIX, se tornariam ainda mais intensas com a virada do novo século, já que esse seria,

(...) a época das grandes conquistas da higiene, que em todos os lugares adiantados se aparelha a prevenir moléstias, arejando, saneando, dando conforto.

Já não se compreendem as cidades de ruas estreitas, casas atarracadas e becos escuros.

A picareta vai abrindo por toda a parte avenidas cheias de luz, praças bem arborizadas, onde se levantam edifícios espaçosos e amplos.

Florianópolis, que tem a enfeitá-la a garridice da Praça 15 de Novembro e a curva soberba da Praia de fora, está, contudo, ainda muito carecedora de grandes melhoramentos, não só quanto à higiene como em relação ao embelezamento.

Aqui e ali, ainda se torcem vilas de aspecto colonial ladeadas de casas quadradas e incompatíveis a uma cidade moderna, que se quer salubre e confortável²³⁹.

As grandes transformações desse novo período viriam já no início do novo século.

²³⁸ BUFSC. Jornal A República. Florianópolis, 27 de março de 1919. p. 3.

3. O MOVIMENTO SANITARISTA E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA EM FLORIANÓPOLIS

3.1 A INFLUÊNCIA DO URBANISMO SANITARISTA NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FLORIANÓPOLIS

O início do século XX foi um período de grande transformação para a forma urbana da cidade devido, principalmente, a uma série de melhoramentos importantes que foram implantados.

Já no início do novo século, a gestão do então governador Gustavo Richard²⁴⁰, a partir de 1906, proporcionou a execução de diversas obras inéditas na cidade, graças à experiência vivida em outros países permitindo-lhe abraçar vários segmentos de melhorias urbanas.

²³⁹ BUFSC. Jornal A República. Florianópolis, 8 de julho de 1919.

²⁴⁰ Filho de franceses, nascido no Rio de Janeiro, estudou na França e quando voltou ao Brasil, exerceu alguns cargos na política, antes de assumir o governo do Estado em 1906.

A mais importante delas foi, sem dúvida, o contrato firmado em março de 1909, com o engenheiro Edward Simonds, para execução do sistema de abastecimento de água potável no perímetro urbano da capital²⁴¹.

A captação passou a ser feita através de dois córregos, o da Lagoa e Ana D'Avila com reservatório no Morro do Antão²⁴². A média de água era de aproximadamente 180 litros por dia por habitante, sendo que nessa época existiam cerca de 15.000 pessoas no perímetro central. Ao que tudo indica, não houve reclamações quanto à espécie da água, e, conforme depoimento do engenheiro responsável pela obra, amostras foram enviadas para análise em São Paulo e no Rio de Janeiro, e foram “classificadas como potáveis e de boa qualidade”²⁴³.

Vindo a ser inaugurado em maio de 1910, esse melhoramento significou o início de uma nova era para a cidade, o princípio da realização dos sonhos almejados pelas elites, de uma vida mais confortável, passível de novos hábitos, como a possibilidade do banho diário e a de beber água de melhor qualidade.

Porém, para o governador em exercício, não se tratava apenas de oferecer o serviço. Influenciado pelas idéias vivenciadas em países da Europa, e que já estavam sendo implantadas nas principais cidades brasileiras, pôde-se notar que a preocupação com a estética e com a paisagem pitoresca dos projetos, se via presente nessa obra, conforme suas próprias palavras, em discurso a respeito da área onde foi construído o reservatório situado no Morro do Antão:

O terreno ocupado pelo reservatório acha-se cercado por um sólido e elegante muro com um portão monumental. (...) Sobre o reservatório acha-se estabelecido um belo jardim de onde se descortina, devido à sua situação pitoresca, um esplêndido panorama²⁴⁴.

²⁴¹ APE - Mensagem do governador, Coronel Gustavo Richard ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 5 de agosto de 1907 in Inventário Sumário dos Relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores. 1830 – 1998.

²⁴² Morro da Cruz.

²⁴³ APE - Mensagem do governador, Coronel Gustavo Richard ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 5 de agosto de 1907 in Inventário Sumário dos Relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores. 1830 – 1998.

²⁴⁴ APE - Mensagem do governador, Coronel Gustavo Richard. Governador do Estado ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 17 de setembro de 1910 in Inventário Sumário dos Relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores. 1830 – 1998.

A implantação desse sistema implicou numa série de obras na cidade. Diversas ruas do perímetro central, tiveram de ser escavadas para colocação dos tubos condutores. Esses materiais eram todos importados e a obra envolveu diversos trabalhadores.

Em novembro do mesmo ano da assinatura do contrato de abastecimento de água (1909), celebrou-se ainda com os engenheiros Edward Simonds e Adriano Saldanha, contrato para a instalação de força e luz na cidade de Florianópolis, para que fosse concluído no prazo de oito meses. Essa iluminação pública foi feita por meio de 500 lâmpadas de 50 velas cada, e 20 de arco voltaico de 1.200²⁴⁵ e representava um salto em qualidade de vida para seus habitantes.

Dessa forma, a cidade passou a contar com mais um importante benefício, que a exemplo dos cuidados artísticos dispensados com o sistema de abastecimento de água, proporcionou melhorias para o aspecto estético da cidade, já que, os postes colocados para a instalação dessas lâmpadas que permitiam a iluminação pública eram, “todos de aço galvanizado, muito superiores a postes de madeira, não somente quanto à elegância e uniformidade, como também em relação à sua duração”²⁴⁶.

Dentro desse conjunto de obras, no ano seguinte (1910), foi arrendado aos mesmos engenheiros o serviço de água, luz e força pelo prazo de 25 anos²⁴⁷.

Dessa forma, além do serviço de abastecimento de água criado em 1910, arrendado pela firma Simmonds e Williamson, essa também passou a explorar a distribuição de luz e energia elétrica.

²⁴⁵ APE - Mensagem do governador, Coronel Gustavo Richard. Governador do Estado ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 17 de setembro de 1910 in Inventário Sumário dos Relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores. 1830 – 1998.

²⁴⁶ APE - Mensagem do governador, Coronel Gustavo Richard. Governador do Estado ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 17 de setembro de 1910 in Inventário Sumário dos Relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores. 1830 – 1998.

²⁴⁷ APE - Mensagem do governador, Coronel Gustavo Richard. Governador do Estado ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 17 de setembro de 1910 in Inventário Sumário dos Relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores. 1830 – 1998.

Assim, no ano de 1915, já havia quase três mil casas ligadas à rede de água, apesar de um abastecimento insuficiente, que ficou ainda mais precário com a instalação da rede de esgotos na gestão do governador Felipe Schmidt.

Antes disso, no início da década de 10, a fim de possibilitar a reurbanização de importante área central para a construção de uma praça que reunisse importantes prédios públicos, foram desalojadas diversas famílias que residiam em residências mais simples, no local onde foi construída a praça Pereira Oliveira e os imponentes prédios do Supremo Tribunal de Justiça e do Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina executados pela empresa Grumiché & Cia²⁴⁸.

A construção desses novos prédios expulsou os antigos moradores, na sua maioria operários, que habitavam o lugar antes conhecido como “cidade nova”, que foram excluídos dos benefícios advindos desse processo de reurbanização²⁴⁹. O prédio do Congresso Representativo inaugurado em 17 setembro de 1910, foi destruído por um misterioso incêndio em 1956. Atualmente funciona o prédio da TELESC.

Gustavo Richard chegou a iniciar um estudo para a criação de um sistema de esgotos para a capital, porém esse não foi executado. O motivo se deu ao fato de já estar finalizando o mandato e principalmente por falta de verbas²⁵⁰.

Porém, não lhe faltaram iniciativas nesse sentido, conforme se constata em mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 1910, a respeito da necessidade da implantação de um serviço de esgotos para a capital:

Uma vez realizado este melhoramento, reunirá Florianópolis, todas as condições higiênicas, inerentes a uma cidade moderna, tornando-se uma das capitais mais salubres e aprazíveis do Brasil²⁵¹.

Gustavo Richard foi o responsável, ainda durante sua gestão, pelo alargamento e remodelação da praça XV de Novembro, com a remoção das grades que a

²⁴⁸ Cf. CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da. *Gustavo Richard: um republicano em Santa Catarina*. Brasília: Editora do Senado. 1995. p. 74.

²⁴⁹ Cf. ARAÚJO, Fronteiras internas..., In: BRANCHER, *op. cit.*, p. 111.

²⁵⁰ Cf. CUNHA, p. 81.

envolviam desde o século passado, e o plantio de árvores raras, no jardim Oliveira Belo, encomendadas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Foi na gestão do governador Felipe Schmidt (1914/1918), engenheiro formado pela escola militar do Rio de Janeiro, que se concluiu um importante serviço de saneamento, a implantação da rede de esgotos, iniciada no governo Vidal Ramos (1910/1914).

Dessa forma, assim que foram finalizadas as primeiras obras de abastecimento de água, já se fazia necessário, a fim de ter “mais conforto e habitabilidade”, o estabelecimento de uma rede de esgotos. Para o governador Vidal Ramos que deu o pontapé inicial,

A construção de uma rede de esgotos é, sem dúvida, a maior necessidade da nossa capital, cujas condições sanitárias seriam consideravelmente melhoradas com a execução dessa importante obra, hoje ainda mais urgente porque o serviço de abastecimento de água não pode ser separado do de esgoto sem grandes inconvenientes. (...) Por indicação do notável profissional Dr. Saturnino de Brito, confiei ao engenheiro Luiz Costa o estudo e organização do plano da rede de esgotos, estando este trabalho bastante adiantado²⁵².

A rede de esgotos era, naquele momento, a maior aspiração da sociedade, porém, as obras somente tiveram início um pouco antes de 1914, ficando interrompida por dois anos, vindo a ser completada em 1917. (vide fig. 7)

O atraso se deu, principalmente, devido às greves dos estivadores ingleses e da Primeira Guerra Mundial de 1914-1919, que fizeram com que a contratante carioca do material cerâmico para construção da rede tivesse que solicitar a dilação do prazo para entrega.

Apesar da demora, a matéria publicada no jornal “O Estado” de 15 de julho de 1916, intitulada “O serviço de saneamento” assim anunciava:

²⁵¹ APE - Mensagem do governador, Coronel Gustavo Richard. Governador do Estado ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 17 de setembro de 1910 in Inventário Sumário dos Relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores. 1830 – 1998.

²⁵² APE - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos.

Está finalmente prestes a ser concluído o serviço de saneamento de Florianópolis.

Incluído no plano de remodelação da cidade iniciado pelo benemérito governo do Coronel Gustavo Richard com a construção das redes de água e luz, os serviços de esgotos só podem ter começo no governo do Sr. Coronel Vidal Ramos que, pela superveniência da grande crise originada da guerra européia, viu-se, desde logo, obrigado a paralizá-lo, (...). Ao Excelentíssimo Sr. Dr. Felipe Schmidt se deve a obra meritória de concluir esse importante melhoramento que tanto carecíamos²⁵³.

Dessa forma, em Florianópolis se deu a primeira aplicação do moderno sistema de aeração ou sistema *Milwakee* (mecanismo da depuração biológica aeróbica pelo ar difuso ou de lodo ativado). O efluente, na impossibilidade de ser lançado *in natura*, devido à direção das correntes marítimas, era submetido à depuração pelo ar difuso ou lodo ativado (*acoitade sludge*). Conforme se pode constatar através da explicação do próprio governador:

A rede de esgotos, em construção, é do sistema “separado”, coletando, por isso, somente as águas servidas e cloacais, com exclusão absoluta das águas da chuva (...) A despesa com este importantíssimo serviço, sem dúvida um dos mais indispensáveis a uma cidade adiantada, (...) ²⁵⁴.

O sistema de separador absoluto com estações de elevação mecânica foi projetado para a capital, segundo o renomado engenheiro Saturnino de Brito, “nessas condições, pelo saudoso e distinto engenheiro Luiz Costa”²⁵⁵. Assim confirma o jornal:

Desde o início sob a competente direção do ilustre engenheiro Dr. Luiz Costa, um profissional de firmada reputação e em quem o Dr. Saturnino de Brito, uma das mais possantes e destacadas mentalidades da engenharia brasileira, depositou máxima confiança, indicando-o como seu substituto ao governo catarinense²⁵⁶.

²⁵³ BUFSC - Jornal O Estado. Florianópolis, 15 de julho de 1916.

²⁵⁴ APE - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos.

²⁵⁵ BRITO, *op. cit.*, vol. XIV. p. 149.

A usina de depuração, segundo o mesmo jornalista coevo, foi “construída com arte e bom gosto” e ficava ao lado da fortaleza de Santana. Conforme projeto do engenheiro Luíz Costa, Inspetor da Repartição de Saneamento, nesse lugar, “foi construído um esplêndido cais, e aterrada uma área de alguns milhares de metros quadrados, antes ocupada pelo mar, (...) onde o Dr. Costa improvisou um arborizado jardim”²⁵⁷. Essa matéria, em especial esse último comentário, em muito faz lembrar os preceitos do urbanismo sanitaria, que não se descuidava da estética, que vem sempre atrelada à execução das obras nas cidades.

Assim, foram construídas três estações de elevação mecânica que bombeavam os esgotos para a usina de depuração. Entre elas, a da praça XV de novembro, “construída com requintes especiais de acabamento” e “em estilo neoclássico, revestido com azulejos franceses”²⁵⁸, que servia também como mictório público. Esse pequeno prédio, resiste até os nossos dias, no coração da cidade.

As outras duas estações foram construídas na praça Celso Ramos e praça São Sebastião.

Em 1918, achavam-se esgotadas 1.319 casas²⁵⁹, e apesar dos problemas advindos da falta constante de água, o sistema funcionava “com sofrível regularidade”²⁶⁰. Em 1920, a população do município era de 41.300 habitantes²⁶¹.

Outra importante obra desse período, foi a construção do forno de incineração do lixo. A partir da inserção desse novo serviço, todo o material passou a ser recolhido diariamente na cidade através de carroças puxadas a burro, e transportado para esse local, próximo ao Forte de Santana, onde era incinerado.

²⁵⁶ BUFSC - Jornal O Estado. Florianópolis, de 15 de julho de 1916.

²⁵⁷ BUFSC - Jornal O Estado. Florianópolis, 15 de julho de 1916.

²⁵⁸ RAMOS, *Memória do saneamento desterrense*. p. 103 - 104.

²⁵⁹ BRITO, *op. cit.*, vol. III. p. 244.

²⁶⁰ APE - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 22 de julho de 1920 pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

²⁶¹ BRITO, *op. cit.*, vol. III. p. 244.

Esse novo melhoramento, antes mesmo de ser concluído, já contava com o apoio da imprensa, como se pode perceber através de um jornal da capital que trazia como manchete, “Forno de Incineração”:

Forno de incineração do lixo contratado (...), quando superintendente municipal o Sr. Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, atual Vice-Governador do Estado, é uma obra que muito contribuirá para o saneamento de nossa bela capital.

O forno está localizado em ponto afastado do centro da cidade, obedeceu em sua construção, a todos os requisitos exigidos pela higiene²⁶².

Apesar dessas melhorias apontadas, alguns problemas urbanos continuavam a ser de difícil solução. Ainda em 1916, foi publicado no jornal “O Olho”, matéria intitulada “O calçamento de nossa capital”, um desabafo que bem retratava a preocupação com as condições de algumas ruas mais importantes da cidade:

Dentre todos os melhoramentos materiais que reclama urgentemente a nossa urbe, sobressai pela sua palpitante necessidade a do calçamento.

O estado que apresentam muitas das nossas ruas centrais, principalmente, logo após os últimos dias de chuvas, depõe muito contra o nosso desenvolvimento material.

As administrações se sucedem e o problema do nosso calçamento é abandonado de maneira lastimável.

Em toda parte, os governos municipais procuraram voltar as suas vistas para solução de tão importante problema que implica nos interesses da saúde pública. (...)

Em primeiro lugar a Superintendência inicie os seus serviços mandando calçar as ruas mais centrais, onde a edificação predial se tenha mais desenvolvido...

Deste modo, irá ao encontro da higiene, evitando que os moradores dessas ruas absorvam miasmas que se desprendem dos todesções, das águas estagnadas que ficam semanas e semanas expostas ao sol²⁶³.

O calçamento e alinhamento dessas ruas, significava uma alteração importante na paisagem da cidade, conferindo-lhe ares de modernidade, mesmo que restrita a uma pequena área.

²⁶² BPE - Jornal O Olho. Florianópolis, 29 de maio de 1916.

Assim sendo, o que tudo indica, o administrador que mais contribuiu para a implantação de uma gama de melhoramentos urbanos e saneamento em Florianópolis, foi o governador Hercílio Pedro da Luz (1918 – 1922), que já havia exercido o cargo de engenheiro da Província no final da década de 80, do século XIX.

Segundo Evaldo PAULI, o governador Hercílio Luz, através das idéias sanitaristas trazidas do Rio de Janeiro, remodelou a área central da cidade com obras que iam desde a simples ornamentação do lado superior da praça XV de Novembro, ou a reformulação do adro da Catedral, criando amplas escadarias e balaustradas, até a construção da primeira ponte de ligação com o continente. Além disso, reforçou o sistema de água potável²⁶⁴, (através da contribuição da cachoeira do Rio Tavares, aumentando a capacidade do reservatório, elevando-se o volume per capita), ampliou a rede de esgotos, instalou equipamentos sanitários nas casas, efetuou a canalização dos diversos córregos que ainda não haviam sido canalizados, alargou ruas, demoliu casebres, criou o Serviço de Higiene do Estado (1918) e construiu uma das maiores evidências da influência do urbanismo sanitaria em Florianópolis, a primeira grande avenida da cidade, resultado do saneamento do Rio da Bulha, idealizado na gestão anterior e concluído nesse último mandato, da qual trataremos adiante.

3.2 AS COMISSÕES SANITÁRIAS

Foi em 1918, com a criação do Serviço de Higiene do Estado, que se deu início a uma série de importantes melhoramentos na cidade. Foram realizadas obras que iam desde a complementação da rede de água, implantação da rede elétrica, de esgoto,

²⁶³ BPE - Jornal O Olho. Florianópolis, 18 de junho de 1916.

enxugo do solo, drenagem dos terrenos úmidos e pantanosos, limpeza dos rios e valas, remoção e destino do lixo, calçamento e arborização, limpeza das vias públicas, instalação de equipamentos sanitários e mictórios públicos; e, até mesmo, demolição de algumas edificações – os cortiços – considerados insalubres.

De acordo com o regulamento do Serviço de Higiene do Estado, foi designado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Higiene do Estado, o serviço de polícia sanitária através das *Comissões Sanitárias*. Essas comissões eram formadas por grupos de três pessoas chefiadas por um médico, para procederem as visitas sanitárias na capital que foi dividida em seis zonas. Ficaram determinadas sete comissões, uma para cada zona, e mais uma para serviços de fiscalização geral da cidade, voltada principalmente para proceder as visitas em casas ou estabelecimentos de habitação coletiva²⁶⁵. Dessa forma, as zonas (fig. 9) estava assim divididas:

- 1.^a zona – Lado leste da Praça 15 de novembro. Ruas Arcipreste Paiva, Marechal Guilherme, Marechal Foch, Av. Rio Branco até Esteves Júnior e por esta até a Almirante Lamengo e entroncar com a Felipe Schmidt. (...)
- 2.^a zona – Oeste da Praça 15 de Novembro até a rua Felipe Schmidt e por esta até o lugar denominado Patacho, Sant'Anna, Rita Maria, Largo Badaró e Cais Igualdade. (...)
- 3.^a zona – A partir da Praça 15 de novembro desde o Cais Liberdade pela rua Visconde de Ouro Preto até encontrar com a Anita Garibaldi e por esta até a Praça General Osório até o lugar denominado José Mendes. (...)
- 4.^a zona – A partir da Praça 15 de Novembro pelo lado norte da Praça Pereira de Oliveira e pelas ruas Visconde de Ouro Preto, Almirante Alvim, Blumenau até a Praça D. Etelvina Luz e desta pela José Veiga até encontrar com a Anita Garibaldi. (...)
- 5.^a zona – Da Rua Presidente Coutinho; Avenida Trompowsky e Alves de Brito e desta pela Praia de Fora até o Largo Floriano Peixoto. (...)
- 6.^a zona – Partindo pela rua Demétrio Ribeiro, por esta até a Ponte do Lessa, limite do distrito da Trindade, dali pelas ruas Aristídes Lobo, Bacaiúva até encontrar com a Alves de Brito. (...) Nesta zona estão incluídas as ruas Nova Trento, Cruz e Sousa, Araranguá e S. Joaquim, todas no alto do Morro²⁶⁶.

²⁶⁴ PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz: governador inconfundível*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976. p. 348.

²⁶⁵ BUFSC - Jornal A República. Florianópolis, 31 de julho de 1919.

Essas comissões estavam incumbidas de fazer a profilaxia contra o impaludismo, promover a higiene domiciliar e a extinção dos focos de moscas²⁶⁷.

Essas visitas domiciliares tinham como finalidade atingir a parcela mais pobre da população, que ainda não haviam assimilado os novos preceitos de higiene prescritos no Código de Posturas e nos Regulamentos Sanitários.

Em 1919, o Estado assinou um contrato com a Fundação Rockefeller²⁶⁸, responsável por realizar através de seus membros serviços de inspeção sanitária em todo o Estado, começando pela capital, combatendo as epidemias, orientando, realizando profilaxia e inspeção diagnóstica²⁶⁹. Conforme Hercílio Luz, as pessoas deveriam,

(...) confiar nessa campanha sanitária, cujos resultados serão lentos, mas certos e evidentes, tornando esta capital uma das cidades mais salubres do Brasil.

Essas medidas que estão sendo efetivadas, são: canalização sistemática de todos os rios e regatos, que em diversos pontos cortam a cidade, drenagem do solo, abertura de avenidas e largas ruas, demolição de casebres julgados anti-higiênicos e perigosos, nova captação de água, para aumentar o abastecimento da cidade, instalações sanitárias em todas as casas e ampliação da rede de esgotos²⁷⁰.

²⁶⁶ BUFSC - Jornal A República. Florianópolis, 31 de julho de 1919.

²⁶⁷ BUFSC - Jornal A República. Florianópolis, 15 de agosto de 1919. p. 1 e 15 de agosto de 1919. p. 1.

²⁶⁸ Organismo de cooperação internacional que atuou em todo país e em Santa Catarina através de acordo firmado com o governo do Estado em 1919, para prover serviços de saúde pública, através das campanhas de profilaxia, inspeções da polícia sanitária e implantação de reformas urbanas.

²⁶⁹ APE - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 22 de julho de 1920 pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

É nítida a semelhança desse discurso com os princípios e práticas sanitaristas, que como foi colocado anteriormente no primeiro capítulo desta dissertação, esteve presente e foi implantado nas primeiras décadas do século XX, na grande maioria das cidades brasileiras e em Florianópolis, sem dúvida alguma.

Esses serviços executados pelos membros da Fundação Rockefeller, passaram em 1921 a cargo do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural, criado pelo Governo Federal. Porém, graças às condições financeiras do Estado, esse contrato também foi suspenso em 1926²⁷¹.

Essas políticas sanitaristas tiveram grande importância social, e acabaram por inserir novos princípios de higiene, que implicaram em transformações na paisagem urbana e humana da cidade.

3.3 A AVENIDA DO SANEAMENTO E A PONTE MONUMENTAL

No primeiro ano da gestão do governador Hercílio Luz, o que se via, segundo os jornais, era o “embelezamento da *urbe*”, que, conforme jornalistas, a cidade estava “passando por uma transformação (...). Aqui e ali, há uma nova obra, um melhoramento recente (...) está aformoseando as nossas praças e largos, que estavam, há tempos em completo abandono”²⁷². Diversos locais foram remodelados:

O Largo S. Sebastião, na Praia de fora, está sendo arborizado convenientemente.

Já foram ali feitos trabalhos de aterramento e plantadas várias árvores de fina espécie (...) pretende brevemente cuidar dos Largos General Osório e Fagundes, melhorando as suas condições.

O Largo Coronel Fernando Machado, fronteiro ao Trapiche Municipal, está sendo melhorado, dia-a-dia, com o ajardinamento de seus canteiros²⁷³.

²⁷⁰ APE - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 22 de julho de 1920 pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

²⁷¹ APE - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 21 de agosto de 1926 pelo Cel. Dr. Antônio Vicente Bulcão Viana, Presidente do mesmo Congresso, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

²⁷² BUFSC - Jornal A República. Florianópolis, 24 de agosto de 1919

²⁷³ BUFSC - Jornal A República. Florianópolis, 24 de agosto de 1919 e 5 de setembro de 1919.

Porém, muitas ruas da cidade de Florianópolis permaneciam estreitas e sem nenhuma expressão. A proposta de se construir a primeira avenida da cidade causou grande expectativa, pois tratava-se de algo inédito até então.

Os trabalhos eram acompanhados de perto pelos jornais da época que publicavam quase que diariamente o andamento das obras.

A nova “Avenida do Saneamento”, além de ser a primeira construída a partir da reformulação do leito do rio, que passou a ter suas águas canalizadas “por entre duas muralhas” com “pistas de ambos os lados (...), surgia como algo inteiramente excepcional e sinal de uma visão nova para o sistema urbano”²⁷⁴. Sem dúvida,

(...) Com a sua feição rotineira, colonial, com as suas ruas estreitas, com inúmeros casebres a enfeiar-lhe a estética, Florianópolis impressionava mal aos forasteiros.

O beco Irmão Joaquim com seus cortiços margeando o canal da Fonte da Bulha até a Pedreira era um verdadeiro foco de miasmas e um conhecido antro de vadiagem.

Não havia ali a menor noção de higiene.

Os casebres não tinham instalações de esgotos. As dejeções eram feitas no canal, onde as águas dos montes corriam serenamente para o mar.

Quilômetros acima, rumando o leito da Fonte da Bulha, a mesma prática dos moradores pobres, sem noção da limpeza e dos bons ensinamentos da higiene.

A situação exigia uma vontade disciplinada que executasse um grandioso plano de melhoramento da cidade, extinguindo males inveterados²⁷⁵.

²⁷⁴ PAULI, p. 349.

Desde as primeiras providências tomadas, os jornais locais se preocuparam em noticiar, e foi assim durante todo o ano de 1919, como demonstra a matéria “As Obras da futura avenida – Começam as demolições – Providências Tomadas”, publicada no jornal A República:

(...) Florianópolis, capital do Estado que sofre a benéfica influência da administração modelar do eminente patrício, tornar-se-á uma cidade moderna, saneada, com as suas avenidas a aformosear-lhe os encantos naturais. (...) a Avenida projetada, ladeando o canal da Bulha, constituirá dentro de pouco tempo, um dos mais belos melhoramentos com que o governo operoso do Ex.mo. Sr. Dr. Hercílio Luz dotará Florianópolis.

A par do embelezamento, está a utilidade do serviço que concorrerá para sanear toda a zona que passa a Fonte da Bulha, em cujo trajeto ainda existem casebres anti-higiênicos.(...)

A Municipalidade já começou a desapropriar os prédios necessários ao alargamento daquela zona²⁷⁶.

Além de sanear uma antiga área da cidade que possuía sérios problemas de insalubridade, a nova avenida passaria a desenhar um novo modelo de centro urbano: moderno, organizado, saneado e belo.

Essas “obras de saneamento do rio da Bulha, foram acompanhadas pela ação da fundação Rockefeller”²⁷⁷, contratada pelo governador Hercílio Luz.

A construção da avenida proporcionou alteração de todo o bairro da Pedreira²⁷⁸.

A demolição e retirada de inúmeras casas, foi uma obra realizada pelo Estado, de grande repercussão do ponto de vista urbano, visto que exerceu uma profunda modificação no traçado e na imagem que o local possuía há quase duzentos anos, proporcionando a “Remodelação de Florianópolis”:

²⁷⁵ BUFSC - Jornal A República. Florianópolis, 01 de fevereiro de 1920. p. 1 - 2.

²⁷⁶ BUFSC - Jornal A República. Florianópolis, 14 de agosto de 1919.

²⁷⁷ PAULI, p. 350.

²⁷⁸ Onde situa-se a avenida Hercílio Luz, próximo ao Instituto Estadual de Educação.

“Mais de quarenta casinhas de alvenaria de tijolos, do Beco Irmão Joaquim e nas imediações da Pedreira, (...) já foram demolidas (...). A antiga Pedreira, foco de desordens e de miasmas, está sendo admiravelmente transformada (...). Inúmeras casas têm sido demolidas. O belíssimo melhoramento é (...), uma notável obra de saneamento que atestará no futuro a ação progressista e modelar do eminente Sr. Dr. Hercílio Luz”²⁷⁹.

A questão de insalubridade dessa área já persistia há décadas. Assim Hercílio Luz procurou, dentro das suas intenções,

(...) resolver este problema, traçando uma avenida que, muito antes de constituir uma obra de embelezamento para a cidade, é a solução de um problema de saneamento. Para a abertura dessa nova artéria, que acompanha o curso sinuoso de um dos córregos mais extensos da cidade, foram feitas algumas desapropriações, que recaíram, na sua maior parte, em prédios que, pelas suas condições higiênicas, atentavam contra a saúde de seus moradores²⁸⁰.

A construção da Avenida do Saneamento, em 1920, logo em seguida batizada com o nome de seu idealizador Hercílio Luz, margeava os dois lados do canal de drenagem pluvial, separada por passeios arborizados. Foi considerada símbolo do progresso, quando a população do município era de 41.300 habitantes, e evidenciou uma nova época de melhoramentos e modernização para a cidade. Ela fazia a ligação da Baía Sul, desde o Largo 13 de Maio, até a Baía Norte, na Praia de Fora, margeando a encosta do morro do Antão, limitando a área central da cidade e permitindo o deslocamento a áreas mais longínquas.

Apesar de sua relevância histórica, como importante eixo de ligação ainda nos dias atuais, o projeto de inserção da avenida à malha urbana da cidade foi sendo

²⁷⁹ BUFSC - Jornal A República. Florianópolis, 01 de fevereiro de 1920. p. 2.

²⁸⁰ APE - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 22 de julho de 1920 pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

rapidamente descaracterizado pela especulação imobiliária, a partir da década de 70, e principalmente pela falta de políticas públicas que compreendam a necessidade de se preservar a história e a identidade dessa área central da cidade. Além disso, o canal que foi concebido exclusivamente para drenagem pluvial, respeitando o leito do rio, vem tendo seu objetivo inicial desvirtuado. Atualmente, o mesmo encontra-se em quase toda a sua extensão fechado e grande parte do seu entorno foi verticalizado, ignorando inclusive aspectos ambientais importantes.

A avenida causou um impacto enorme na estrutura urbana, tanto que, ainda hoje, constitui-se num importante eixo de deslocamento no centro da cidade.

Definiu de um dos lados, a parte urbanizada, mais importante e valorizada da cidade, e de outro, no lado do morro, reservou para aqueles que deveriam ficar afastados das melhorias sanitárias atribuídas e restritas ao centro.

Sua construção mudou significativamente a paisagem dessa área e da cidade como um todo, já que foram demolidos inúmeros “cortiços”, e as casas de “porta e janela”, herança da arquitetura colonial, além de fazer desaparecer desde pequenas ruas até becos existentes, resquícios de uma época que para muitos, deveria ser esquecida. Assim:

Ela representou igualmente, um dos momentos de maior intensificação no ímpeto de reformar, retificar e demolir tudo aquilo que ainda restava da antiga paisagem de Nossa Senhora do Desterro²⁸¹.

Assim, também aconteceu em Florianópolis, como lembra ANDRADE (1992), sobre os canais construídos na cidade de Santos, que passaram a definir orientações urbanas causadas pela nova avenida, visto que,

(...) promoveu uma efetiva transformação da cidade de traçados coloniais, causando um impacto sem precedentes na vida urbana local (...). A imagem do descontrole das águas, comprometendo o bom funcionamento da cidade e desestabilizando o cotidiano, foi substituída pela ordem das águas canalizadas, pelo rio artificial, com o

²⁸¹ ARAÚJO, *A invenção do litoral...*, p. 20

surgimento de uma maquinaria sanitária que revelava a cidade como objeto técnico, mas também estético²⁸².

Juntamente com a construção da avenida, se deu às suas margens uma série de desapropriações para a construção de importantes edifícios, como o da Escola Normal e o do Instituto Politécnico, os maiores da cidade na época, de arquitetura imponente levantados dentro dos princípios da arte e da técnica. Dessa forma, todas as margens da avenida ficaram reservadas para construção de prédios que contribuíssem para a nova imagem que a cidade queria apresentar. Assim:

As edificações erguidas por iniciativa particular já fazem notar na avenida. Para o embelezamento dessa verdadeira obra de higiene, o governo também contribuiu com o auxílio que deu à construção dos alicerces do edifício em que, futuramente, funcionará o Instituto Politécnico, e com o levantamento da Escola Normal²⁸³.

A magnitude desses prédios foi outra importante maneira encontrada pelo Estado, para consolidar o regime republicano através da valorização da instrução escolar e investimento dispensado na formação do cidadão.

Paralelamente à construção da avenida, foram ajardinadas diversas praças no centro da cidade, entre elas as Dias Velho e a 17 de Setembro. Além disso, foram executados “trabalhos de macadamização”²⁸⁴ nas ruas de maior trânsito da cidade²⁸⁵.

Em alguns casos se confundiam os interesses dos governantes, que pareciam menos preocupados com a questão sanitária, e mais com a questão estética e especulação imobiliária do centro da cidade. disse o governador Gustavo Richard

Tendo em vista o embelezamento e saneamento da capital, resolvi adquirir para demolir e vender o terreno em lotes, com a obrigação de levantar novas e boas edificações, o conjunto das 20 casinhas sitas às

²⁸² ANDRADE, *A peste e o plano...*, p.142 - 143.

²⁸³ APE - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 16 de agosto de 1922 pelo Coronel Raulino Adolpho Horn, presidente do mesmo congresso, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

²⁸⁴ Macadame é a uma camada espessa de pedra britada, aglutinada e comprimida utilizada para pavimentação das ruas.

²⁸⁵ APE - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 16 de agosto de 1922 pelo Coronel Raulino Adolpho Horn, presidente do mesmo congresso, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

ruas 28 de setembro, Trajano e Marechal Guilherme. A venda dos terrenos e materiais das referidas casinhas, deve cobrir a despesa feita²⁸⁶.

Assim também, através de leis e resoluções, as primeiras décadas do século XX colecionou uma série de desapropriações, a fim de alargar, ligar, prolongar, alinhar, as diversas ruas da cidade. Dessa forma, foram surgindo novas ruas, ganhando nomes mais imponentes de figuras que se destacaram naquele período. Diversas ruas tiveram seus nomes alterados, e outras, na ausência de nome, foram denominadas.

A lei n.º 385 de 1916, foi uma dessas leis que proporcionou grandes alterações:

Art. 1.º - Fica o Superintendente Municipal autorizado alinhar em todo o seu percurso, com 20 metros de largura, a “Avenida Rio Branco”.

Parágrafo único – No entroncamento com a rua “Deodoro”, prolongar-se-á até a rua “Presidente Coutinho”, será aberta uma praça de concordância, que ligará os respectivos alinhamentos, de acordo com a planta do engenheiro civil Luiz José da Costa.

(...)

Art. 2.º - A faixa de terrenos municipais, e os acrescidos, com a execução da planta do mesmo engenheiro, serão divididos em lotes, e vendidos a dinheiro.

(...)

Art. 3.º - As importâncias arrecadas com a venda dos terrenos serão aplicadas na compra ou desapropriações e indenizações indispensáveis, bem como nos trabalhos de saneamento²⁸⁷. (grifo nosso)

Apesar de não existirem registros desses projetos, é possível constatar que o engenheiro Luiz Costa, que sofria grande influência do urbanismo sanitário de Saturnino de Brito, além de projetar e construir o sistema de esgotos da capital, foi responsável por outros projetos e obras²⁸⁸.

²⁸⁶ APE - Mensagem do governador, Coronel Gustavo Richard. Governador do Estado ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 17 de setembro de 1910 in Inventário Sumário dos Relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores. 1830 – 1998.

²⁸⁷ BFFC - Lei Municipal de Florianópolis n.º 385, de 1916.

²⁸⁸ Conforme o Jornal A República, de 9 de janeiro de 1919, o engenheiro havia morrido nesse mesmo dia na cidade do Rio de Janeiro, onde se encontrava depois de deixar Florianópolis fazia alguns meses. Segundo o jornal, “O distinto profissional, que honrava a engenharia brasileira pela sua competência, viveu muito tempo entre nós adquirindo largas relações de amizade. O dr. Luiz Costa foi construtor da rede de esgotos dessa Capital tendo contratado com o governo do Estado um serviço, que levou a cabo com a maior proficiência. (...) O sr. dr. Luiz Costa exerceu importantes comissões no país, sendo o seu nome respeitável como o de um profissional competente”.

Algo muito comum aos urbanistas sanitaristas, que como vimos anteriormente, planejavam a cidade como um todo, levando sempre em consideração a questão sanitária.

Para efetuar todas essas alterações na malha urbana, diversas desapropriações foram necessárias. Porém, algumas dessas expropriações, não visavam somente à utilidade pública do terreno expropriado, mas realmente eliminar edificações consideradas inapropriadas, conforme se pode abstrair da resolução n.º 109 do ano de 1916.

(...) Considerando tornar-se necessária a desapropriação das casa n. 5, 9 e 11 do Beco Triumpho, já condenadas inabitáveis, para completar o alargamento do dito beco, resolvo declarar de utilidade pública²⁸⁹ para o fim de serem desapropriadas(...) ²⁹⁰.

A demolição dos cortiços, na tentativa de resolver os problemas de ordem higiênica, agravava ainda mais a situação de falta de moradia na cidade. Frente a esse problema, em alguns casos, na falta de melhores alternativas, a Municipalidade, chegou a permitir a construção de algumas pequenas casas sem maiores exigências arquitetônicas, nos morros próximos, na tentativa de amenizar tal situação²⁹¹.

Em outros casos, conforme o artigo 1.º da Lei Municipal n.º 585 de outubro de 1927, permitiam a construção de casas fora dos padrões estéticos exigidos, desde que distantes do centro. Veja-se:

²⁸⁹ Cf. MÜLLER, Glaucia Regina Ramos. *Direito de Propriedade como limite às restrições urbanísticas*. 2001. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu. f 15. Importante colocar que “A Constituição Imperial Brasileira, outorgada por D. Pedro I, em 25 de março de 1824, continha no artigo 179, as garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, e no inciso XXII, assim estava disposto: Art. 179, XXII. É garantido o direito de propriedade em toda sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado, exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A lei marcará os casos em que terá lugar esta única exceção e dará as regras para se determinar a indenização. Assim, pela primeira vez, através de Lei n.º 422, de 9 de setembro de 1826, ficaram estabelecidos os casos de cabimento da desapropriação baseada na necessidade pública e na utilidade pública, vindo a ser definida mais tarde no artigo 590, do Código Civil”.

²⁹⁰ BFFC - Câmara Municipal de Florianópolis - Resolução n.º 109, de 1916.

²⁹¹ Cf. ARAÚJO, Fronteiras internas..., *In*: BRANCHER, *op. cit.*, p. 111.

Artigo 1.º - Ficam permitidas as construções de casas de madeira, com os requisitos higiênicos necessários, em terrenos fora da zona central da cidade, onde os proprietários possam abrir ruas e praças de forma que as referidas edificações não sejam visíveis das ruas ou das praças existentes²⁹².

Dessa forma, foi sendo desenhada a cidade baseada em realidades diversas, onde de um lado havia o “centro organizado e moderno”, de outro, o início da ocupação dos morros e tudo o que deveria ficar escondido.

Essas práticas de administração social, apesar de terem sido implantadas aos poucos e de maneira pontual, tiveram grande impacto no plano da estrutura da cidade, como o que aconteceu em outras capitais. E o sentimento daqueles que almejavam essas transformações na época, era de que,

Florianópolis disparou pela estrada do progresso com tamanha rapidez que, através da elegância bem calçada da Praça 15 e da arquitetura fina dos prédios, é difícil reconhecer-se aquele montão de ruínas que se chamava Desterro²⁹³.

Todas essas exigências e acontecimentos foram proporcionando uma “cara nova” à paisagem existente, conforme os padrões de civilização almejados por uma pequena parcela mais endinheirada da população.

Sem dúvida, a obra mais significativa para estrutura urbana da cidade na primeira metade deste século, foi a construção da ponte Hercílio Luz que modificou sobremaneira a paisagem, tornando-se a porta de entrada da cidade.

²⁹² BFFC - Lei Municipal de Florianópolis, n.º 595 de outubro de 1927.

²⁹³ BPE - Revista “O Olho”, de 2 de julho de 1916.

Com a inserção desse novo elemento à malha urbana da cidade, diversas ruas tiveram que ser adaptadas a essa nova função, intensificando o comércio de vez, do outro lado da praça, principalmente nas ruas Felipe Schmidt²⁹⁴ e Conselheiro Mafra²⁹⁵.

A rua Felipe Schmidt passou a ser o grande eixo de ligação com a ponte Hercílio Luz, o que repercutiu na renovação arquitetônica de muitos prédios e a demolição de tantos outros, para permitir o seu alinhamento e alargamento.

A construção da ponte expandiu os limites da cidade, integrando o centro ao continente, que nessa época ainda se encontrava sob jurisdição do município de São José²⁹⁶. Foi assim que,

Concluída e inaugurada em 1926, a ponte Hercílio Luz contribuiu para modificar a paisagem da capital (...). Determinando o fim das precárias travessias de barco ou balsa que eram utilizadas para comunicação entre a capital e o continente, a construção da ponte significou, de acordo com os discursos das elites e dos políticos da época, muito mais do que um conforto para a população, pois passou a ser considerada como monumento máximo a representar o empenho e os anseios pela instauração de uma modernidade burguesa em Florianópolis²⁹⁷.

Conforme ARAÚJO (1989), discursos da época apontavam a inauguração da ponte Hercílio Luz, como “(...) um marco - e uma obra de engenharia social - que

²⁹⁴ Antigos nomes: rua dos Moinhos de Vento, rua do Senado e rua da República.

²⁹⁵ Antigos nomes: rua do Príncipe, rua do Comércio, rua Altino Corrêa.

²⁹⁶ PELUSO JÚNIOR, *Estudos de geografia urbana em Santa Catarina*. p.318.

²⁹⁷ ARAÚJO, *A invenção do litoral...*, p. 125 - 126.

dividiria um tempo passado de atraso e um outro tempo que supostamente se anunciava como portador do progresso(...)”²⁹⁸.

Todas essas modificações sofridas por Florianópolis no início do século XX, indicam que devemos atentar para o ônus inerente a uma intervenção urbana, tomando certo cuidado para não se deixar perder aspectos valiosos e característicos da paisagem consolidada.

A implantação de equipamentos e de serviços públicos em Florianópolis no início deste século XX, gerou, sem sombra de dúvidas, uma modernização necessária, porém, em certas áreas um impacto urbanístico profundo, sem considerar as pessoas que habitavam essas áreas e suas relações sociais. Essas pessoas, não estão mais aqui, e suas histórias, só podem ser recuperadas através de levantamentos documentais, porém esses problemas ainda são presentes. As questões urbanísticas relacionadas à habitação social, expansão e renovação das cidades, é algo sempre atual, que deve fazer parte do dia-a-dia dos administradores e planejadores urbanos.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 126.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O centro de Florianópolis já foi objeto de estudo de vários pesquisadores, que lançaram diversos olhares sobre a cidade, conforme os diferentes pontos de vista.

A intenção desta pesquisa foi no sentido de desvendar o elo existente entre o movimento do urbanismo sanitarista de Saturnino de Brito, latente em todo o Brasil, o qual, confirmando a hipótese inicial, alcançou também a Florianópolis do início do século XX, através de seus seguidores.

O centro histórico de Florianópolis foi palco de uma série de reformas urbanas desde o final do século passado, que, apesar de todas as dificuldades, conseguiu transformar a estrutura urbana e social da cidade. Gerando um ônus excessivo à grande parte da população, modificou sua paisagem urbana, e não só isso, alterou hábitos e costumes que existiam há décadas.

A constatação de que essa modernização que a cidade vivenciou fez parte de todo um contexto internacional, implicou na necessidade de exposição do panorama das cidades européias no mesmo período.

Observa-se, então, na transição do século XIX para o século XX, uma série de transformações substanciais no centro da cidade, tanto no aspecto físico quanto humano. Até então, sua aparência era de uma cidade simples colonial, com ruas mal traçadas e ausência de serviços de infra-estrutura básica, como água potável, esgotos e iluminação.

A força do urbanismo sanitarista no Brasil e a influência que exerceu nos governantes da época em Florianópolis, abriram as cortinas de um novo cenário, que repercutiu na estrutura da cidade, fazendo com que, em alguns casos, essa estrutura permanecesse até os dias atuais. Portanto, a paisagem da cidade hoje possui um imenso reflexo desse período de intensa evolução histórica.

É claro que essa evolução percorreu vários momentos anteriores, alguns tratados de forma parcial neste trabalho, apenas para a sua compreensão didática dentro do contexto.

Porém, o período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras três décadas do século XX, tiveram expressão tamanha que determinaram hábitos e costumes que cultivamos até os dias de hoje.

No período após 1900, é que se deram as transformações mais expressivas.

Foi principalmente na gestão dos governadores Gustavo Richard, Vidal Ramos, Felipe Schmidt e Hercílio Luz, que Florianópolis se engajou na construção de um Brasil republicano, permitindo as primeiras grandes transformações no espaço urbano da cidade, promovendo uma verdadeira renovação urbana.

Num período muito curto, o governador Gustavo Richard executou uma série de melhorias. Implantou a primeira rede de abastecimento de água e a primeira rede de energia elétrica. Construiu importantes prédios públicos, como o Congresso Representativo do Estado e o do Supremo Tribunal de Justiça, além de remodelar e embelezar importantes praças e jardins da cidade.

Iniciado por Vidal Ramos, Felipe Schimdt foi o responsável por implantar definitivamente a complexa obra de esgotos para a capital, nos moldes do que se vinha aplicando nos grandes centros do Brasil, através do Engenheiro Luís Costa, que apesar de pouco se saber a seu respeito, foi o nosso Francisco Saturnino de Brito, sendo indicado por esse para a realização dos trabalhos.

A gestão de Hercílio Luz, no entanto, foi sem dúvida o período mais revolucionário das transformações na estrutura e na malha urbana do centro de Florianópolis, sendo o momento que mais claramente se percebe a presença dos princípios do urbanismo sanitarista, logicamente que na proporção condizente à realidade da cidade e sob a atuação direta do Estado.

A cidade passou a adquirir nesse momento um aspecto totalmente novo, nos moldes do ideal republicano no momento.

A criação da Avenida do Saneamento, batizada posteriormente com o nome do seu criador, antes mesmo de ser concluída, rompeu o tecido urbano, modificando profundamente aquela área central, fazendo desaparecer diversas habitações, que abrigavam na sua maioria uma população de baixa renda, obrigando essas pessoas a

deixarem o local, deslocando-se para os morros próximos ou para áreas mais longínquas.

A introdução da avenida na cidade criou um importante eixo de ligação entre as baías Sul e Norte, que margeava toda a encosta do morro do Antão, e permitia o deslocamento mais fácil às áreas mais distantes.

Em forma de um jardim linear, margeando o canal de drenagem a céu aberto, com passeios arborizados, permitiu um panorama moderno jamais visto na cidade, digna de um cidadão civilizado pela prática da higiene.

Esses administradores buscaram implantar uma imagem moderna à nossa cidade, tendo, como ponto de partida, o saneamento e a estética.

Essa nova prática passou a desenhar um urbano de maneira nova e dominadora, estendendo-se sobre a cidade, de forma a intervir não somente no espaço físico externo, como nos espaços mais íntimos da convivência humana. Tubos, canos e conexões, adentraram nas casas atingindo e instituindo novos hábitos às pessoas, como a introdução dos banhos e, conseqüentemente, melhorias na qualidade de vida.

As edificações tiveram de ser adaptadas, assim como as pessoas, que tiveram que se acostumar com certos confortos, até então desconhecidos, como a água encanada, os quartos de banho, que transferiram para dentro das casas, atividades que antes eram feitas coletivamente nas fontes públicas.

Foi, sem dúvida, o período da técnica e da engenharia, das normas disciplinadoras, da cidade saneada e bela, do cidadão civilizado e das grandes obras. Um período nem tão distante, tanto que,

(...) as principais questões urbanísticas emergentes na virada do século XIX para o século XX mantêm sua atualidade até hoje, mesmo porque os problemas urbanos em relação aos quais elas surgiram persistem sob novas formas. Pelo menos três das principais temáticas urbanísticas de então são, ainda hoje, objetos de discussões, propostas e políticas públicas no seio do urbanismo; são elas: a questão da habitação da classe trabalhadora, ou a habitação social; a

questão da expansão das cidades e a da renovação das áreas centrais²⁹⁹.

Dessa forma, os problemas enfrentados por aquela camada da população hipossuficiente do início do século passado, são algo extremamente atual no início deste século, e que merece ser revisto pelos planejadores urbanos, de forma que não façamos repetir, mais uma vez, planos e projetos que não incluem os economicamente e socialmente mais fracos, sempre encarregados em pagar o preço do progresso.

²⁹⁹ ANDRADE, *A peste e o plano...*, p. 39.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES PRIMÁRIAS³⁰⁰

1.1. Mensagens e Relatórios Oficiais do Governo do Estado

1.1.1. ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

a) Mensagens:

- Mensagem do Governador, Coronel Gustavo Richard ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 5 de agosto de 1907. Florianópolis.
- Estado de Santa Catarina - Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado na 2.^a sessão da 7.^a Legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908. Florianópolis.
- Estado de Santa Catarina - Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado na 3.^a sessão da 7.^a Legislatura do Congresso Representativo em 16 de agosto de 1909. Florianópolis.
- Estado de Santa Catarina - Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado na 1.^a sessão da 8.^a Legislatura do Congresso Representativo em 17 de agosto de 1910. Florianópolis.
- Estado de Santa Catarina - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis.
- Estado de Santa Catarina - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1912 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis.

³⁰⁰ Quanto às transcrições, optou-se por utilizar a ortografia atualizada, salvo quando da necessidade de destaque da palavra, mesmo sabendo que a reforma ortográfica no Brasil se deu após o período pesquisado, a partir de 1931.

- Estado de Santa Catarina - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913, pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis.
- Estado de Santa Catarina - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Major João Guimarães Pinho, Presidente do mesmo Congresso, no exercício do cargo de Governador, em 29 de julho de 1915. Florianópolis.
- Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em sessão extraordinária de 24 de novembro de 1916, pelo Sr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina.
- Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1920, pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.
- Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 16 de agosto de 1922, pelo Coronel Raulino Júlio Adolpho Horn, presidente do mesmo Congresso, no exercício do cargo de governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.
- Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1924, pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Vice-governador, no exercício do cargo de governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.
- Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 21 de agosto de 1926, pelo Coronel Dr. Antônio Vicente Bulcão Vianna, presidente do mesmo Congresso, no exercício do cargo de governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.
- Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, a 22 de julho de 1927, pelo Dr. Adolpho Konder, governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.
- Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, a 29 de julho de 1928, pelo doutor Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.
- Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 22 de julho de 1930, pelo General Dr. Antônio Vicente Bulcão Vianna, presidente da mesma Assembléia, no exercício do cargo de governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.

1.1.2. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL

- Leis e Resoluções do Município de Florianópolis 1901 – 1917.
- Leis e Resoluções do Município de Florianópolis 1918 – 1930.

1.1.3. BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL

- Códigos de Posturas da Câmara Municipal da Capital 1888, 1889, 1896, 1898.
- Coleção de Leis do Município de Florianópolis, 1894 a 1907.
- Regulamento para o Serviço Sanitário Terrestre do Estado de Santa Catarina, 1895, 1905.
- Regulamento para os jardins públicos a cargo da Superintendência Municipal, 1904.
- Regulamento para os divertimentos Públicos do Estado de Santa Catarina 1909.

1.2. Jornais e revistas:

- A República – 1919, 1920, 1921, 1922.
- Estado – Florianópolis, 1915, 1916.
- O Olho – Florianópolis, 1915, 1916.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA SOBRE FLORIANÓPOLIS:

ALMEIDA, João Ribeiro de. *Ensaio sobre salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catarina, e, em particular, da cidade do Desterro*. Nossa Senhora do Desterro, Typ. J.J. Lopes, 94 p., 1863. In: CARNEIRO, A. *Enciclopédia de Santa Catharina*, vol. 13. (cópia datilografada).

ANDRADE, Djanira Maria Martins. *Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Fronteiras internas: Urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 1999.

BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina: Relatos dos viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 1979.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Medicina, médicos e charlatães do passado*. Florianópolis: Editora IBGE/DEE, 1942.

_____. *Nossa Senhora do Desterro: a notícia*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CORADINI, Lisabete. *Praça XV: espaço e sociabilidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da. *Gustavo Richard: um republicano em Santa Catarina*. Brasília: Editora do Senado, 1995.

FOSSARI, Domingos. *Florianópolis de ontem*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1985.

HÜBENER, Laura Machado. *O comércio na cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

IPUF. (Santa Catarina – SC). *Mapa físico-político do município de Florianópolis*. Florianópolis, 1998.

LAGO, Mara Coelho de Souza. *Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Em nome da beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. *Geosul*, Florianópolis, v.14, n.28, p. 179-188, jul./dez., 1999.

PAULI, Evaldo. *A fundação de Florianópolis*. 2º edição. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

_____. *Hercílio Luz: governador inconfundível*. Florianópolis, Governo do Estado, 1976.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. *Crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3º fase, nº 3, Florianópolis, 1981, p. 7-54.

_____. *Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC/ Secretaria Estadual da Cultura e do Esporte, 1991.

PEREIRA, Nereu do Vale: *Desenvolvimento e modernização: um estudo de modernização em Florianópolis*. Florianópolis: Lunardelli, 1974.

RAMOS, Átila Alcides. *O saneamento em dois tempos*. Florianópolis: Ed. ARTGRAF, 1984.

_____. *Memória do saneamento desterrense*. Florianópolis: Editora da CASAN, 1986.

_____. *Saneamento básico catarinense*. Florianópolis: IOESC, 1991.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. São Paulo: Editora da USP, 1978.

SILVA, Adolfo Nicolich da. *Florianópolis, a história de uma cidade*. Florianópolis: Papa-Livro, 1995.

_____. *Ruas de Florianópolis: resenha histórica*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.

SILVA, Nivaldo Jorge. *A descoberta do Mercado Público*. Florianópolis: Cor Grafic, 1996.

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: a ilha*. Florianópolis: Lunardeli, 1985.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES:

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do Eng.º Francisco Saturnino de Brito*. 1992. 282f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARAÚJO, Hermes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república*. 1989. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BEER, Jaqueline D. *O novo paradigma das políticas urbanas: a regulação dos serviços públicos - limites e alcances*. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e

Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BUENO, Laura Machado de Mello. *O saneamento na urbanização de São Paulo*. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHEREM, Rosângela Miranda. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – F.F.L.C.H. Universidade de São Paulo, São Paulo.

COELHO, Alcides Rabelo. *O urbano e o sanitário na globalização: Estudo de questões urbanas e sanitárias da cidade de Florianópolis*. 1998. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. *O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis*. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LIMA, Zeuler Rocha Mello de Almeida. *A produção da paisagem urbana: sua configuração e o fazer da arquitetura*. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LUCENA, Liliane Monfardini Fernandes de. *Laguna de ontem e de hoje – espaços públicos e vida urbana*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MÜLLER, Glaucia Regina Ramos. *Direito de propriedade como limite às restrições urbanísticas*. 2001. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis – 1880/1920*. 1992. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Dalton da. *Os esgotos sanitários em Florianópolis*. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TOMÁS, Eliane D. *O Tietê, o higienismo e as transformações na cidade de São Paulo (1890-1930)*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VAZ, Nelson Popini. *Organização da área central de Florianópolis: o espaço do ritual*. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OUTRAS FONTES RELACIONADAS COM O TEMA:

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLNRIO/ZAHAR, 1997.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito*. In: SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BENEVOLO, Leonardo. *A história da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

_____: *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade – séculos XIX e XX*. São Paulo: INPUH - Marco Zero – FAPESP, 1993.

BRITO, Saturnino. *Obras Completas*. vols. I - XXIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Sociologia), 1983.

CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades*. 3º edição. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CLAVAL, Paul. *Geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 2º ed., São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1993.

DAMASCENO, Angela Nunes. *Rio de Janeiro: a cidade que os médicos pensaram e os engenheiros produziram*. Anais do IV seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: PROURB – FAU/UFRJ. vol 1, 1996.

FERNANDES, Ana, SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima, GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *Saneamento da cidade da Bahia, Theodoro Sampaio, 1906*. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel. 1999.

FREITAS, José Francisco Bernardino, MENDONÇA, Eneida Maria Souza, CAMPOS, Martha Machado, ALMEIDA, Renata Hermmany de. *Projeto de um novo arrabalde dotado dos serviços de abastecimento de água e de drenagem, para Vitória, capital do estado do Espírito Santo, Francisco Saturnino de Brito, 1896*. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel. 1999.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras, LIMA, Fábio José Martins de. *Plano urbanístico de Belo Horizonte*. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel. 1999.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

LE CORBUSIER. *O urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995.

PECHMAN, Sérgio; FRITHSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso: Algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n.8/9. p.139-195. abr. 1985.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHAAF, Mariza B.; GOUVÊA, Regina R. *Significados da urbanização: traços e fontes do historiador*. In: *Olhar urbano, olhar humano*. São Paulo: Ibrasa, 1991.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Célia Ferraz de, ALMEIDA, Maria Soares de. *Construção do porto de Porto Alegre (Mauá), 1911-1921*. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel. 1999.

ANEXO

LISTA DE RUAS DO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS

NOMES ATUAIS	NOMES ANTIGOS
Rua Álvaro de Carvalho	Rua da Palma (até 1874)
Rua Alves de Brito	Rua do Brito (1876)
Rua Almirante Alvim	Rua do Mato Grosso, da Princesa, Barão de Iguatemi
Rua Almirante Lamego	Rua de Sant' Ana
Rua Anita Garibaldi	Rua da Padroeira, do Orago, do Desterro
Rua Artista Bittencourt	Rua do Alecrim, Santa Isabel
Rua Bocaiúva	Rua São Sebastião
Rua Bulcão Vianna	Rua do Vinagre, Largo 13 de Maio
Rua Conselheiro Mafra	Rua do Príncipe, do Comércio, Altino Corrêia
Rua Crispim Mira	Rua 24 de Dezembro, São José, Antão
Rua Deodoro	Rua do Ouvidor, dos Quartéis, São Francisco (até 1889)
Rua Esteves Junior	Rua do Passeio, Formosa (1865), Senador Mafra (1874)
Rua Felipe Schmidt	Rua dos Moinhos de Vento, Bela (1817), Senado (1865), da República (1889)
Rua Fernando Machado	Rua do Vigário
Rua Francisco Tolentino	Rua da Figueira
Rua Frei Caneca	Rua da Pedra Grande
Rua Gen. Bittencourt	Rua da Tronqueira
Av. Hercílio Luz	Avenida do Saneamento
Rua Hermann Blumenau	Rua Uruguai, Francisco Lins
Rua dos Ilhéus	Rua Áurea
Rua Jerônimo Coelho	Rua da Paz, do Propósito
Rua João Carvalho	Rua Nova Trento
Rua João Pinto	Rua Augusta
Rua Marechal Guilherme	Rua do Rosário
Av. Mauro Ramos	Rua das Carreiras, das Olarias, José Veiga, Dr. Sebastião Braga
Rua Nereu Ramos	Rua Marechal Foch
Rua Padre Roma	Rua do Iguapé
Rua Presidente Coutinho	Rua Nova
Rua Saldanha Marinho	Rua Padre Domingos, das Rosas, do Açougue, da Conceição
Rua Sete de Setembro	Rua Bragança
Rua Tenente Silveira	Rua do Governador, do Imperador
Rua Tiradentes	Rua da Cadeia, da Constituição, do Fogo
Rua Trajano	Rua do Livramento
Rua Victor Konder	Rua do Mato Grosso, Barão do Iguatemi, Blumenau
Rua Vidal Ramos	Rua da Palhoça, 28 de Setembro
Rua Visc. de Ouro Preto	Rua Marechal Gama D'Eça, 16 de Abril

Fontes:

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: Memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

SILVA, Adolfo Nicolich da. *Ruas de Florianópolis. Resenha histórica*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.